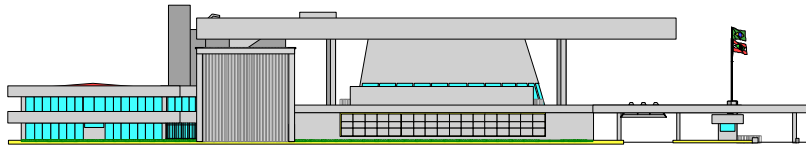


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO XLVII

FLORIANÓPOLIS, 28 DE ABRIL DE 1998

NÚMERO 4.535

13ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa

MESA DIRETORA

Neodi Saretta
PRESIDENTE

Francisco Küster
1º VICE-PRESIDENTE

Vanderlei Olívio Rosso

2º VICE-PRESIDENTE

Odacir Zonta
1º SECRETÁRIO

Gervásio José Maciel
2º SECRETÁRIO

Afonso Spaniol
3º SECRETÁRIO

Adelcor Francisco Vieira
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Romildo Titon

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: João Henrique Blasi

**PARTIDO PROGRESSISTA
BRASILEIRO**
Líder: Gilson dos Santos

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL
Líder: Wilson Wan-Dall

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Pedro Uczai

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Jorginho Mello

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder:

COMISSÕES PERMANENTES

CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS

Ivan Ranzolin – Presidente
Júlio Teixeira – Vice-Presidente
Eni José Voltolini
Olices Santini
Romildo Luiz Titon
Miguel Ximenes
João Henrique Blasi
Pedro Uczai
Jorginho Mello

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel – Presidente
Ivo Konell – Vice-Presidente
Eni José Voltolini
Sérgio de Souza Silva
Leodegar Tiscoski
Jorginho Mello
Gelson Sorgato
Wilson Rogério Wan-Dall
Carlito Merss

AGRICULTURA, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Idelvino Furlanetto – Presidente
Manoel Mota – Vice-Presidente
Olices Santini
Eni José Voltolini
Herneus de Nadal
Norberto Stroisch Filho
Pedro Uczai

DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Sérgio de Souza Silva – Presidente
Jorginho Mello – Vice-Presidente
Udo Wagner
Ivan Ranzolin
Narcizo Parisotto
Wilson Rogério Wan-Dall
Idelvino Furlanetto

TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL E TURISMO

Reno Luiz Caramori – Presidente
Leodegar Tiscoski – Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Gelson Sorgato
Manoel Mota
Norberto Stroisch Filho
Pedro Bittencourt Neto

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luiz Roberto Herbst – Presidente
Ideli Salvatti – Vice-Presidente
Udo Wagner
Lício Mauro da Silveira
Manoel Mota
Júlio Vânio Celso Teixeira
Idelvino Furlanetto

SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Volnei Morastoni – Presidente
Sérgio de Souza Silva – Vice-Presidente
Udo Wagner
Ivo Konell
Gilmar Knaesel
Lício Mauro da Silveira
Cesar Antônio de Souza

TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

Pedro Bittencourt Neto – Presidente
Olices Santini – Vice-Presidente
Ideli Salvatti
Gilmar Knaesel
Herneus de Nadal
Miguel Ximenes
Jaime Aldo Mantelli

FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E EFICÁCIA LEGISLATIVA

Norberto Stroisch Filho – Presidente
Carlito Merss – Vice-Presidente
Lício Mauro da Silveira
Reno Luiz Caramori
Luiz Roberto Herbst
Miguel Ximenes
Júlio Vânio Celso Teixeira

**DEPARTAMENTO
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração eletrônica, montagem e
distribuição.

Diretor: Valter Clementino Pereira

Divisão de Taquigrafia:

responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.

Diretora: Iwana Lúcia Lentz Gomes

Divisão de Divulgação e**Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.

Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luiz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO VII - **NÚMERO 929**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 039ª Sessão Ordinária
realizada em 28/04/1998..... 2

Publicações Diversas

Ata da Procuradoria..... 9
Atas das Comissões
Permanentes 9
Ofícios 31
Projetos de Lei..... 32
Projeto de Lei Complementar..... 32

P L E N Á R I O

ATA DA 039ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 28 DE ABRIL DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Carlito Merss - César Souza - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gelson Sorgato - Gervásio Maciel - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - João Henrique Blasi - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Miguel Ximenes - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olices Santini - Onofre Santo Agostini - Pedro Bittencourt - Pedro Uczai - Reno Caramori - Romildo Titon - Sérgio Silva - Udo Wagner - Vanderlei Rosso - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gervásio Maciel) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao senhor terceiro Secretário, Deputado Afonso Spaniol, que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito ao senhor terceiro Secretário, Deputado Afonso Spaniol, que proceda à leitura do expediente.

O SR. TERCEIRO SECRETÁRIO (Deputado Afonso Spaniol) - O expediente consta do seguinte, senhor Presidente:

PROJETO DE LEI:

- de autoria do senhor Deputado Wilson Wan-Dall, que declara de utilidade pública o Centro de Recuperação Esperança e Vida Sete, com sede e foro na cidade e Comarca de Florianópolis.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR:

- de autoria do senhor Deputado Pedro Uczai, que inclui o Município de Novo Horizonte no anexo único da Lei Complementar nº 157/97.

OFÍCIOS Nºs:

026/98, do senhor Amaral e Silva, relator do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, solicitando que se digne se submeter a deliberação tornando sem efeito o Decreto Legislativo 18.062, que suspendeu a execução das Leis nºs 3.709 e 3.711/92;

001/98, do senhor Presidente da Câmara Municipal de Laurentino, solicitando que seja modificada a Lei Complementar que trata sobre a criação de Comarcas e Varas e dá outras providências;

015/98, do senhor Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Itá, solicitando que a indicação à Assembléia Legislativa do Estado para que a Rodovia que dá acesso da cidade de Itá a Rodovia SC-283, seja denominada de Rodovia Pedro Paludo;

238/98, do senhor Presidente em Exercício do

Tribunal de Justiça do Estado, solicitando licença para que seja processado o Excelentíssimo senhor Deputado Vanderlei Olívio Rosso;

3019/98, do senhor Governador do Estado, comunicando o seu comparecimento e do Vice-Governador na Reunião Preparatória do VII Fórum de Governadores do Codesul/Crecenea-Litoral, a qual, apesar de ser realizada no Município

Catarinense de Dionísio Cerqueira, contará extraordinariamente com eventos na cidade Argentina de Bernardo Irigoyen;

3051/98, do senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando o relatório de atividades do Tribunal de Contas do Estado, relativo ao primeiro trimestre de 1998;

3175/98, do senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado, comunicando que foi recebida neste Tribunal a prestação de contas do Governo do Estado relativa ao exercício de 1997, encaminhada pelo Ofício nº PRCC 2647/982;

3177/98, do senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado, reportando-se ao Ofício

178/98.

TELEX:

- do Supremo Tribunal Federal, comunicando que, por unanimidade, deferiu o pedido de medida cautelar, para suspender até a decisão final de ação, a vigência da Lei nº 10.640, do Estado de Santa Catarina.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gervásio Maciel) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Volnei Morastoni, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Senhor Presidente e senhores Deputados, preciso dar uma satisfação a esta Casa sobre como ficaram as negociações a respeito do Ipsc, até porque na semana passada, em função do feriado, por duas oportunidades eu me inscrevi para trazer essas informações e acabou não sendo possível.

Os encaminhamentos finais na negociação possibilitaram a suspensão da paralisação que estava proposta para os serviços do Ipsc. Como todos sabem, para o dia 17 de abril estava prevista uma paralisação dos serviços do Ipsc, e a Comissão de Saúde e Meio Ambiente desta Casa, no dia 15 de abril (dois dias antes, portanto, desta data limite para o início da paralisação dos serviços), realizou uma audiência pública aqui, ouvindo o Presidente do Ipsc, ouvindo os representantes dos prestadores de serviços, das clínicas, das entidades médicas, da Federação Catarinense dos Hospitais.

Infelizmente, mais uma vez não pudemos contar com a presença do Secretário Estadual da Fazenda, que não compareceu à audiência pública, como não compareceu também o ex-Secretário da Fazenda, Nelson Wedekin, na outra audiência que realizamos em outubro do ano passado, praticamente pela mesma razão, em função dos atrasos do Ipsc para os prestadores de serviço.

Bem, nesta audiência pública do dia 15 ficou encaminhada uma comissão mista, composta por Deputados da Comissão de Saúde, de entidades médicas, de prestadores de serviço, dos sindicatos dos servidores públicos do Estado, com dois objetivos: tratar das negociações, das conversações com a Secretaria da Fazenda com o Presidente do Ipsc para se regularizar os pagamentos em atraso e até impedir essa paralisação dos serviços, que estava prevista; e que se possa trabalhar nos próximos meses sobre um projeto futuro para o Ipsc, que vem se arrastando cronicamente nessa situação de crises, sendo que volta e meia temos que estar como bombeiros apagando incêndio. É uma situação que se arrasta há vários Governos também.

Então, precisaríamos definir o que queremos do Ipsc e o que os servidores públicos propõem ou pensam sobre o Ipsc.

Nesse ponto, nós temos para levar em consideração o relatório de uma CPI sobre o Ipsc, que se realizou no ano retrasado aqui nesta Casa. Desse relatório final da CPI sobre o Ipsc, há inúmeras propostas para a reorganização institucional, para novos caminhos e novas formas de atendimento, para tratar a questão previdenciária e a questão assistencial.

Temos um fórum permanente em defesa do Ipsc, que se constituiu principalmente por ocasião dos trabalhos desta CPI e que apresenta uma série de propostas em relação ao Ipsc. E houve também uma audiência pública realizada em outubro do ano passado, bem como esta que se realizou no dia 15 de abril.

Coletando essas propostas e mais as idéias que naturalmente virão, o objetivo dessa comissão mista seria, até o final de junho, ter uma proposta sobre o Ipsc que pudesse servir de debate. Inclusive, eu entendo que poderia ser debatido com os candidatos ao Governo do Estado.

Vamos ver o que ainda é possível fazer neste Governo. Do ponto de vista da Assembléia Legislativa, o que nós, Deputados, ainda podemos tratar sobre a legislação previdenciária em relação ao Ipsc, ou que outras medidas ainda podemos tratar aqui durante o ano de 1998. Mas, no mínimo, que este projeto possa ser debatido com os futuros candidatos ao Governo do Estado, para que possamos compromissá-los, para que o

próximo Governador tenha um compromisso claro de governo em relação ao Ipsc.

Antes de conceder o aparte ao Deputado Lício Silveira, queria apenas complementar as informações em relação ao primeiro ponto dos objetivos dessa comissão, que foram as tratativas, as negociações a respeito, digamos, daquela paralisação que estava por acontecer. Nesse sentido, em nome da Comissão de Saúde, nos dias 15, 16 e 17 nós tentamos uma audiência com o Secretário da Fazenda, e só fomos conseguir essa audiência no dia 17 às 18h.

Durante uma hora estivemos com o Secretário da Fazenda, e infelizmente não obtivemos nenhum compromisso, nenhuma ajuda financeira, nenhuma determinação do Secretário de saldar o compromisso mais urgente e imediato que a própria Secretaria da Fazenda, que o próprio Governo do Estado tem com o Ipsc, que é uma dívida em torno de sete milhões de reais, cujo pagamento possibilitaria, inclusive, que o Ipsc saldasse as faturas vencidas com os prestadores de serviço.

Bem, depois de uma hora de conversação com o Secretário da Fazenda - e podendo aí sentir, inclusive, a falta de sensibilidade desse Governo no trato dessas questões sociais -, reuni-me, em nome da Comissão de Saúde, com os prestadores de serviço e o Presidente do Ipsc. Foi quando o Presidente do Ipsc apresentou da sua parte, então, uma contraproposta aos prestadores de serviço, contendo os seguintes pontos: parcelamento em quatro vezes da dívida do Ipsc com os prestadores de serviço, que no final foi acatada pelos prestadores. Então, a partir de maio, o Ipsc paga em quatro parcelas sucessivas os serviços prestados cujos pagamentos estão atrasados.

Foi estabelecido também um novo calendário para pagamento de serviços, ao invés do Ipsc sempre pagar no dia 15 de cada mês, pois nunca se sabe em que mês ele está pagando, se está pagando o mês anterior, enfim, é uma confusão!

Então, decidiu-se que a partir do mês de maio o Ipsc pagará até o dia 15 a fatura correspondente do dia 1º de cada mês ao dia 20.

Então, os serviços prestados do dia 1º ao dia 20 devem ser encaminhados ao Ipsc na semana subsequente, e até o dia 15, então, o Ipsc paga sempre o mês anterior.

Por outro lado, foi formada uma comissão, também mista, dos prestadores de serviços com o Ipsc para tratar sobre reajustes de valores de consulta, de diárias hospitalares e também sobre glosas, porque os prestadores se queixavam que havia uma grande quantidade de glosas na prestação de serviços.

Desta forma, então, houve um entendimento. E após esta reunião do dia 17 com o Secretário da Fazenda, ainda participei e dirigi a assembléia geral de todas as entidades prestadoras de serviço, onde pude também prestar esclarecimentos sobre essas tratativas, essas negociações que nós intermediamos, e no final a assembléia geral acatou essa contraproposta apresentada pelo Ipsc. E assim, ao menos, pudemos evitar essa paralisação dos serviços do Ipsc.

Agora, de qualquer forma, fico preocupado, Deputado Lício Silveira, porque nos meses subsequentes, além de vencerem as faturas normais, também vão vencer as parcelas da dívida, e aí, como é que esse dinheiro realmente vai aparecer?!

Eu sei que existem algumas alternativas para se buscar esse dinheiro, até pela negociação, para a qual a Comissão de Saúde da Casa também se colocou à disposição do Ipsc, junto às Câmaras de Vereadores, Prefeituras Municipais e órgãos do Governo que devem ao Ipsc.

Então, aí é uma fonte de recursos que deveremos buscar, e tenho certeza que dentro de um mês outros acontecimentos estarão vindo à tona, os quais irão exigir posicionamento desta Casa, para que possamos honrar os

compromissos de regularização das dívidas do Ipsc com os prestadores de serviço.

Deputado Lício Silveira, sinto que V.Exa. gostaria de me apartear, e como ainda tenho alguns minutos, concedo um aparte a V.Exa.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Eu só gostaria que na reunião de amanhã, na Comissão de Saúde, nós detalhássemos mais esse diálogo que V.Exa. faz no horário de Breves Comunicações, a fim de tomarmos algumas medidas que eu gostaria de sugerir.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Pois não!

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra o Deputado Gervásio Maciel, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO GERVÁSIO MACIEL - Senhor Presidente e senhores Deputados, inicialmente gostaria de registrar a movimentação da nossa gente do interior, preocupada com o projeto de criação das Comarcas, de Varas, enfim, do projeto que trata da Justiça de Santa Catarina. Essas pessoas estão desejosas que ele realmente acompanhe o dinamismo, a modernidade de todo o processo hoje existente no País.

Os Vereadores, Prefeitos, Vice-Prefeitos, Presidentes de Partidos, membros de Partidos buscam o melhor para a sua comunidade. É a força política do interior do nosso Estado preocupada com o bem-estar de sua gente.

Mas o que realmente quero registrar, senhor Presidente, são os problemas causados pelas chuvas no Alto Vale e a ameaça de cheias. A cidade de Presidente Getúlio amanheceu hoje tomada pelas águas, já existe uma pequena enchente, e isso preocupa aquela gente.

Estivemos, no Dia do Índio, na barragem norte de Ibirama, como é mais conhecida, embora fique no Município de José Boiteux, a qual tem tudo a ver com essas cheias do vale norte, até porque a vazão das águas vêm prejudicando, quando não regulada. E hoje aquela barragem norte não tem condições de ter uma comporta regularmente funcionando, o que é uma preocupação para todos nós.

O Governo do Estado assumiu isso e na verdade não tem dado guarida. O Governo Federal jogou para o Governo do Estado, mas não há solução, como já foi denunciado pela imprensa, nem funcionários para cuidar. E o que acontece com as barragens do Alto Vale é um descalço, as barragens de José Boiteux, de Taió, de Ituporanga foram construídas com grandes perdas para esses Municípios, para ajudar a amenizar o problema das enchentes do Alto Vale, mormente de Blumenau.

Então, o Governo do Estado não tem tomado posição firme com relação a isso, e a nossa preocupação é que quando as águas saem do seu leito natural prejudicam a nossa população.

Como me referi anteriormente, no Município de Presidente Getúlio (e não só a cidade, mas o interior) várias pontes foram levadas pelas águas, dando um prejuízo imenso àquele Município, cujo novo Prefeito sofre pela segunda vez com esses danos, além da preocupação de poder atender a sua população diante dos parcos recursos que ele tem, diante da pouca estrutura do setor rodoviário, que vive ameaçado.

E hoje, falando com o Prefeito de Rio do Sul, ele me disse que lá várias casas já estão alagadas. O rio subiu oito metros e já começa a causar preocupação aos moradores ribeirinhos e, como um todo, à população de Rio do Sul e do Alto Vale, que ainda têm as imagens das enchentes de 83 e 84. E com todas estas informações sobre o efeito do El Niño, ficam muito mais preocupados com as lembranças do drama vivido nas cheias passadas.

É evidente que quando a Prefeitura dá apoio a quem está ameaçado, a quem vê a água dentro da sua casa, sempre há um alento, uma esperança, uma confiança. A Prefeitura e as comissões de defesa civil são as que ajudam, que participam neste momento, amenizando o problema dessa gente. Mas a nossa preocupação é com o Governo do Estado mais uma vez.

Parece que temos a vocação de vir aqui para falar, denunciar, porque na verdade é uma incoerência, um descaso desse Governo. E faz uma publicidade por aí fora quando leva cheque, viaturas para os Municípios que parece que ajuda todo mundo!

Estávamos em São José do Cerrito participando de um grande rodeio (somos tradicionalista e gostamos desta festa), e pelo discurso deste Governador lá, no último sábado, parecia que tudo estava às mil maravilhas.

Em Presidente Getúlio, o nosso amigo Jaci Bortolon, Deputado Gilson dos Santos, não teve nas enchentes do ano passado sequer um caminhão caçamba para amenizar os problemas nas suas estradas!

Então, é um Governo que discrimina, é um Governo que não dá cobertura legal. Se fosse legítimo... esse Governo que aí está não é mais legítimo; é legal, mas não é legítimo, não possui mais o apoio do povo. Não faz nada a esses Municípios senão assinar ficha do PMDB ou fazer um discurso em favor do PMDB.

Lamentavelmente, o Município de Presidente Getúlio é um dos discriminados, como tantos outros no Alto Vale e em Santa Catarina. Nós podemos falar à vontade porque no Governo de Esperidião Amin, nas enchentes, ajudamos a Prefeitura de Rio do Sul, de Blumenau, que eram do PMDB.

Podemos falar que não discriminávamos, mas este Governo, até nas enchentes, até numa situação dessa, discrimina odiosamente não o Prefeito que é do PPB, mas o povo de Presidente Getúlio, do Alto Vale, que nessas horas precisa de uma ação mais forte de um Governo que está montado, que está nadando em dinheiro, como diz nos seus discursos nos Municípios onde leva cheques, viaturas, até para derrubar os históricos do PMDB. Não querem acabar apenas com Santa Catarina ou com os demais Partidos, hoje têm até a vocação de acabar com os históricos do PMDB!

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GERVÁSIO MACIEL - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Caro Deputado, V.Exa., no discorrer da sua fala, salientou a entrega, no domingo próximo passado, de ônibus, de Kombis e outras viaturas para o Município de São José do Cerrito. Só que paira aí alguma coisa que deixa dúvida, pois, segundo os jornais, os ônibus, as Kombis, as viaturas eram reformados.

Deputado, ônibus reformado não me cheira bem! Acho que deveríamos aprofundar este tema para vermos a origem desses ônibus, desses veículos e das reformas.

São José do Cerrito está tão massacrado que só poderia receber ônibus velho com uma pinturinha por cima. Irei conversar com o Prefeito, para consultá-lo a respeito. Aliás, irei pedir para um motorista da Reunidas, que entende bem de ônibus, verificar os ônibus de São José do Cerrito, para ver como é que estão. Não é possível que até isso esteja acontecendo nesse Governo: entregar ônibus velho, reformado! Qual é a modalidade de compra? Como é que estão fazendo isso? Este negócio não me cheira bem!

O Deputado Miguel Ximenes está dizendo que para ônibus velho tem outro dono. O Governador que não se meta nesse rolo!

O SR. DEPUTADO GERVÁSIO MACIEL - Deputado Miguel Ximenes, eu não me referi a assinar ficha. É que realmente os Vereadores, os Prefeitos... Sei que V.Exa. é um sofrido do PMDB e tem qualidade, deveria ser respeitado pelos votos e pela pessoa que é, bem como pela

contribuição que tem dado a Santa Catarina.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GERVÁSIO MACIEL - Pois não!

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Eu tenho uma sugestão que vai resolver o problema do PMDB, que é trazer o Vladimir Palmeira, do PT do Rio do Janeiro. Ele vai acertar todo esse problema relacionado com o PMDB, não tenho a menor dúvida disso.

O SR. DEPUTADO GERVÁSIO MACIEL - Encerro pedindo ao Governo do Estado que seja sensível aos Municípios do Alto Vale, como Presidente Getúlio e Rio do Sul; que a Defesa Civil dê a devida cobertura legal que manda a lei. Ou seja, o Governo tem que assistir a esses Municípios numa tragédia como esta. E que deixe de fazer tanta politicagem, até porque ganhou do históricos, não precisa mostrar mais tanto serviço nos lugares onde realmente já tem seus votos garantidos!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PFL.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra aos Deputados do PFL.

(Pausa)

Não havendo oradores do PFL que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o Deputado Sergio Silva, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERGIO SILVA - Senhor Presidente e senhores Deputados, quero dar ao animado Deputado Carlito Merss um relatório a respeito das atividades da Comissão de Direitos Humanos, a qual tenho a honra neste ano de presidir.

Estamos elaborando uma programação especial para este ano, já que estamos comemorando os cinquenta anos da Declaração dos Direitos Humanos em nível mundial. O mundo inteiro se reunirá e fará um balanço dos direitos humanos em todos os pontos deste planeta, e nosso Estado não poderá passar em branco nessa data histórica.

Então, hoje apresentamos aos Membros da Comissão de Direitos Humanos uma pauta para o ano, que contempla inúmeras atividades e culmina com um ato solene nesta Casa, para lembrarmos, ratificarmos, falarmos a respeito do direito universal do homem na face da terra.

Dos nossos trinta capítulos, que tão poucas pessoas conhecem, que tão poucos povos respeitam em sua plenitude, nós temos que apresentar neste ano à sociedade catarinense, no mínimo, um balanço do que acontece presentemente em nosso Estado.

Além disso, Deputado Gilson dos Santos, temos que nos preocupar com os novos desafios que a raça humana vai enfrentar na virada deste século. Há cinquenta anos era o momento do pós-guerra, havia acabado o conflito que juntou de um lado parte do mundo e do outro a outra metade. Era o momento em que o homem refletia sobre a guerra, sobre as ações bélicas, sobre as prisões, principalmente as militares.

Inúmeras atrocidades foram cometidas em nome do militarismo, e aí aconteceu a reunião que culminou por se balizar, ética e moralmente, aquilo que o homem poderia fazer e não deveria fazer com o seu próprio semelhante, não um complemento aos mandamentos, mas uma formulação ética àquilo que foi pregado há mais de dois mil anos.

Portanto, neste momento em que estamos virando o século, já não é mais a preocupação bélica, os exércitos, que fazem com que homens sejam agredidos pelos seus semelhantes; temos que discutir questões como a clonagem. É possível o homem gerar outro homem à imagem e semelhança? É possível re-

produzirmos em escala de laboratório, e quem sabe industrial, robôs humanos? Será que é direito? Será que é correto? Será que é ético? Será que é moral o desenvolvimento em vários segmentos na área científica, como a guerra biológica, com muitos vírus que conhecemos espalhados pelo mundo?

Muitos falam que o ebóla, aquele vírus que leva a pessoa a sangrar até a morte, é um desses produtos de laboratório que acabaram se espalhando por parte do mundo; outros afirmam que a Aids, igualmente, é um produto de laboratório que se espalhou pelo mundo descontroladamente. E assim outras novas doenças, que surgem quase que por mistério, são elaboradas em laboratórios escusos.

Então, a ética tem que acompanhar a ciência, o tempo, o novo momento e o novo milênio que estamos para descortinar. Por isso que a Comissão de Direitos Humanos desta Casa irá realizar uma reunião ampliada com 42 entidades no plenarinho, assim como vamos discutir uma questão basilar, que é um levantamento das últimas conquistas do homem em relação aos nossos direitos.

Nós também vamos discutir lá os problemas dos índios, dos negros, das crianças, dos presos, dos despojados da sociedade, de todos aqueles excluídos, que devem participar da vida pública em sua plenitude, da vida civil em sua plenitude, como forma de resgatarmos cidadãos para a cidadania.

Nós teremos no dia 5, portanto, essa reunião ampliada, para a qual convidamos não só os Deputados daquela Comissão, mas todos os Deputados que compõem este Plenário, para participarem das discussões de alto nível, e não filosóficas, apenas práticas, porque vamos tratar do dia-a-dia do nosso cidadão.

A partir do dia 5, iremos tirar uma apresentação para participar em Brasília do III Encontro Nacional de Direitos Humanos, nos dias 13, 14 e 15 de maio deste ano. Nesse encontro nacional, Santa Catarina terá que levar a sua posição, a exemplo do que aconteceu no ano passado e no ano retrasado, quando lá se fez representar.

E vamos lá levar a posição colhida não apenas deste Plenário, mas das entidades oficiais e não-oficiais, que, tenho certeza, vão poder dar a sua contribuição. E a partir disso, poderemos introduzir uma série de novos conceitos, de programas, de projetos, a cobrar dos cidadãos os nossos direitos, do homem, da mulher, da criança, de todos, principalmente dos excluídos.

Faço aqui um convite e um apelo para que todos compareçam no dia 5, para que possamos dar uma maior representatividade e, dessa representatividade, extrair o que de melhor temos no sentido humano para colocarmos em documento.

O Sr. Deputado Carlito Merss - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERGIO SILVA - Pois não!

O Sr. Deputado Carlito Merss - Deputado Sergio Silva, em primeiro lugar eu gostaria de justificar que a minha ausência na reunião da manhã foi em razão de compromissos assumidos. O meu assessor de gabinete deve ter participado da reunião, mas ainda não consegui despachar com ele.

Quero dizer que fico feliz com essa sua vontade de fazer com que essa Comissão funcione, Comissão esta que teve dificuldades até de ser criada. Ela era somente Comissão de Defesa do Consumidor, e nós conseguimos, na mudança do Regimento Interno, ampliá-la para englobar essas questões todas levantadas por V.Exa., inclusive reforçando a importância do ano de 1998, eis que no dia 10 de dezembro estaremos completando o cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

É importante ressaltar que na semana passada conseguimos aprovar nesta Casa o Conselho Estadual de Direitos Humanos. Há cerca de duas semanas foi assinado pelo Governador do

Estado a permissão para a comissão que vai analisar todos os casos de catarinenses envolvidos, presos, torturados durante o período da ditadura militar.

Algumas questões, inclusive, estão repesadas, como o relatório feito pelo Deputado Pedro Uczai em visitas que fez a algumas comunidades indígenas do Oeste, que estão sofrendo problemas gravíssimos. Temos também todo um trabalho encaminhado na questão da criança e do adolescente, no sentido de fazer com que o Estatuto da Criança e do Adolescente seja efetivamente cumprido, que junto às Prefeituras se reforce a necessidade dos conselhos tutelares, dos conselhos da criança e do adolescente, porque há problemas graves, como a prostituição infantil, ligada inclusive ao turismo sexual infantil. Então, são denúncias graves que temos na Comissão, que tem muito trabalho.

E um trabalho que temos, que no meu entendimento ainda é o mais pesado de todos, é descaracterizar junto à população um conceito que, infelizmente, foi impregnado por alguns setores da mídia nacional: que direitos humanos é aquele grupo de pessoas que defendem bandidos.

Eu senti na pele, nestes dois anos como Presidente, que ainda existe um preconceito muito grande da sociedade, nos espaços em que tive essa discussão, de que direitos humanos é aquele grupo de pessoas que defende bandidos. Acho, portanto, que este seja o nosso principal motivo: descaracterizar, mudar este conceito, que infelizmente está embutido na cabeça de muita gente da sociedade.

Eu acho que direitos humanos é mais complexo. V.Exa. levantou mais temas, e essa questão da clonagem, acho que passa por isso, é uma discussão nova que o mundo está fazendo. Até porque os conceitos científicos que existiam davam como unidade, como possibilidade uma, e de repente a ciência mostra que não é mais assim. Quer dizer, temos muitas coisas para discutir, como a questão do escravo no nosso Estado. Infelizmente ainda temos isso.

Já houve alguns contatos com o Delegado Regional do Trabalho, nosso companheiro de Joinville, no sentido de que teremos que retomar essa discussão para que tenhamos o apoio da Delegacia do Trabalho, porque existe esse trabalho escravo em Santa Catarina, temos denúncias concretas em relação a isso.

Então, tem muito trabalho para ser feito, e fico feliz em ver V.Exa. com toda essa vontade. Sei que quando V.Exa. assume um trabalho vai fundo, e quero ser um companheiro, até pelo aprendizado que tive nesses três anos como Presidente e como Membro da Comissão.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO SILVA - Agradeço, Deputado Carlito Merss. Tenho certeza que não é fácil sucedê-lo nessa área em que V.Exa. foi tão atuante.

É um desafio enorme acompanhar essas modernidades, como eu falava no meu discurso. O ambiente em que foi declarado a universalidade desses direitos era um, era o mundo bélico, o mundo que resolvia os seus problemas pela força militar. Hoje os problemas não são mais resolvidos pela forma bélica; infelizmente, eles são resolvidos de uma forma muito pior, que é o isolamento, que é o empobrecimento, que é degradar-se a vida humana para, após isso, invadir-se aquele território e buscar ali os valores ainda materiais que eventualmente possam existir.

Então, é a exploração, a exemplo de outros séculos, só que adaptada à forma moderna e triste que estamos vendo.

Esta Declaração Universal dos Direitos Humanos deve servir como anteparo ético, como anteparo moral para essas questões que as legislações nacionais e transnacionais não conseguem resolver. Somente a ética e a moral é que podem colocar algumas limitações, não é, Deputado Carlito Merss?

Nós temos inúmeros desafios modernos, aliados àqueles que se arrastam com o tempo (eu falava dos excluídos), e temos que

adotar novas posições para saber o que é correto e o que não é, o que deve ou não servir ao homem com engrandecimento, e não servir ao homem como forma escrava.

E digo mais: aqueles que dizem que direitos humanos serve apenas para defender bandidos, é porque não conhecem a declaração nos seus trinta artigos, é porque não conhecem a própria declaração do Presidente Fernando Henrique, que diz, no seu discurso de criação da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, que "A democracia, a qualidade de vida e o bem-estar social agora têm uma nova denominação: Direitos Humanos Universais aplicados no Brasil."

Quando um Presidente da República reconhece o direito humano como a sua principal meta a ser conquistada é porque ela não é mais parte de segmentos da sociedade, como alguns poucos heróicos que saíam por aí bradando as bandeiras. Ela deve ser incorporada por todos nós como uma forma legítima de luta, para termos a democracia na sua plenitude e principalmente os direitos sociais conquistados a todos, e não somente a alguns.

Peço a ajuda do Deputado Carlito Merss, peço a ajuda dos outros trinta e oito Deputados desta Casa, porque teremos, Deputado Narcizo Parisotto, um ano de muita luta, de muito trabalho para levantarmos os principais problemas, sugerirmos soluções, enfim, tentarmos fazer a sociedade conhecer um pouco mais dos seus direitos e das suas obrigações perante o seu semelhante.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos nove minutos estão destinados ao PT.

Com a palavra o senhor Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Senhor Presidente e senhores Deputados, aproveitando o tema que o Deputado Sérgio Silva colocou no momento em que falou em nome do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, gostaria de ler um texto do jornal do Diretório Regional do PT de São Paulo, chamado Linha Direta, escrito pelo jornalista e crítico de cinema José Geraldo Couto, que tem o seguinte título: Central do Brasil é antídoto contra o cinismo.

(Passa a ler)

"Central do Brasil, de Walter Salles, que entrou em cartaz no dia 03 de abril, é um antídoto contra o cinismo e a indiferença na sociedade brasileira, ou pelo menos em boa parte dela.

O filme conta a história de Dora (Fernanda Montenegro), uma ex-professora que ganha a vida escrevendo cartas ditadas por analfabetos, na Estação Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Por essas cartas passam os dramas de uma legião de despossuídos, buscando desesperadamente seus parentes afastados, seus laços íntimos, sua identidade perdida.

Em princípio, indiferente aos destinos de seus clientes - cujas cartas muitas vezes nem chega a pôr no correio -, Dora acaba se envolvendo com um menino, Josué (Vinicius de Oliveira), quando a mãe deste morre atropelada em frente à estação, depois de ditar uma carta à escrevinhadora. Sozinho no mundo, o menino quer partir em busca do pai, que vive no sertão do Nordeste e que ele não conhece.

A velha e o garoto partem então para uma viagem ao coração do Brasil, não sem antes presenciarem os horrores de um país em que crianças são vendidas para o mercado de órgãos e a propriedade vale mais que a vida humana.

Se para Josué a viagem significa uma busca de suas origens, para Dora trata-se de uma jornada ética, de descoberta do outro.

De certo modo, a protagonista representa cada um de nós, brasileiros, que estamos atolados no individualismo e na apatia, e que precisamos redescobrir a solidariedade e o afeto. É, nesse sentido, um filme profundamente crítico,

não no sentido carola da palavra e, sim, no de valorização da fraternidade humana.

O próprio filme significou, para a equipe que o realizou, um mergulho no país real, distante da zona sul carioca ou da região paulistana dos Jardins. A começar pelo menino, Vinicius de Oliveira, descoberto pelo diretor Walter Salles quando trabalhava como engraxate no aeroporto Santos Dumont, no Rio. Há algo de simbólico no fato de esse menino, saído das ruas, contracenar com a maior atriz do país, Fernanda Montenegro. É para essa aliança entre a arte e a vida, uma iluminando a outra, que o filme aponta.

Central do Brasil, como se sabe, conquistou o Urso de Ouro no Festival de Berlim, e o prêmio de melhor atriz para Fernanda Montenegro (em mais um desempenho soberbo).

Mais importante do que o reconhecimento internacional, entretanto, é o impacto que o filme pode causar aqui mesmo, ao tocar em feridas profundas de um país tão injusto, sofrido e, ainda assim, cheio de esperança."

Espero, Deputado Gilson dos Santos, que os cinemas de todas as cidades catarinenses ainda estejam mostrando esse filme.

Quero dizer, com uma certa tristeza, que verifiquei que ainda hoje existem grandes filas para assistir o grande filme Titanic. Acho que do ponto de vista técnico, de produção cinematográfica, Titanic é um grande filme, talvez, em termos de efeitos especiais, o maior filme do mundo. Só que eu me sinto muito mal ao verificar, em alguns cinemas, nas filas de um lado e do outro, apenas algumas pessoas para assistirem o filme Central do Brasil.

Não é uma coisa muito simples ganhar um prêmio como esse em Berlim. Todo mundo sabe que os críticos e os assistentes de cinemas alemães são muito críticos, são muito duros. Não é fácil ganhar um prêmio lá!

Esse filme, para quem não sabe, foi aplaudido, depois da sua exibição, por mais de dez minutos, por todos os técnicos, assistentes e críticos de cinema na Alemanha, porque ele consegue, com uma simplicidade incrível - e aí está a sensibilidade do nosso diretor Walter Salles, em mostrar aquilo que está dito no texto do crítico de cinema José Geraldo Couto -, mostrar um Brasil real, que nós, infelizmente, temos vergonha de mostrar.

Na verdade, hoje, não é mais preciso armas bélicas, porque há outras armas muito mais poderosas, e lembramos aqui janeiro de 91 e a ocupação do Iraque. Naquela época a ONU, como órgão de arbitramento mundial, aceitou aquele ataque bélico de todos os países unidos, porque estava em disputa a democracia no Kuwait. O argumento oficial da ONU foi de que havia uma democracia no Kuwait a perigo. Por isso, foi necessária aquela ocupação.

E nós tivemos naquele momento uma transmissão exclusiva da CNN. Assim como vemos hoje grandes eventos esportivos sendo transmitidos com exclusividade, e as empresas pagam por isso, tivemos naquele momento as imagens que o mundo viu, exclusivas da CNN.

Portanto, é dessa forma, através da mídia, de um processo de persuasão intelectual, político e ideológico que há dominação. E começa-se a aceitar naturalmente a fome, a miséria e a exclusão.

Hoje, um Presidente da República (para mim um ex-sociólogo) tem a coragem ou cinismo de dizer que estamos assumindo, estamos nos inserindo a essa globalização, a esse processo globalizado, porque não há outra saída! E esse modelo criou um novo conceito social - os impregáveis. E se acata isso ideologicamente, com naturalidade!

Portanto, isso mata mais que o Napalm, que as bombas utilizadas na II Guerra ou em todas as guerras convencionais que tivemos depois.

Esse filme, Central do Brasil, mostra um Brasil que a Globo não quer mostrar, que a grande mídia não quer mostrar - um País de analfabetos, um País de esperança, um País em

que os brasileiros procuram se encontrar. Mostra as dificuldades e com uma singeleza que, felizmente, ainda foi possível o cineasta mostrar, quando, na verdade, a lógica é a violência e a crueldade das imagens. Mostra um filme simples, que espero que os Deputados Sergio Silva e Miguel Ximenes vejam nesta semana para que talvez na semana que vem possamos fazer uma discussão maior sobre ele.

Espero que pelo menos 10% dos brasileiros que assistiram ao Titanic vejam esse filme, para que possamos recuperar a produção cinematográfica nacional e, principalmente, a vontade de ver um Brasil real, que, infelizmente, a grande mídia nacional procura esconder ao mostrar um plano em que está tudo bem, em que está tudo certo. Mas sabemos que um Brasil real está aí pedindo para ser mostrado.

Eu acho que nós, lideranças, representantes populares, temos que ter essa capacidade de ver este Brasil e denunciar para que efetivamente possamos ter, sim, um Brasil fraterno, solidário, o que deve ser, com certeza, o objetivo dos quarenta Deputados desta Casa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PPB.

Com a palavra o senhor Deputado Gilson dos Santos, por até dezesseis minutos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente e senhores Deputados, gostaria, nesta tarde, de repercutir, mesmo de maneira leve, as colocações que foram feitas ontem à noite, aqui, pelo Secretário da Fazenda, Marco Aurélio Dutra.

Digo isso, porque lendo os jornais de hoje o Secretário da Fazenda diz que o projeto de lei de anistia fiscal será encaminhado a esta Casa na próxima semana.

Esse projeto está sendo estudado desde outubro do ano passado, veio aqui como medida provisória e foi rejeitado, inclusive, na sua admissibilidade, naquela oportunidade. Agora, no corrente ano, já houve algumas reuniões entre membros da Fazenda, membros de empresas privadas deste Estado e Parlamentares, onde se teve o compromisso da Secretaria da Fazenda de encaminhá-lo na semana seguinte à nossa reunião, realizada no plenarinho desta Casa, mas já faz mais de um mês e até agora nada aqui foi colocado para a apreciação dos senhores Parlamentares.

Se estou falando isso, Deputado Reno Caramori, é porque se na semana que vem esse projeto aportar nesta Casa, vai haver uma pressão muito grande para que o aproveemos em uma semana no máximo, ou em dois dias, ou até um dia, Deputado Carlito Merss.

Então, realmente, são coisas que eu não posso conceber, até porque se não tivessem interesse de mandar esse projeto à Assembleia Legislativa, então, para que fazer uma série de reuniões, assumir compromissos e depois não encaminhar o material?

Realmente, fico muito chocado com essas colocações, porque dá a entender que a Assembleia Legislativa é a culpada. E o Secretário chega a dizer que está havendo uma entrada a menor de mais de 4 milhões de reais por mês, por conta desse comentado projeto de remissão de multas.

Deputado Carlito Merss, estamos num período eleitoral. De 2 de abril para cá, a grande verdade é que já estamos a seis meses das eleições de 4 de outubro e, evidentemente, todos os projetos de lei que virem para esta Casa terão que merecer, no mínimo, daqueles que são postulantes ao cargo de Governador do Estado a sua participação se não com votos, mas, sim, com opiniões que vão dizer respeito, sem dúvida alguma, ao futuro Governo que vai se instalar a partir de 1º de janeiro de 1999.

Eu estou chamando a atenção disso, porque eu sei que esta Casa, que é uma Casa

absolutamente aberta e democrática, muito suscetível de pressões, muito sujeita a considerações de outros segmentos, vai ser pressionada, não tenho dúvidas, para abreviar as discussões de um projeto de lei dessa natureza.

Ora, e chamo aqui o testemunho do Deputado Romildo Titon, há mais de um mês, naquela sala do plenarinho, a Secretaria da Fazenda informou que na segunda-feira seguinte, ou seja, quatro dias depois da reunião, teria a possibilidade de nos encaminhar esse projeto para a devida apreciação. Mas até agora ele aqui não chegou. E vejo hoje nos jornais que o Secretário diz que na semana que vem vai encaminhá-lo. Só que, Deputado Carlito Merss, está sendo uma semana muito demorada.

Faço questão de fazer esse registro, uma vez que não vamos permitir, em hipótese nenhuma, que sejamos empurrados, Deputado Reno Caramori, para uma decisão que não seja uma decisão devidamente estudada e amparada em considerações daqueles que porventura possam ser o futuro Governo do Estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Gilson dos Santos, V.Exa. pode imaginar a minha indignação ontem quando o Secretário solicitou ao seu colega auxiliar de trabalho quais eram as vantagens que os adimplentes teriam na compensação dos inadimplentes, daqueles que atrasaram.

Quero crer, Deputado Gilson dos Santos, que esse projeto será a salvação de muitos empresários e a solução para que o Estado receba o que lhe é de direito, em termos de tributos.

Tenho dito que não sou muito simpático a esse tipo de procedimento, porque no Governo do Vilson Kleinübing nós propusemos uma moção para que fosse feita uma anistia, mas o efeito surtido não foi dos melhores e nem significativo.

No entanto, tendo em vista a situação em que se encontra hoje a grande maioria dos empresários, que não são sonegadores, são, sim, inadimplentes, que querem fazer com que a sua empresa se torne adimplente, cumprindo com o compromisso que eles têm com a Fazenda Estadual, ou seja, o pagamento do ICMS atrasado, acredito que esse projeto seja a solução.

A situação das empresas, isso em todos gêneros, em todos os segmentos produtivos, hoje é de grandes dificuldades. Talvez esse projeto seja a solução.

Agora, o que eu não consigo entender e nem tenho condições de explicar aos empresários que nos procuram todo o dia, é essa postergação.

Em dezembro foi tentado nos empurrar goela abaixo uma medida provisória cheia de vícios de origem, que nós, conscientemente, rejeitamos, inclusive com anuência de Deputados que dão apoio a este Governo, porque seria uma falta de responsabilidade muito grande aprovarmos aquela medida provisória.

A época, solicitamos com toda a boa vontade que, no mês de fevereiro, fosse encaminhado a esta Casa, no início dos trabalhos, um projeto de lei que viesse realmente solucionar o problema do caixa do Estado e o cumprimento dos empresários devedores com a Fazenda do Estado.

No entanto, até hoje não temos o que dizer aos empresários que estão, todos os dias, perguntando-nos quando é que vem o projeto, porque querem cumprir com a sua obrigação, pois precisam de certidão negativa de multas e de outras documentações, eis que não têm condições de realizar negócios com empresas estrangeiras, porque estão engatados com o débito na Fazenda.

Não estou entendendo, Deputado Gilson dos Santos, o porquê da demora da vinda desse projeto, já que era tão rápido e que queriam

nos empurrar goela abaixo como uma medida provisória.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Agradeço pelo aparte de V.Exa. e incorporo-o ao nosso pronunciamento.

O Sr. Deputado Carlito Merss - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Carlito Merss - Algumas questões o Deputado Reno Caramori já colocou. Inclusive, ontem, quando fiz a pergunta ao Secretário, fiquei realmente estupefato, porque não sabia como ficava com os que pagam em dia, não sabia explicar que tipo de vantagens teriam.

Isso não é possível, porque, além de ser Secretário da Fazenda há um mês, é um dos técnicos mais assíduos daquela Casa. Não posso aceitar que o Secretário não tenha noção dessas questões fundamentais do projeto.

Quero dizer ainda mais, Deputado Gilson dos Santos: há uma preocupação muito grande por parte da Bancada do PT em relação a esse projeto. Ele fala, a princípio, de um bilhão e seiscentos, e hoje já se fala de um bilhão mais um bilhão, somando multas e juros, cerca de dois bilhões.

Acho muito grande esse número, isso significa mais de dez arrecadações mensais. E quero saber de que forma nesse projeto o Governo vai tratar, porque no meu entendimento são dois conceitos que são muito parecidos, pois há uma divergência conceituada do que seria um sonegador e do que seria um inadimplente.

Como é que vai se definir isso? O medo que eu tenho (e ouvi isso em algumas conversas) é que muitos empresários já estão sabendo do encaminhamento desse projeto. E, assim sendo, desde setembro e outubro do ano passado não pagam mais, porque sabem que virá um projeto de remissão, de anistia. E por isso, aproveitou-se das dificuldades ou até da malandragem para não pagar ICMS.

No meu entendimento podem utilizar o argumento que quiserem, mas eu trabalhei com custos em empresa privada e sei que não há uma empresa que não inclua ICMS no seu custo final de produção. O ICMS está embutido no preço. E se ele conseguiu vender o produto ao seu consumidor, está cometendo um crime chamado, no mínimo, apropriação indébita.

Então, acho que esse projeto terá a capacidade de fazer muito claramente essas distinções, porque senão (coloquei isso claramente ao Deputado Romildo Titon), para aprovarmos um projeto muito facilitador, estaremos estimulando os maus pagadores e tratando os bons pagadores como um bando de otários. Temos que ter a capacidade de conseguir administrar as contradições de um projeto como este.

Esperamos que o Governo mande o quanto antes, se é que ele ainda acha necessário mandar esse projeto, porque em dezembro veio a medida provisória, e tentaram, infelizmente, aprová-la de qualquer jeito, mas não aceitamos isso. E agora estamos ouvindo esse projeto há meses, pela imprensa, quando na prática não temos a minuta, ou o projeto, aqui, para analisar.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Mas veja bem Deputado, uma das observações que foram feitas, ontem (está aqui no jornal), pelo Secretário da Fazenda realmente me causa espécie, porque ele culpa o Deputado Lício Silveira pela não-colocação das ações da Casan no mercado. Veja que coisa mais absurda isso, porque o projeto do Deputado foi aprovado na quarta-feira e ainda não foi para o Governador sancionar. Evidentemente que ele não pôde ter tido nenhum tipo de influência nessa comentada venda de ações da Casan.

O Sr. Deputado Romildo Titon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Romildo Titon - Voltando ao assunto da questão do projeto do ICMS, eu

queria fazer minhas colocações tendo em vista que participamos de quase todas as discussões na Secretaria da Fazenda e aqui nesta Casa, onde foi colocado, de uma forma muito clara, que havia duas etapas a serem vencidas diante desse processo muito complexo.

Primeiro, houve aquele entendimento amplo com todas as entidades representativas, de onde vieram sugestões de todas as formas para se tentar encaixar dentro daquele projeto. E, posteriormente, sempre ficou muito claro, por parte do Secretário, que tínhamos barreiras a serem vencidas quanto aos técnicos da Secretaria da Fazenda.

Eu tenho acompanhado isso, Deputado Gilson dos Santos, depois de todas aquelas reuniões que tivemos, muito constantemente na Secretaria da Fazenda. E nós sabemos, como V.Exa. sabe, dos problemas que se têm dentro da Secretaria, quando se mexe na legislação fiscal, sobre a qual muitos são contra.

Eu quero discordar do Deputado Reno Caramori, que disse que o projeto que veio no ano passado, veio cheio de vícios. Então, vai vir de novo, porque o projeto é praticamente o mesmo, ele apenas muda alguma coisa com relação a isenções, aquilo que as próprias entidades, que representaram os demais empresários nas reuniões, conseguiram, ou seja, algumas alternativas.

Quanto a questões de vício, não tinham no ano passado. Ficou muito claro que não houve vontade dos Deputados de aprovar aquele projeto. Mas se aquele tinha vícios, esse também vai ter, porque não muda nada na questão de legislação, mas, sim, na questão dos benefícios.

Eu queria fazer esta colocação, porque V.Exa. sabe tanto quanto eu onde é que as coisas estão esbarrando para que esse projeto venha para esta Casa definitivamente, que é um anseio de uma grande parte dos contribuintes do Estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Agradeço pelo aparte de V.Exa., nobre Deputado.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Gilson dos Santos, com sua permissão, quero dizer ao Deputado Romildo Titon que, por favor, os técnicos da Secretaria até dezembro combinavam com tudo, concordavam com tudo, não tinha problema nenhum! Ai mandaram! Mas ai houve uma série de erros, de contradições e até de favorecimentos que foram, agora, eliminados.

Então, quero crer que agora vem um projeto realmente de acordo com o que os catarinenses precisam! Eu sou favorável a isso! V.Exa. é empresário, eu sou empresário e tantos outros são empresários. E o que nós precisamos realmente é não prejudicar os adimplentes favorecendo os inadimplentes.

Sonegador é uma coisa e inadimplente é aquele que não teve condições de pagar, que declarou, mostrou, relacionou, tirou a nota fiscal e não teve como pagar aquele imposto devido, pelo fiado que fez, pelas prestações não pagas e uma série de coisas que influencia nisso.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Muito obrigado, Deputado Reno Caramori.

Vou finalizar as minhas palavras, aqui, dando um testemunho, Deputado Leodegar Tiscoski, a respeito da atuação do Deputado Herneus de Nadal nesta Casa, que hoje está sendo colocado como homem de posição dubia.

Não acredito nisso, em absoluto, porque o Deputado Herneus de Nadal sempre foi, aqui, um homem que assumiu todas as responsabilidades no que diz respeito a ônus e a bônus. Acho que estão fazendo com o Deputado Herneus de Nadal realmente um jogo, que não é, em absoluto, da sua condição de Deputado que sempre assumiu responsabilmente todas as posições aqui nesta Casa.

A minha solidariedade ao Deputado Herneus de Nadal, porque não concebo que aquilo

que está colocado nos jornais de hoje tenha algum fundo de verdade.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Ouço V.Exa. até porque registrei solidariedade a V.Exa.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Nobre Deputado, eu normalmente venho aqui para o Plenário no horário das deliberações e hoje desci porque esperava, de fato, que alguma manifestação nesta direção fosse efetuada.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - V.Exa. não esperava a minha, não é?

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - A de V.Exa. não, mas que alguma manifestação viesse nesta direção, sim.

Antes de vir aqui, para o Plenário, tive o trabalho de me dirigir até a imprensa, conversar de forma respeitosa e dizer que infelizmente este Deputado não havia sido ouvido, como é da boa técnica, para que pudesse se manifestar. Inclusive, já fiz a minha manifestação, que estará certamente nos jornais do dia de amanhã.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - V.Exa. poderia até nos adiantar a sua manifestação, porque realmente estou muito preocupado, até porque conheço V.Exa. há oito anos nesta Casa e V.Exa. sempre foi de posição absolutamente nítida, clara e transparente.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Eu gostaria de dizer que não adiantei, porque acreditei serem verdadeiras as afirmações de V.Exa. com referência à coerência e ao espírito público deste Deputado.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Muito obrigado, nobre Deputado.

Eu fiz um registro e quero dizer a V.Exa. que foi de coração e de corpo presente, porque sei do trabalho de V.Exa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Terminado o horário dos Partidos Políticos, passaremos à Ordem do Dia.

Encontra-se sobre a mesa justificativa de ausência dos senhores Deputados Adelor Vieira e Jaime Mantelli, que encontram-se participando da conferência da Unale.

Solicitamos ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à chamada dos senhores Deputados para a verificação de quórum.

(Procede-se à chamada dos senhores Deputados.)

Temos vinte e cinco senhores Deputados presentes.

Há quórum para deliberação.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 363/96, de autoria do Deputado Carlito Merss, que cria o Conselho Estadual de Direitos Humanos - CEDH - e dá outras providências.

Ao presente projeto foram apresentadas emendas redacionais.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis, de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor e de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação as emendas.

Os senhores Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Em votação o projeto, sem prejuízo das emendas.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado Ivan Ranzolin, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Associação dos Moradores do Bairro Coral, de Lages, com cópia

ao Prefeito Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, à direção do Colégio Estadual Nossa Senhora do Rosário, à paróquia, ao jornal Correio Lageano, pela passagem do cinquentenário de fundação.

A Presidência defere.

Requerimento de autoria do Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Embrapa, cumprimentando-os pelo transcurso da data de 26 de abril, comemorativa aos 25 anos de atividades.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Luiz Herbst, solicitando uma sessão especial da Assembleia Legislativa no dia 6 de maio, das 14h às 16h, em comemoração aos 75 anos de fundação da Base Aérea de Florianópolis.

Em discussão.

O Sr. Deputado Luiz Herbst - Pedimos a palavra, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra o senhor Deputado Luiz Herbst.

O SR. DEPUTADO LUIZ HERBST - Senhor Presidente e senhores Deputados, fizemos esse requerimento porque no dia 10 de maio próximo a Base Aérea de Florianópolis completará 75 anos de fundação.

Para tanto solicitamos aos senhores Deputados a aprovação do requerimento e também a colaboração na sessão especial com as suas presenças no dia 6 de maio, quando será interrompido o horário da sessão normal para fazermos uma sessão especial em comemoração aos 75 anos de fundação da Base Aérea de Florianópolis.

Esse será um evento muito importante, já que a Base Aérea de Florianópolis tem muito a ver com a própria história do Município de Florianópolis, como também do Estado de Santa Catarina.

Muito obrigado, senhor Presidente e senhores Deputados!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministro da Agricultura, aos Senadores Catarinenses, aos Deputados Federais Hugo Biehli, Mário Cavallazzi e Valdir Colatto, manifestando-se no sentido da permanência do 'status quo' da Embrapa, que depende majoritariamente do Tesouro Nacional, e da sua não-privatização.

Em discussão.

O Sr. Deputado Odacir Zonta - Pedimos a palavra, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra o senhor Deputado Odacir Zonta.

O SR. DEPUTADO ODACIR ZONTA - Senhor Presidente, gostaria de dizer que se trata de uma empresa, no caso de Santa Catarina, tem sede em Concórdia, que completa 25 anos - acabamos de aprovar um requerimento cumprimentando-a - e que tem, em nível nacional e em nível de Santa Catarina, prestado até agora trabalhos incomparáveis na área da pesquisa agropecuária. São inúmeros, são centenas de trabalhos de pesquisas feitos por essa empresa dentro do seu contexto, a qual criou renome nacional.

A privatização de uma empresa dessa significa a retirada do Poder Público de recursos para a pesquisa, quando mais precisamos disso, principalmente na agricultura, onde precisamos buscar reconversão da propriedade agrícola, alternativas para o agricultor da pequena propriedade agrícola.

Temos que botar mais dinheiro. Nós tínhamos aqui a empresa do Estado, que agora faz parte da Epagri, que também precisa receber mais incremento para a área de pesquisa, e não podemos admitir qualquer tentativa de privatizar a Embrapa que, agora, na semana que passou, recebeu a premiação de destaque internacional na pesquisa do suíno light e vai receber nos Estados Unidos o destaque de pesquisa. Isso tem sido feito graças à qualidade do corpo técnico de pesquisadores, de funcionários, e ela tem sido um exemplo nacional.

Por isso, eu dou o requerimento para que nós alertemos as autoridades competentes e os políticos que representam Santa Catarina no Congresso Nacional, para que não ocorra esse infausto de privatizar a Embrapa.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Continua em discussão.

Com a palavra o senhor Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - A importância da pesquisa no Brasil e principalmente na área rural é testemunhada pela própria experiência histórica da Embrapa, produzindo BR23, o trigo no Paraná, mostrando que podia ser uma alternativa para o País. E está sendo sucateada na área de genética de suínos, aqui em Santa Catarina, e do vinho, no Rio Grande do Sul, Deputado Odacir Zonta.

Então, defender a não-privatização da Embrapa é uma questão de soberania nacional e é uma questão de desenvolvimento rural, do espaço rural, enquanto possibilidade de acesso não às grandes empresas que já têm tecnologia, mas, fundamentalmente, para os pequenos agricultores dessa região Sul e deste País.

Quero me solidarizar neste movimento de não-privatização da Embrapa, enquanto instituição pública e mantê-la pública, sem privatizar, mais do que isso, investir publicamente recursos para que ela se amplie e dê resposta às necessidades e às demandas de tecnologia para fortalecer a agricultura familiar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina e ao Corregedor Geral da Justiça, solicitando empenho e determinação de efetivas medidas para incluir nos projetos prioritários do Poder Judiciário a construção do novo Fórum da Comarca de Concórdia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Norberto Stroisch, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador do Estado, solicitando a reabertura de um posto de atendimento do Besc no Município de Entre Rios.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Indicação de autoria do senhor Deputado Reno Caramori, a ser enviada ao Governador do Estado de Santa Catarina e ao Secretário dos Transportes, solicitando providências no sentido de dotar a SC-456 com sinalização horizontal e vertical, no trecho compreendido entre Monte Carlo e Fraiburgo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do senhor Deputado Gelson Sorgato, a ser enviada ao Governador do Estado, no sentido da regulamentação da Lei nº 10.472/97.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do senhor Deputado Ivan Ranzolin, que sugere ao Chefe do Poder Executivo a liberação de recursos orçamentários para a conclusão das obras do Hospital e Maternidade Tereza Ramos, do Município de Lages.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do senhor Deputado Reno Caramori, a ser enviada à Secretária da Educação Eliane Rebello, solicitando a liberação dos recursos relativos ao Convênio da Secretaria da Educação/Escola "Sedes Sapientiae" de Fraiburgo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do senhor Deputado Reno Caramori, a ser encaminhada ao Ministro dos Transportes e ao Chefe do 16o Distrito do DNER em Santa Catarina, solicitando a determinação de providências no sentido de dotar o entroncamento da BR-470 com a SC-456, no Município de Campos Novos, com a iluminação adequada.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do senhor Deputado Reno Caramori, a ser enviada ao Diretor Presidente da Telesc, solicitando determinação de estudos no sentido de dotar as comunidades dos bairros São Domingos, em São José do Cedro, e São Francisco, em Guarujá do Sul, com linhas telefônicas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria dos Líderes das Bancadas do PDT, PMDB, PFL, PPB, PT e PSDB na Câmara Federal, apelando a tramitação, em regime de urgência, do substitutivo global ao Projeto de Lei nº 50/95, apresentado pelo Deputado Vânio dos Santos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Senhor Presidente, apenas quero comunicar a Membros da Comissão dos Transportes que teremos uma reunião formal às 17h na sala das Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Fica registrada a convocação feita pelo Deputado Reno Caramori dos senhores Membros da Comissão dos Transportes para a reunião que deverá se realizar às 17h.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Senhor Presidente, gostaríamos de registrar com muita satisfação a presença do Prefeito de Campo Belo do Sul, José Davi, e do Vereador Miro Belau, que aqui estão para pleitear a Comarca daquele Município, bem como reivindicar em favor do prosperoso Município de Campo Belo do Sul.

O Sr. Deputado Wilson Wan-Dall - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Wilson Wan-Dall.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Senhor Presidente, nesta oportunidade, gostaríamos de registrar a presença neste Plenário do Jorge Cassiano, nosso amigo e microempresário da cidade de Blumenau.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Terminada a matéria da Ordem do Dia de hoje, passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrita a senhora Deputada Ideli Salvatti, a quem concedemos a palavra.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Senhor Presidente e senhores Deputados, hoje, dia 28 de abril, é Dia Nacional de Luta pela Educação, e nós estamos tendo no pátio da Assembleia Legislativa a assembleia estadual dos professores estaduais.

A Universidade Federal de Santa Catarina fez, a partir das 13h, o abraço ao Hospital Universitário. E a Universidade, através do comando de greve dos seus servidores, funcionários, professores e alunos, vem em passeata, da Universidade até o centro, onde irá se encontrar com os professores, funcionários e alunos da Escola Técnica Federal, para um ato público que será realizado a partir das 17h na Catedral Metropolitana.

Então, gostaríamos de fazer o registro deste importante movimento que reúne as escolas estaduais, federais e a nossa Universidade, para marcar este Dia de Luta Nacional pela Educação.

Já que a Rede Globo está na campanha da educação com grandes shows - foi bonito o show realizado no sábado à noite e transmitido para todo o Brasil -, é muito importante que essas atividades, onde é colocada a realidade da educação brasileira, tenha também a sua oportunidade de colocar a público a real situação do nosso ensino, da nossa educação, seja na escola pública estadual, na escola pública municipal, bem como nas nossas Universidades.

Então, senhor Presidente, quero fazer esse registro e convidar todos os Parlamentares comprometidos com uma educação real, e não com a educação da propaganda do Fernando Henrique, para participarem do ato na Catedral a partir das 17h.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adelor Vieira) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, aproveito o ensejo da Explicação Pessoal para convocar e convidar os Membros da minha Bancada para uma reunião, logo após ao término desta sessão, no gabinete da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adelor Vieira) - Ficam, então, convocados os senhores Deputados da Bancada do PPB para a reunião que o eminente Líder, Deputado Gilson dos Santos, acaba de fazer referência.

Livre a palavra a todos os senhores Deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, apresenta a pauta da Ordem do Dia da sessão de amanhã, 29 de abril de 1998, às 9h: Requerimento nº 217, de autoria da senhora Deputada Ideli Salvatti, Requerimento nºs 218, 220 a 223, de autoria do senhor Deputado Odacir Zonta.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, às 9h.

Esta encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DA PROCURADORIA

PROCURADORIA

Michel Curi, Procurador-Geral

Maria Aparecida Tridapalli Archer, Secretária

ATA DA 1263ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos quinze (15) dias do mês de abril de mil novecentos e noventa e oito (1998), às quatorze (14) horas, sob a Presidência do Procurador Sérgio Carriço de Oliveira, em substituição, por indicação, ao Procurador Geral Dr. Michel Curi, que encontra-se em licença para tratamento de saúde, reuniu-se o Colegiado da Procuradoria da Assembléia Legislativa, para deliberar sobre os assuntos constantes da 1263ª Sessão Ordinária, com a presença dos Procuradores, Harry Egon Krieger, Anselmo Inácio Klein e Maria Margarida Bittencourt Ramos; ausente o Procurador Renato Silveira, em licença prêmio a partir desta data. Havendo número legal, o Senhor Presidente colocou em votação a ata da sessão anterior, distribuída antecipadamente aos senhores Procuradores, sendo aprovada por unanimidade. Em seguida iniciaram-se os trabalhos da pauta, sendo apreciados os pareceres emitidos pelo Procurador Harry Krieger aos processos 2359/97 de Laureci Silva do Herval, 298/98 de Jair José Farias e 328/98 de Margareth Balsini Genovez, que opinando pelo deferimento, foram aprovados por unanimidade. Passando a Presidência ao Procurador Harry Krieger, o Procurador Sérgio Carriço de Oliveira deu conhecimento do parecer exarado ao proc. 378/98 de Clarice Gomes de Faria Krieger, que teve aprovada por unanimidade, pelo deferimento em parte, a averbação de tempo de serviço solicitada. O Procurador Anselmo Inácio Klein, relatou os processos 1530/97 de Nilce Teresinha Dri Einsfeld, 2424/97 de Antonio Carlos Morro e 419/98 de Luiz Cesar Keufner, cujos pareceres foram deferidos à unanimidade, o primeiro pelo arquivamento e os demais deferimento dos pedidos. Os últimos processos constantes da pauta foram relatados pela Procuradora Maria Margarida Bittencourt Ramos, a saber: 2760/97 de Paulo José Serafim, 264/98 de Nelson Antonio Serpa e 401/98 de Célia Maria e Silva; após discussão e votação os pareceres pelo deferimento, foram aprovados por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião. Eu, Maria Aparecida Tridapalli Archer, Secretária, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada vai assinada pelos Procuradores presentes. Sala das Sessões, em 15 de abril de 1998.

*** X X X ***

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

Às onze horas do dia oito de abril de um mil novecentos e noventa e oito, reuniu-se a Comissão acima epigrafada no Plenário do Palácio Barriga Verde da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, presentes os Senhores Deputados Luiz Roberto Herbst, Presidente; Ideli Salvatti, Vice-Presidente; Júlio Teixeira e Udo Wagner pela Comissão de Educação e mais as presenças dos Deputados Neodi Saretta, Presidente da Casa; Odacir Zonta, Primeiro Secretário; Wilson Wan-Dall; Gilmar Knaesel; Afonso Spaniol; Eni Voltolini, Francisco Küster; Jaime Mantelli; Sérgio Silva; Leodegar Tiscoski; Norberto Stroisch e Carlito Merse e mais os Senhores Dr. Bráulio Moreira do Grupo Shalom; Representante do Brasil para América Latina e Caribe; Professor Luiz Antônio Machado da Universidade do Contestado - Campus de Mafra; Camilo Machado, Presidente do Sindicato dos Rurais; Fernando Freiburger, Secretário de Administração da Prefeitura de São Miguel do Oeste; Edmar Gonçalves Padilha, Secretário da

Agricultura da Prefeitura de Canoinhas; Irineu Berezanski, Técnico da Epagri de Canoinhas; Orlando Krauthier, Prefeito de Canoinhas; Carlos Saliba, Prefeito de Mafra; Mauri Edgar Grein, Prefeito de Papanduva e Alaumi Mathias dos Santos, ex-Vereador, Diretor da Prefeitura de Mafra. O Deputado Luiz Roberto Herbst, Presidente da Comissão de Educação, abriu os trabalhos, agradeceu o Presidente da Casa, Deputado Neodi Saretta por ter cedido o horário especial para exposição sobre a Escola Rural Acadêmica Comunitária. Nós gostaríamos de fazer uma introdução, principalmente colocando aos Senhores Deputados, que nós já fizemos um pedido pela Comissão de Educação para que hoje fosse feita a apresentação do Projeto. É um ante-projeto de três Escolas para o município de Mafra, São Miguel do Oeste e Canoinhas, nós então vamos inicialmente convidar o Dr. Bráulio Renato Moreira para que possa fazer a introdução inicial sobre o Projeto, bem como convidar também o Senhor Deputado Odacir Zonta para fazer parte da mesa. Dr. Bráulio Renato Moreira, meu bom dia a todos, eu queria dizer que Santa Catarina tem um bom entrosamento com o Governo de Israel, e nós temos conseguido enviar várias pessoas aquele País para fazer cursos em várias áreas da agricultura, de educação e nós queremos que o Grupo Shalom a nível de Brasil, para que essas pessoas que vão para Israel, conseguir trazer algumas inovações na área da agricultura e na área da educação. Fizemos várias reuniões durante o ano passado no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo e surgiu a idéia de criar escolas rurais comunitárias a nível de Brasil. Ficou aprovado em princípio a criação de (17) dezessete escolas rurais a nível de Brasil, sendo (03) três para Santa Catarina. Nós fizemos o Projeto que será apresentado pela Universidade do Contestado e pela extensão Rural aonde se está buscando educar o agricultor. Essa escola que nós temos o Projeto, não é uma escola agrícola, é uma escola de educação rural, uma educação para o futuro, e dentro da filosofia que nós aprendemos junto ao Estado de Israel, através do Ministério de Relações Exteriores, é uma nova filosofia de educação, educação para a vida, é formar agricultores e a região do Planalto Catarinense e mais São Miguel do Oeste está incluído, porque eu faço parte do Grupo Shalom e represento Santa Catarina, é aonde nós conseguimos o maior apoio. Por eu residir em Mafra, eu consegui o apoio da Prefeitura de Mafra, Canoinhas e São Miguel do Oeste. Esse Projeto deverá ser apreciado pela Assembléia Legislativa para ter o aval e nós enviaremos depois a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e posteriormente ele será financiado, talvez pelo BIRD. O orçamento de cada escola está em torno de US\$ 6.000.000,00 (Seis Milhões) de dólares e a verba do Banco Mundial a fundo perdido. Mais, o principal dessas escolas, é educar o agricultor, essa escola pretende transformar um pouco a cabeça do agricultor, apesar dele ter pouca educação ele tem condições de elevar por exemplo, o sistema de computação para a agricultura, é realmente um agricultor do ano 2000. Nós temos exemplo na região dos municípios de Mafra e Canoinhas, aonde já estamos produzindo tomates Longa vida, com bom ganho para o agricultor. Nós precisamos ensinar mais o agricultor, para que ele não saia do campo. Deputado Luiz Roberto Herbst, nós gostaríamos de convidar para participar da mesa o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Neodi Saretta, e o Professor Bráulio Moreira. Deputado Neodi Saretta, Presidente da Assembléia Legislativa, obrigado Deputado Luiz Roberto Herbst, Presidente da Comissão de Educação, os demais Senhores Deputados, os nossos convidados aqui presentes, esta reunião é importante não só para ser colocado para a Assembléia estas atividades que estão sendo desenvolvidas, mais também dentro da filosofia que nós temos de permitir e possibilitar o máximo possível de participação da população aqui nos debates da Assembléia Legislativa, seja nas Comissões, seja no Plenário. Tem sido a tônica da atual Mesa Diretora, no sentido de possibilitar a maior participação possível da sociedade Catarinense, por isso nós saudamos

a todos e parabenizamos a Comissão de Educação, na pessoa do Senhor Presidente Deputado Luiz Roberto Herbst e dos demais membros integrantes dessa Comissão, desejamos a todos o êxito nesse trabalho. Uma referência apenas a Universidade do Contestado, Universidade da qual eu tive a honra e o prazer de ser Professor no Campus de Concórdia, que nos orgulha muito termos aqui os representantes dessa Universidade. Dr. Irineu Berezonski, bom dia a todos, a exposição que nós vamos fazer, refere-se a proposta de educação de desenvolvimento do meio rural. Nós inicialmente vamos levantar alguns problemas existentes no meio rural, sabemos que a grande maioria já os conhece, mais nunca faz mal lembrá-los, então alguns problemas e dificuldades existentes em cidades de pequeno e médio porte, nós temos um poder público em dificuldades, isto os Senhores conhecem muito melhor do que nós. Outra situação, crise financeira no comércio, aonde a gente vai, nas cidades de pequeno e médio porte observa-se um comércio anêmico, então há pouco dinheiro girando no comércio, escassez de recursos, então verifica-se também que, tanto o poder público, também como empresas tem dificuldade em termo de dinheiro para desenvolver projetos. Observa-se também uma urbanização acelerada, e aqui quero fazer um parêntese, essa urbanização acelerada nós estamos chamando de desruralização, o que tem acontecido na verdade, é que a pessoa sai do meio rural, vem para o meio urbano e ele não é urbanizado, apenas ele vem viver em situações precárias no meio urbano, observa-se isso. É do conhecimento de todos um alto índice de desemprego, há também falta de indústria, e observa-se também que nestas cidades de pequeno e médio porte há um sentido paternalista, quer dizer, há uma expectativa que empresas de fora venha a estas cidades para resolver o problema, qual é a situação dos agricultores de Santa Catarina. Este é um dado da FAL o qual diz o seguinte: é que 20% dos produtores estão consolidados, quer dizer o seguinte, que já tem uma renda que o sustente e condições de aplicar na propriedade como investimento; outros 35% de agricultores estão em fase de transição, quer dizer que estes agricultores ainda não estão seguros nas atividades que fazem. Poderia uma parte deles vir para os 20% ou baixar para esses outros 45%, no momento que são os periféricos, quer dizer 45% das propriedades não tem rentabilidade que os sustente este pessoal, no meio rural e ainda observa-se lá nas empresas rurais ou nas propriedades rurais renda insuficiente e inconstante, quer dizer que temos o agricultor que não tem renda suficiente para sua manutenção no meio rural, ainda a renda em muitas das vezes é anual e também por condições climáticas e econômica. Não é constante esta renda, sempre é um risco muito grande de se obter esta renda. O fluxo de caixa dessas propriedades é deficiente, o produtor não tem um fluxo constante nesta propriedade, então ele não sabe como planejar a sua vida no seu meio, falta agregar valores aos produtores, então o meio rural considera-se até o presente momento; não foi desenvolvido, ainda está quase que totalmente no setor primário, somente produção e agregação desses produtos através de indústrias e o processo de comércio não está acontecendo no meio rural, falta formação e tecnologia, ciências humanas e sociais. Existe um dado levantado pela Universidade de Haver que diz o seguinte, que até habilidade em tecnologia, não existe ainda, as pessoas até tem informação em tecnologia mais não tem habilidade para trabalhar com tecnologia, Ciências humanas e sociais, muito se quer e muito se fala no processo de associativismo, e o que se tem, não tem ainda uma educação que forme as pessoas para desenvolver o processo de associativismo e também viver neste meio. Evasão escolar, observa-se também um grande número de alunos que vão a escola e deixam a escola pelo fato da mesma não ser atrativa. O que dizem os educadores? Dizem o seguinte, que a escola tem que fazer o aluno aprender, ninguém gosta de estudar. Falta planejamento adequado para o desenvolvimento. Perda de alto estima do agricultor. Tempo atrás chamava-se o pessoal do meio rural de colonos, depois começou a ser chamados de agricultores e hoje se chama de empresários rurais, mais a renda dele ainda não é suficiente, para então ele ser um empresário ou uma pessoa que viva com dignidade lá no meio rural. Nisto vem a proposta da Escola Rural Acadêmica Comunitária, com a definição e um instrumento estratégico e tático de intervenção social e educacional, e um laboratório de pedagogia e didática que cumpra as exigências do currículo nacional e os amplie. O objetivo da escola, ela tem como a finalidade de formar o cidadão para a vida e não só como uma pessoa de carreira, a pessoa ir a escola e seguir uma carreira, buscar um emprego. Nesta proposta de escola a visão é para formar o cidadão, ele buscar meios de colocar em prática o que ele aprende na escola, ele se torna um empreendedor. A fundamentação dessa escola é no sistema educacional e capacitador integrativo de que diferentes entidades participam no seu desenvolvimento, o que podemos dizer é o que está acontecendo com a idéia desse Projeto, é que vários setores com profissionais de várias áreas sentaram juntos para discutir os seus reais problemas, e aí sim tentaram então demonstrar através de uma idéia de Projeto, uma proposta que solucione estes reais problemas, ou sejam, ataquem a verdadeira causa deixando a consequência a

posteriori. O programa constitucional embora em ampliação de ciências e tecnologias integradas e projetos relacionados com a produção, industrialização e a comercialização. O objetivo principal dessa escola, em primeira situação, introduzir novos enfoques educativos e profissionais, quer dizer, esta escola estará localizada na sua região aonde vai dar ensinamento com o conhecimento existente na região, ele vai aprender o que lhe interessa, com amplo conhecimento do que está acontecendo naquela região, onde está instalada essa escola, e onde existe o aluno com conhecimento concreto. Apresentado isto, a idéia que se busca, o que de fato tem em mente, é o que não adianta nós profissionais de uma ou de outra área sentar no lado do barco e esperar que a água não chegue ali e que na verdade este barco vai afundar, e todos nós temos que corrigir isto antes que aconteça. Eu gostaria de pedir ao Professor Luiz Antônio Machado para que apresente o organograma dessa escola, de como ela deve funcionar, muito obrigado. Professor Luiz Antônio Machado, meu bom dia a todos, eu vou apresentar o organograma de como foi elaborado o funcionamento dessa escola. Essa escola se constituirá em um centro tecnológico de formação do indivíduo para a sociedade, o Irineu muito bem colocou que nós não estamos visando a formação de técnico agrícola e sim uma formação mais dinâmica que dê condições do indivíduo dentro de sua realidade, poder interagir com essa realidade possível, e a partir dela tirar proveito seu e de sua própria família. Essa escola, sendo um centro tecnológico, ela será constituída de um centro técnico, um laboratório e um centro pedagógico. O centro técnico vai desenvolver pesquisa na área agrícola. O centro pedagógico vai trabalhar com as questões relativas à educação, pesquisa que desenvolvam novos métodos de ensino. O laboratório da escola vai fazer pesquisa na área solo, na área de poluição da água e poluição ambiental. A medida que os alunos vão trabalhando dentro dessa escola, eles vão produzir conhecimentos e vão fazer pesquisas na área agrícola, em função dessa escola nós teremos extensão agrícola, aonde toda comunidade que circunvizinha a escola será beneficiada com que se produz aqui dentro. Nós teremos um centro de pesquisa e de formação de profissionais técnicos na área. Nós teremos o desenvolvimento comercial e financeiro. O produtor além de produzir o seu produto ele vai também poder comercializar no organograma da escola na parte de equipamentos. Haverá também um centro aonde toda essa produção realizada por esses agricultores, que serão atingidos pela escola. Será comercializada por eles mesmo ou por seus filhos que estudam na escola. Nós temos um centro cultural que vai resgatar os aspectos culturais da região aonde esta escola vai estar localizada. Nós temos o desenvolvimento social. Se nós temos uma escola nestes moldes, o desenvolvimento social que ela proporciona vai ser bastante amplo, tudo em função de seus habitantes. Esse organograma como está proposto aqui, ele faz parte da escola fixa. Esse modelo de escola está previsto dois tipos: uma unidade fixa, que seria o centro tecnológico, e uma unidade móvel. Essa unidade móvel será constituída por módulo na área da pesquisa ou na área da extensão, aonde nós teremos um automóvel com módulo educacional preparados e que irá atender todos os produtores da região, que serão atendidos pela escola. A nossa região de abrangência é bastante grande e vai atingir os municípios de Mafrá, Canoinhas, Itaiópolis, Papanduva e Monte Castelo. Nós temos mais regiões de abrangência de São Miguel do Oeste que é bastante ampla. Nós teremos um Conselho Comunitário que vai fazer a administração dessa escola. Esse Conselho será constituído por representantes da Prefeitura, do Governo Estadual, dos Sindicatos, das Universidades e de todas as entidades de classe e entidades financiadoras que tiverem interesse de participar deste conselho. Este conselho vai trabalhar em função das necessidades regionais. Esse modelo de organograma ele representa o aspecto da escola na parte física, a parte móvel vai levar para a comunidade aquilo que está sendo produzido aqui dentro. Deputado Odacir Zonta, substituindo o Senhor Presidente Luiz Roberto Herbst, coloca em discussão o projeto. Deputado Francisco Küster, a indagação que faço é a seguinte, quantas escolas do gênero encontra-se em funcionamento hoje em Santa Catarina? Eu conheço a de Saudades, estive lá na inauguração, e sei do projeto que vem se desenvolvendo em Canoinhas. Gostaria também de saber do resultado prático. Dr. Irineu, Senhor Deputado Francisco Küster, a pergunta é bastante interessante. A nível de Santa Catarina, ainda neste sistema não há em funcionamento. Nenhuma a nível de Brasil. Mas conhecemos a Casa Familiar Rural, Colégio Agrícola. 70% das escolas neste sistema funcionam em Israel, também no Peru e na África. Já discutimos com a comunidade local, com o Governo Municipal e também com os Vereadores, todos se envolveram neste projeto, deram suas idéias e acham que poderia então ter como educação em seu município. Agora este projeto vem a nível de Governo de Estado. Apresentado a idéia, para que haja colaboração dos Senhores também, verificando aonde poderiam então colaborar com esse projeto, colocando a idéia lá onde existe a causa dos problemas que nós conhecemos. Quando se reúne dois brasileiros dizem que o problema do desenvolvimento do Brasil está na educação. Mais qual é a educação

melhor para se desenvolver. É isso que se tenta através deste projeto, buscar uma amplitude, e é isto que a gente quer. Deputado Francisco Küster, quem vai financiar ou é mais uma experiência, porque cobiava nós não queremos mais ser. Dr. Irineu Berezanski, será financiado através do BIRD US\$ 6.000.000,00 (Seis Milhões) de dólares. Tem que ser criada uma fundação, que seja responsável pelo projeto e até para resolver a questão do financiamento. O projeto em si busca-se a fundo perdido. Deputado Francisco Küster, porque não aproveitar o aprendizado, a experiência das Escolas Familiar Rural. Dr. Irineu, não está sendo excluída a idéia da Escola Familiar Rural, assim também como do Colégio Agrícola. O que se busca é uma melhor forma de se aproveitar todo esse conhecimento que se tem, então é criar um processo organizativo, que seja na prática eficiente. Aonde está falhando o processo educativo, busca-se também o conhecimento das Escolas Familiar Rural, assim também como os demais conhecimentos que tem. O aproveitamento integral de todo o conhecimento existente, seja ele na forma teórica desenvolvida e também na prática existente na comunidade. Deputado Odacir Zonta, já existe um estudo preliminar? Qual é a grade curricular, a faixa etária que seria atendida a manutenção deste projeto, Luiz Antônio Machado, nós temos dois pontos, o primeiro seria a criação de uma Fundação mantenedora dessa escola, esse projeto será a fundo perdido, então o retorno não vai haver pelo modelo que se está propondo, a escola deverá se alto sustentar através de prestação de serviço na área de extensão, na área de ensino, na área de pesquisa. Vender estes serviços para fazer a manutenção da própria escola. Nós vamos através de convênio também arrecadar fundos nos órgãos financiadores para desenvolvimentos de projetos dentro da escola. A escola poderá trabalhar com ensino formal e informal. No ensino formal, ingressariam crianças de 7 anos e sairiam com o 2º grau completo. A educação informal, atingiria os agricultores que receberão treinamento e capacitação da própria pesquisa realizada em suas áreas através da unidade móvel da escola. Deputado Olices Santini, eu tive a oportunidade de rapidamente discutir o projeto com o Luiz, Irineu e Orlando, e me parece uma idéia boa, nós precisamos criar na agricultura alternativa em termo de produção, preparação de pessoal e formação de mão de obra. A idéia me parece muito interessante. Dr. Bráulio Moreira, este projeto nós estamos recebendo assessoria diretamente do Ministério de Relações do Governo de Israel e também do Instituto Harol Ofri, de Jerusalém. Nós fomos àquele País, eu, o Irineu, Valdemar o Assessor do Prefeito de São Miguel do Oeste. A idéia surgiu porque no Estado de Israel o agricultor produz trigo, queijo, faz a pizza, congela e coloca no mercado. O nosso médio e pequeno agricultor não tem capacidade de fazer um produto bom. Deputado Eni Voltolini, eu acho que todo o investimento que se possa fazer na direção da elevação do status do nosso agricultor é importante, não status apenas no sentido figurado, de fato transferindo informação e educação, torná-los empresário que todos nós queremos. Me associo às preocupações que colocou o Deputado Francisco Küster, de nós esquecermos as experiências já havida no Estado de Santa Catarina. A Casa Familiar Rural que veio da França é um belo exemplo para que nós não deixamos de lado em Santa Catarina, aquele princípio da Casa Familiar Rural, que era evitar investimentos novos, aproveitar monitores existentes dentro da Comunidade rural, fazer com que a pessoa não precisa sair da propriedade. Como já foi dito, aqui ainda estamos em uma fase inicial, existe algumas respostas que o projeto ainda não tem, coisas que foram colocadas aqui. O que tem aqui é uma estrutura física desenhada, um desejo colocado aqui de investimento na formação de pessoas dedicadas a agricultura. Eu quero acompanhar com muito carinho e com muito cuidado a evolução dessa discussão, eu saúdo as pessoas dessas regiões que estão querendo oferecer para os seus moradores, para os seus municípios, alternativas. Alternativa para poder levar a informação de cada um, saber oferecer a elas as condições de enfrentamentos das dificuldades que elas tem, mesmo não sendo da Comissão de Educação desta Casa. Vou ter a preocupação de acompanhar para que a gente possa talvez contribuir e tornar esse mecanismo de formação viável em Santa Catarina também. Deputado Francisco Küster, eu quero apenas, para que saia daqui a dúvida. Quando alguém se refere a construção de uma escola, a iniciação de uma escola, a abertura de uma escola, tem sempre o nosso total e restrito apoio, indiscutivelmente que tem. E com relação as atividades paralelas para num determinado momento bater a porta do Estado, conhecido e sabidamente falido, nos moldes tradicionais, porque é preciso ser repensado com urgência, precisa passar por um processo de transformação interna para poder se viabilizar, como uma instituição que existe, para dar resposta a sociedade à sua demanda, as suas exigências. O que eu quis colocar foi nesta direção, aqui muito bem interpretado pelo Deputado Eni Voltolini em absoluto, eu quero dar parabéns para os Prefeitos pela preocupação, buscando alternativas, tentando descobrir alternativas, eu tenho o dever de externar também minhas preocupações. Deputado Jaime Mantelli, nós entendemos que esta iniciativa é extremamente louvável, ela representa um passo muito adiantado em relação a experiência que ainda se vê desabrochando no

Estado, que são as Escolas Familiar Rural e nós entendemos que ela tem futuro sim, exatamente porque ela nasce da necessidade do debate dos problemas vivenciados. Nossos cumprimentos pela iniciativa e evidentemente é nosso desejo, a nossa vontade de ver essa idéia ganhando corpo, ganhando força e ver as primeiras experiências a nível de Brasil. E que seja Santa Catarina o primeiro Estado a plantar essa semente que acreditamos que é extremamente importante para a agricultura brasileira. Prefeito de Canoinhas, Orlando Krauthler, eu quero só esclarecer um pouco a raiz de todas as dúvidas que foram colocadas, principalmente pelo Deputado Francisco Küster e pelo Deputado Eni Voltolini, nós estamos numa fase muito inicial do processo. Ela já começou há mais de dois anos, com a idéia do Grupo Shalom de trazer alguma coisa prática, dos estudos feitos em Israel, que não acontece em muitas outras áreas. Se vai muita gente estudar nos Estados Unidos, Japão, Israel e na Europa, e quando volta para o Brasil, não traz nada, para colocar em prática aquilo que a sociedade brasileira lhe concedeu, uma bolsa de estudo. A diferença é esta, os bolsistas de Israel, querem colocar uma coisa prática aqui no Brasil. Nós tivemos em Belo Horizonte, onde foi colocado isto a nível de Brasil, onde foram escolhidos os seis Estados que vão ter as escolas e os municípios que vão ter as dezessete escolas, tem todo um organograma a ser seguido, para se chegar no final do ano esse projeto ser apresentado ao Banco Mundial. O que nós precisamos agora, é não estar se discutindo, como vai funcionar a escola, nada impede Deputado Küster, que esta escola lá em Canoinhas, seja dito que ela vai funcionar em conjunto a escola agrícola já existente, vai funcionar em conjunto com outras estruturas já existentes. Deputado Olices Santini, eu pude presenciar no interior do Estado, na região de Chapecó, depois de um estudo regional, todo mundo quer renda para o pequeno agricultor, a geração de emprego diminui a evasão do pessoal da agricultura. De um estudo que foi feito, nasceu uma das opções, que é agricultura, então através de um convênio feito com a Eletrosul, com a Universidade Federal de Santa Catarina, com a Fiesc e com os municípios criou-se uma unidade de produção de alívios naquela região que pode agregar renda para o pequeno agricultor. A Fiesc montou o Centro de Geração de Tecnologia em Chapecó, para gerar tecnologia para a pequena propriedade e para outros segmentos da economia. Em função desse Centro nasceu, que você pode transformar os peixes produzidos nas pequenas propriedades para ser comercializado. E agora já está nascendo lá uma pequena indústria de transformação de pescado. Eu tive a oportunidade de participar de uma palestra em São Lourenço do Oeste, na região de Francisco Beltrão e de Pato Branco, estão desenvolvendo um projeto que estão chamando de Nova Itália, que nada mais é que tu pegar e identificar a produção de uma determinada comunidade, qual é, o produto prioritário e que através de convênio firmados com alguns Estados da Itália, eles estão treinando os agricultores para produzirem alguns produtos transformando o presunto parma, alguns tipos de queijos para você agregar a renda a nível da pequena propriedade. Deputado Luiz Roberto Herbst, nós gostaríamos de fazer algumas colocações. Vendo que este projeto, a Assembléia Legislativa não está acostumada, que é um projeto que vem dos Sindicatos, das Prefeituras, da Comunidade, dos bolsistas que estiveram em Israel, projeto como se comporta como é o agricultor e tentando implantar aqui também em Santa Catarina, louvamos a atitude dos senhores que vieram defender aqui, defender a nossa região, o Estado de Santa Catarina e também principalmente o agricultor, e os pequenos agricultores, por isso apenas comentamos estes dias e muitos perguntaram, o que precisa para a Assembléia Legislativa. Nós estamos enviando um requerimento para hoje a tarde, que deverá ser votado na Sessão Plenária, dizendo que houve esta discussão aqui e que a Assembléia tem conhecimento do projeto, e que dá um apoio total ao projeto, então esse é o requerimento que deverá ser aprovado pela Assembléia, e também deverá ser anexado ao projeto, e enviar ao órgão competente que vão relacionar. Deputado Eni Voltolini, Senhor Presidente, só para encadear na questão que Vossa Excelência colocou, eu queria pedir modestamente a Vossa Excelência que digna-se, colocar o seu requerimento na direção da bancada supra-partidária, se sentiria muito honrada se pudesse em nome dela subscrever esse pedido já que é um desejo de todos nós. Deputado Luiz Roberto Herbst, perguntaria aos senhores presentes e tivessem. Algumas colocações finais. Agradeço a todos presentes e gostaríamos de convocar outra reunião ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Desporto para próxima terça-feira, às 17:00 horas. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião do que para constar, eu Orion Luiz Ramos, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelo Presidente e demais membros.

Sala de Reuniões, em 08 de abril de 1998.

Deputado Luiz Roberto Herbst - Presidente

Deputado Ideli Salvatti - Vice-Presidente

Deputado Júlio Teixeira - Membro

Deputado Udo Wagner - Membro

*** X X X ***

**ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO DO 4º SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA**

Às nove horas do dia dezois de abril de hum mil novecentos e noventa e oito, reuniu-se extraordinariamente a Comissão acima epígrafa afim de ser realizada Audiência Pública, solicitada pelo Requerimento nº 165/98, aprovado em sessão plenária do dia 15/04/98, cuja pauta é a greve dos Docentes e Servidores da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. A Deputada Ideli Salvatti, que na oportunidade presidiu a reunião deu por aberta a Audiência Pública da Comissão de Educação, desta Casa. Inicialmente, a Senhora Presidente convidou os Deputados Lício Mauro da Silveira e Idelvino Furlanetto, membros da Comissão para participarem da Mesa. Presentes os Senhores Deputados Gilson dos Santos, Gervásio Maciel, Eni Voltolini, Carlito Merss, Leodegar Tiscoski, Odacir Zonta, Júlio Teixeira, Pedro Uczai e Reno Caramori. Deputada Ideli Salvatti, esta audiência pública tem como objetivo central é podermos tomar conhecimento da situação vivenciada pelas Universidades Federais do nosso País, que há algumas semanas desenvolve um movimento de paralisação e de reivindicações, tendo em vista o resgate da qualidade do ensino superior nas nossas Universidades. Esta audiência também tem como objetivo a busca de apoio deste Poder, no sentido de contribuir para a solução dos problemas que afetam a nossa Universidade. Tenho certeza de que sairá desta audiência o empenho com relação as formas efetivas que esta Casa tem de, junto às esferas, principalmente federal, buscar a solução, qual seja, a abertura das negociações que estão totalmente emperradas com o Ministério da Educação e demais setores do Governo Federal. Passo a palavra ao Professor Milton Muniz, representante da Associação dos Professores da Universidade. Professor Milton Muniz, cumprimento a Deputada Ideli Salvatti e os demais membros da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, quero inicialmente agradecer a Assembléia Legislativa, através da sua Mesa Diretora, pela sensibilidade em discutir esta questão, que para nós, neste momento, é de crucial importância. Iniciaria dizendo que a Universidade Federal de Santa Catarina, inserida na comunidade catarinense, faz parte da sociedade, e neste sentido este movimento tem como objetivo, primeiramente, mostrar à sociedade o que faz e o que precisa para continuar fazendo, qual seja: o aporte de recursos para seu pleno funcionamento e salários dignos para os seus professores e funcionários. Esta é a premissa, Senhores Deputados. Entretanto existem dificuldades de ordem operacional. Vejam que o Hospital Universitário da nossa Universidade é, hoje, o único hospital interinamente público dentre todos os hospitais universitários. Os outros hospitais enveredam pelo processo de atendimento particular, mas a situação é a mesma, tanto neste que é totalmente público como nos outros que tem parte de recursos particulares. Após uma longa explanação, o Professor Muniz concluiu, que a greve vai continuar. Vai continuar forte e com isso quem se prejudica é a instituição e a sociedade. Problemas dos Professores? Não! É problema do Governo, que resiste inclusive, ao diálogo. A Deputada Ideli Salvatti agradeceu ao Professor Muniz e concedeu a palavra a Senhora Elaine Tavares, representante do sindicato dos servidores da Universidade Federal de Santa Catarina. Bom dia a todos! A idéia desta audiência pública não poderia partir de ninguém mais, a não ser desta guerreira, a Deputada Ideli Salvatti, que está sempre lutando pela educação deste Estado. Vejo Deputada Ideli Salvatti, com muito pesar e muita tristeza, que um assunto tão importante como a vida, ou melhor, a morte da Universidade pública deste País, tenha merecido tão pouco carinho, tão pouca atenção da maioria dos Deputados desta Casa. Santa Catarina é um Estado que tem um papel absolutamente fundamental de desmonte, de destruição da universidade pública, mas pode vir a Ter um papel fundamental no processo de vida desta Universidade. Na verdade acredito que a maioria dos Deputados desta Casa deveria estar indo até a Universidade para saber o que está acontecendo. Santa Catarina é importante no processo da morte da Universidade, pois um dos Deputados que tem trabalhado no processo de privatização da Universidade e o Deputado Federal Paulo Bornhausen, filho deste Estado, formado na Universidade pública, inclusive. Dizem que as universidades públicas são feitas para os filhos dos ricos estudarem. É mentira! Existem pesquisas feitas pela ANDIFES, que é a Associação Nacional dos Reitores, que tem uma ligação muito estreita com o MEC, que dá conta de que 47% dos estudantes das instituições públicas federais tem renda familiar entre um a quatro salários mínimos. Nós trabalhadores das Universidades, estamos em greve porque queremos um reajuste salarial de 65%. Estamos negociando um reajuste emergencial de 48%, mas o que o Governo nos deve é 65%. Após uma longa explanação, a Senhora Elaine finalizou, dizendo. Não é possível que se continue fazendo isso, desmontando todos os serviços, deixando que a população deste País morra a míngua. Pessoas estão morrendo de dengue neste País porque o serviço público já era! Até quando isso vai continuar? O que pedimos aos deputados - talvez pedir não seja a palavra certa, o que solicitamos

é compromisso. Por enquanto é só isso! Obrigado! Deputada Ideli Salvatti. Gostaria de registrar que a Assembléia Legislativa (e o Deputado Pedro Uczai pode me corrigir se estiver errada), nos primeiros dias de paralisação, pronunciou-se através de um requerimento feito pelo nobre Deputado Pedro Uczai e aprovado pelo Plenário, solicitando a abertura das negociações, tendo em vista a grave situação em que se encontram as universidades. Neste momento passo a palavra ao Deputado Lício Mauro da Silveira. Senhoras e Senhores, estamos com esta audiência pública, logicamente, para tomarmos conhecimento de todo o contexto que os senhores vivem, muitos dos quais nós já sabemos. Entendo a angústia dos senhores e escutei atentamente as colocações do Professor Muniz e também da Senhora Elaine. Mas também quero registrar que esta Casa tem trabalhado sistematicamente em todos os segmentos que somos chamados. Esta é uma grande verdade. Aceitamos que a Casa seja democrática, mas acho que as pessoas tem uma imagem negativa da Casa. Nós temos trabalhados sistematicamente, registro. Lá no outro lado está o Deputado Volnei Morastoni e os demais membros da Comissão de Educação, lutando para que tenhamos resultado nas negociações com o Governo do Estado com relação ao problema do Ipesb. Temos aqui o Deputado Idelvino Furlanetto também lutando semanalmente junto com os Deputados Zonta, Santini e outros, nas Comissões, lutando sistematicamente para que a agricultura funcione neste Estado. E nós pessoalmente, estamos em quatro Comissões, na CPI da Educação, na Comissão de Saúde, onde eu deveria estar neste momento, mas estou aqui. E as vezes temos que estar praticamente dividindo dois espaços. Voltando a falar com relação ao que o Professor Muniz falou, sobre as reivindicações que os senhores fazem, elas parecem justas, sim, são justas, extremamente justas, porque eu também sou professor. Sou professor há trinta anos e sei o que é ser um professor. E muitos dos Deputados também são professores. Os Deputados Carlito Merss, Pedro Uczai são professores. E nós temos outros professores aqui dentro da Casa que sabem perfeitamente das dificuldades. Nós, então, dentro dos encaminhamentos que serão pertinentes à Assembléia Legislativa, iremos cumprir sim, e isso eu gostaria de salientar. Gostaria ainda de escutar os professores e os demais representantes das entidades aqui presentes, para que passássemos a seguir aos encaminhamentos e tirássemos as conclusões desta nossa audiência. Deputado Idelvino Furlanetto, inicialmente, gostaria de cumprimentar todos presentes e colocar que a Elaine fez um desabafo diante da situação vivida. Quero confessar que eu não estive presente em nenhum dia, mas a nossa Bancada sempre se fez presente, inclusive a posição da nossa Bancada está manifestada no Manifesto Nacional contra a privatização. Acho que é a partir da educação que se garante a cidadania, porque a partir da educação que se prepara o ser humano para a cidadania. A mesma situação vivida pela Universidade Federal é a da agricultura familiar em Santa Catarina e no Brasil. O Deputado que se envolve com a questão da Universidade, da Saúde e da Agricultura, acaba concentrando e também desmobilizando muitas atividades e, infelizmente, em muitas mobilizações ele não pode estar presente. Eu gostaria ainda de dar um depoimento pessoal aqui: eu tenho dois filhos na Universidade Federal, eu não teria as mínimas condições de, como Parlamentar, mantê-los estudando. Um iniciou em Agronomia este ano e a outra filha está fazendo Informática. Então, diante do quadro colocado, nós temos que preparar o cidadão, as pessoas, para enfrentar toda essa parafernália política deste Governo. Não temos que ter posição política. Deputada Ideli Salvatti, gostaria de registrar que hoje será lançado, a partir das 15,00 horas no espaço cultural da Câmara, a Frente Parlamentar em defesa do Sistema Federal de Ensino Superior. Estarão presentes Reitores de Universidades Federais e outras escolas, e a criação da Frente ocorre em um contexto de sucateamento do ensino superior público, provocado pelo arrocho salarial dos docentes e servidores, ausência de incentivo à pesquisa e preconização das condições de trabalho. Com a palavra o Deputado Gilson dos Santos. Inicialmente eu gostaria de cumprimentar a Deputada Presidente da Comissão, bem como cumprimentar todos os Parlamentares aqui presentes, cumprimentar os professores, os componentes da mesa e alunos. Eu sou favorável que a Universidade seja gratuita, mas dentro daquilo que a Senhora colocou, de que 80%, hoje não teriam a possibilidade de cursar uma Universidade, se ela não fosse gratuita. Como a Senhora mesma falou, 20% tem amplas condições de pagar a Universidade para aqueles que não tem condições. A minha filha foi formada na Universidade Federal, não pagou nada. O meu filho, a mesma coisa, e eu acho que nós, que temos uma pouco mais de condições, teríamos que ajudar a Universidade, para que ela não só desse o ensino gratuito para todos aqueles que não tem condições, mas que possibilitasse a eles a permanência tranqüila no que diz respeito à habitação, no que diz respeito à alimentação. Eu quero me solidarizar integralmente ao movimento. Acho que o movimento é absolutamente justo, mas não podemos nos esconder atrás desse movimento sem fazermos uma análise profunda dos próprios erros que hoje são constatados em todas as Universidades do Brasil,

muito obrigado! Senhor Pedro Antônio Vieira, depois de ouvir o Deputado Gilson dos Santos, que diz que é necessário fazer uma análise profunda, vou tentar contribuir para fazer essa análise profunda. Meu nome, é Pedro Antônio Vieira, trabalho na Universidade há vinte anos, meu pai era agricultor em Joinville, a minha mãe praticamente analfabeta, estudei em escola pública e consegui fazer doutorado de economia. O meu filho já não pode mais estudar em escola pública, se eu quiser uma escola de boa qualidade para ele, mas felizmente eu o convenci a ir à Escola Técnica. O que nós estamos assistindo no Brasil é isso. O meu pai não teve escola, porque morava no interior, e naquele tempo não havia escola. Eu pude ter escola, o meu filho já não tem escola, eu quero chamar a atenção de todos para isso. Nós vivemos num País onde os direitos fundamentais não são ainda consolidados. E por que eles não são consolidados? Ai eu quero entrar nessa análise mais profunda. Hoje está havendo em todo o Brasil um encontro com o mercado, o que está havendo no Brasil hoje é uma idolatria do mercado, é uma idolatria do capitalismo. E o capitalismo é incompatível com igualdade, e ainda é mais incompatível em países como o nosso. Estamos aqui falando da Universidade, mas não é da Universidade que eu quero falar. Quero falar é do ensino de 1º e 2º graus. Eu quero falar é do direito à saúde, é disso que eu quero falar. Por que não há ensino de 1º e 2º graus de qualidade, digno de ser assim chamado? Por que meu irmão que mora em Joinville, que ganha R\$ 500,00 (quinhentos reais) por mês, se quiser dar oportunidade aos filhos dele, tem que colocar os meninos numa escola particular? De onde é que surgiu isso? De onde tiramos a idéia de que as pessoas podem morrer diariamente, e não temos nada a ver com isso? É isso que me assusta. Há uma responsabilidade muito grande de nós todos. Quero simplesmente dizer que não se trata do Governo Fernando Henrique, apenas. É um sistema maior e vamos cuidar disso, por que estamos elevando este País para ser, sim, apenas um servidor dos grandes impérios. Muito obrigado. Com a palavra o Deputado Carlito Merss. Senhores Professores e Senhores Deputados, eu estava preparado para ouvir, mas a fala do colega Gilson dos Santos e do Senhor Pedrinho me obrigou vir aqui. Primeiro, para fazer um elogio à associação dos professores, a Apufsc., quando ela simbolicamente devolveu o livro Autoritarismo e Democratização, escrito pelo professor e sociólogo Fernando Henrique, inclusive esse junto com o professor Faletto, os quais tenho pena de devolver, até porque tem muita coisa ali em que eu acredito e que são corretas. Mas farei, antes, de terminar o meu mandato aqui, simbolicamente, uma devolução, vou fazer um pacote e vou mandar ao Fernando Henrique. Ele quer, que esqueçamos o que escreveu, e nós vamos esquecer que ele escreveu aquilo. Vamos continuar aceitando aquelas teses, porque eu acho que tem muito de valor ali, naquilo que foi escrito quando ele ainda acreditava no que escrevia. É verdadeira a contradição que o professor Pedrinho disse aqui. Muitos Deputados do PPB, do PMDB, e quero fazer uma referência aqui ao Deputado João Henrique Blasi, têm clareza de suicídio que está sendo cometido ao destruíremos o Estado Nacional. Esta é uma coisa complicada, porque entramos em algumas contradições, inclusive esta que o Deputado Gilson dos Santos colocou aqui sobre a questão da Universidade Pública e gratuita para todos. Eu me sinto mal ao receber diariamente pedidos de bolsas de estudos de pessoas que estudam na UNIVALI, na UDESC etc, e fico angustiado, porque algumas questões específicas eu conheço e sei que muitas pessoas às quais não consegui ceder R\$ 150,00, R\$ 200,00, da subvenção que temos aqui, vão desistir como algumas já desistiram. Ontem nós estivemos no Palácio, com o Deputado João Henrique Blasi, acompanhando a assinatura do Governador à criação de uma comissão, que vai rever todos os casos de presos políticos, e eu fiquei olhando aquele ato, pois vai haver uma comissão que vai tentar recuperar, pelo menos do ponto de vista monetário, a vida de pessoas que lutaram contra a ditadura militar. E contra esta ditadura civil, instalada no Brasil hoje? Que forma nós teremos de não aceitá-la mais passivamente. Que caminhos, saídas nós teremos? Acho que esta reflexão tem que ser feita. Talvez essa greve tenha surgido, como tantas mais, no momento em que vamos ter que fazer esta discussão. É um desabafo. Muito obrigado! Deputado Eni Voltolini, Senhora presidente da Comissão, Senhores Componentes da Comissão, Senhores representantes dos funcionários e servidores da Universidade e do corpo docente, senhores servidores, professores, eu vou ser bem breve. Primeiro, gostaria de agradecer a Deputada Ideli Salvatti Por Ter corrigido uma injustiça que estava sendo perpetrada no início desta sessão, quando se tentava dizer às pessoas aqui que os Deputados que não estavam presentes eram omissos ao processo. Agora entendo que mais importante que todo o discurso é nós não começarmos a segregar, não começarmos a fazer diferenciação partidária, porque em alguns momentos me dava a impressão de que estávamos aqui a fazer discursos partidários e não o discurso da política da educação. Nós todos os 40 Deputados, compomos a Assembléia Legislativa, nós todos, os 40 Deputados, temos iguais responsabilidades e temos praticados essa responsabilidade ao longo desse três anos e meio, e iremos continuar a praticar. Gostaria de discutir isso, não

de afogadilho, mas haverá momentos certamente para isso. Encerro dizendo que a preocupação salarial que aqui foi colocada também merece sustentação, porque dela depende o processo. E quero fazer parte dos serviços que forem colocados como tarefa da Assembléia Legislativa. Muito obrigado! Com a palavra a Senhora Ângela, que também é da Diretoria do Sintisc. Em primeiro lugar gostaria de parabenizar o professor Gilson pela coragem de vir a este Plenário. Outros se camuflam, não faz isso quando sabem que aqui há pessoas que vieram em defesa de uma Universidade Pública, totalmente. V. Exa., vem colocar uma proposta que, na minha avaliação, também é o início de uma privatização. Então parabeno V. Exa., porque está dando espaço para se ter esse debate e mostrar as diferenças. Ontem, na passeata, um cartaz escrito com caneta hidrocor me chamou muito atenção, e me chamou mais a atenção ainda porque a pessoa que carregava aquele cartaz eu conheço, faz curso de Serviço Social e é uma pessoa carente. O cartaz dizia: Pagar de novo? Eu já pago imposto! Então, por isso as pessoas carentes e não carentes estão lá, elas já estão pagando, professor Gilson. O senhor paga imposto, por isso os seus filhos tiveram o direito de estar lá. Mas queria deixar como reflexo, neste momento, que as pessoas que podem pagar a universidade e que estão lá devem continuar lá, sim, e devem também defender a universidade pública, para os que não podem pagar. Muito obrigado! Com a palavra o Deputado Pedro Uczai, gostaria de cumprimentar os colegas Parlamentares, os professores e os estudantes da Universidade Federal. Solidarizo-me com esse movimento. Venho não de uma Universidade pública, mas como professor de uma Universidade privada, mesmo que o caráter da entidade seja entre jurídico-público, de origem municipal, e sei das muitas lutas que nós fizemos para transformar cada vez mais pública aquela universidade. E parece hoje que toda conjuntura é para mantê-la, não só privada como particular, e várias universidades com caráter fundacional estão se transformando em particular. Quando nós acompanhamos isso, vemos que vai se privatizando as próprias entidades mais comunitárias e fundacionais, e agora vivemos o processo de privatização da própria universidade pública. Nós da Assembléia Legislativa, temos que ter coragem, temos que deixar de ser covardes aqui e tomar posições públicas. E qual é a primeira posição que esta Assembléia tem que tomar? Um repúdio imediato à posição do nobre deputado Federal Paulo Bornhausen. Tem que haver um repúdio à posição dele de privatização da universidade pública. Também me solidarizo com todo o movimento dessa universidade. Que as nossas universidades privadas sejam cada vez mais públicas, mais gratuitas e mais universais. Era isso que eu tinha que colocar. Muito obrigado! Deputada Ideli Salvatti. Quero deixar registrado que o Presidente da Comissão de Educação, Deputado Luiz Roberto Herbst, está em viagem, pois tem atividades fora da Capital. Por isso ele não está presidindo essa audiência, para a qual eu, na condição de Vice-Presidente, fui designada. Não havendo mais oradores inscritos, iremos dar os encaminhamentos dessa audiência. Das propostas que foram apresentadas nas falas, eu pude observar algumas, que gostaria de submeter à apreciação. Aliás, se eu não fui feliz na captação das propostas, gostaria ser complementada. A primeira proposta seria a realização de um debate com o Deputado Federal Paulo Bornhausen a respeito da sua proposta de Emenda constitucional que trata da questão da universidade, o famoso PEC-370. Como a Comissão de Educação pode fazer o convite ao Deputado Paulo Bornhausen para comparecer a um evento da Comissão, eu acho que nós poderíamos dar isso como proposta de encaminhamento. Consultarei os demais membros sobre isso. Outra questão é com relação ao compromisso das Bancadas, principalmente as que apoiam o Governo Federal. Em terceiro lugar o encaminhamento do resultado dessa audiência pública, com as notas taquigráficas da sessão - que um documento oficial da Comissão, resultado dessa audiência, fosse encaminhado ao Fórum Parlamentar Catarinense. Uma entrega oficial ao fórum Catarinense do resultado desse audiência pública, que terá como objetivo central a busca do atendimento da pauta emergencial. Deputado Lício Mauro da Silveira. Que seja entregue pela comissão de Educação e outros Deputados que se quiserem fazer presentes ao Fórum Catarinense. Deputada Ideli Salvatti. O fundamental, o central acho que é o encaminhamento que o Deputado Lício Mauro da Silveira apresentou: Que a Comissão de Educação, em nome da Assembléia Legislativa, entregue oficialmente ao Fórum Parlamentar Catarinense o resultado desta audiência pública, com suas notas taquigráficas e com a solicitação expressa de intermediação para o atendimento imediato da pauta emergencial dos servidores. Em segundo lugar, a solicitação do empenho das Bancadas que apoiam o Governo Federal no sentido de contribuírem para esta abertura de negociação e intermediação. E por último a realização de um debate sobre o PEC - 370, com a presença do Deputado Federal Paulo Bornhausen. Deputada Ideli Salvatti. Quero agradecer também aos professores, aos servidores e aos alunos, desejando sucesso e a solidariedade da Comissão de Educação para esta luta, porque é uma luta digna, é uma luta que enobrece as pessoas que dela fazem parte. Convoco os membros da Comissão de Educação para aquela nossa breve decisão do calendário. Está encerrada a presente audiência. Do que para constar, eu Orion Luiz Ramos, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelo Presidente e demais membros. Plenário da Casa, em 16 de abril de 1998.

Deputada Ideli Salvatti - Vice-Presidente
Deputado Lício Mauro da Silveira - Membro
Deputado Júlio Teixeira - Membro
Deputado Idelvino Furlanetto - Membro

*** X X X ***

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

Às doze horas e vinte minutos do dia dezesseis de abril de hum mil novecentos e noventa e oito, reuniram-se extraordinariamente a Comissão acima epigrafada, no Plenário desta Casa, após a Audiência Pública, convocada pela Deputada Ideli Salvatti, Vice-Presidente, a presença dos Senhores Deputados Lício Mauro da Silveira; Júlio Teixeira e Idelvino Furlanetto. Havendo quórum regimental, a Senhora Deputada Ideli Salvatti que nesta oportunidade presidiu a reunião, deu início aos trabalhos, cujo assunto único da pauta era referendar a proposta aprovada na Comissão de Constituição e Justiça sobre a realização de Audiências Públicas para os debates dos seguintes Projetos: Projeto de Lei Complementar nº 001/98 e o Projeto de Lei nº 031/98, sendo esta pauta aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, do que para constar, eu Orion Luiz Ramos, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, lavrei a presente Ata, que vai assinada pela Vice-Presidente e demais membros.

Plenário da Casa, em 08 de abril de 1998.

Deputada Ideli Salvatti - Vice-Presidente
Deputado Lício Mauro da Silveira - Membro
Deputado Júlio Teixeira - Membro
Deputado Idelvino Furlanetto - Membro

*** X X X ***

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

Às nove horas do dia vinte e três de abril de hum mil novecentos e noventa e oito, reuniu-se a Comissão acima epigrafada para ser discutido nesta primeira Audiência Pública os Projetos que estão tramitando nesta Casa, que são: o Projeto de Lei Complementar nº 001/98, que trata sobre o Sistema Estadual de Ensino e o Projeto de Lei nº 31/98, que trata sobre a Gestão Democrática. Presentes os Senhores Deputados Ideli Salvatti, Vice-Presidente, que nesta oportunidade presidiu esta Audiência Pública; Júlio Teixeira, Udo Wagner e Lício Mauro da Silveira e mais os Deputados Pedro Uczai; Eni Voltolini; Gilson dos Santos; Olices Santini; Romildo Titon e Ivan Ranzolin. Havendo quórum regimental a Senhora Presidente deu por aberto os trabalhos desta primeira Audiência Pública. A Deputada Ideli Salvatti cumprimentou a todos e informou que o Deputado Luiz Roberto Herbst, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, está no Planalto Norte esta semana cumprindo a agenda e eu represento na condição de Vice-Presidente da Comissão e o Deputado Júlio fará de viva vós as justificativas. Quero cumprimentar inicialmente, a Deputada Ideli Salvatti, Presidente em exercício da Comissão de Educação, da qual nós também fizemos parte e neste ato nós estamos oficialmente presidindo a Comissão de Justiça, na qualidade de Vice-Presidente, em função da ausência do Presidente Deputado Ivan Ranzolin, já justificada. Nós estamos aqui também para abrir o debate nessa Audiência Pública e conduzirmos com a Deputada Ideli Salvatti, a discussão sobre os dois Projetos que tramitam na Casa. Ambos os projetos eu sou relator, tanto do Sistema Estadual de Ensino, como da Gestão Democrática de autoria da Deputada Ideli Salvatti. Então devolvo a presidência dos trabalhos a Deputada Ideli Salvatti para que possamos na manhã de hoje provocar esta discussão referente aos dois projetos que estão tramitando. Um momento extremamente delicado na política educacional, a nível nacional e principalmente a nível estadual em função dos desmandos praticados. Deputada Ideli Salvatti, quero chamar para participar da mesa o Deputado Pedro Uczai, Deputado Furlanetto justificou a sua ausência tendo em vista, que ele vai participar de uma reunião às 9:00 hs, relacionadas às rádios comunitárias. As entidades aqui representadas que se identifiquem Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal; União Catarinense dos Estudantes Secundarista; Diretório Acadêmico da UCE; UDESC; CFD; Associações dos Profissionais em Educação Física; Fundação Catarinense de Educação Especial; Conselho Estadual de Educação; Secretaria Municipal de Florianópolis; Secretaria de Educação de São João Batista; SINTE; SED da UFC, Câmara Municipal e Comissão de Educação. Nós gostaríamos de realizar esta Audiência Pública, que é a primeira de uma série de sete ao todo. Nós estamos iniciando por Florianópolis, Segunda-feira será em Criciúma, Quinta-feira dia trinta Blumenau, pela manhã, à tarde Joinville, no dia quatro em Chapecó pela manhã, Joaçaba a tarde no dia sete a última Audiência será em Lages. O objetivo central dessas Audiências é democratizar os dois projetos, aprimorando com sugestões, contribuições e emendas, que nós possamos colher nas audiências. O objetivo central é ouvir, muito mais do que falar. Quero passar a palavra ao Deputado Pedro Uczai, que é o autor do Projeto Sistema Estadual de Ensino, para fazer uma breve explanação sobre a estrutura do Projeto, e em seguida entraremos no debate com as sugestões contribuições e observações. Deputado Pedro Uczai, quero cumprimentar a todos aqui presentes e

dizer que o objetivo dessa manhã não é nós falarmos sobre o Projeto, mais partir da leitura dos senhores, que já estão de posse da cópia do Projeto, é propor, sugerir, fazer até alterações, para que consiga ter até mais consistência. Algumas novidades que o Projeto tem em relação a LDB, eu gostaria de levantar. Em relação a LDB, em primeiro lugar a questão do financiamento da educação a LDB prevê que é obrigatório e gratuito o ensino fundamental. Nós estamos propondo que o Estado de Santa Catarina, não só seja gratuito o ensino fundamental, mais também seja obrigatório a partir de 2205 a obrigatoriedade e a gratuidade no ensino infantil. Professora Miriam, a partir da audiência pública em Florianópolis, seriam previstos outras formas de encaminhamentos de sugestões ou apenas nas audiências públicas? Deputada Ideli Salvatti os dois projetos estão tramitando na Comissão de Justiça e na Comissão de Educação, e os prazos para emendas propostas estão abertos, não a data de votação do projeto acordado, nós temos obviamente uma intenção de votar o projeto no mês de maio. A última audiência se realiza no dia sete de maio. As Comissões deverão estabelecer prazos limites para apresentação das emendas. Professora Laureci, da Fundação Catarinense de Cultura Especial, nós recebemos oficialmente uma cópia do projeto do Deputado Pedro Uczai e fizemos uma análise só no que diz respeito à Educação Especial e encaminhamos um proposta de sugestão. O documento em si na parte da Educação Especial está bom, e nós o consideramos muito bom, porque ele não é hábito, nem o parlamentar, nem o próprio educador conheceu as anuências da Educação Especial, e como nunca foi colocado na legislação tão explicitamente, como ele está sendo colocado na nova LDB, isso dificultou não só a Assembléia, ou o grupo que fez o documento, assim como próprio Conselho Estadual de Educação e outros órgãos precisam da colaboração, em tese ele está um documento muito bom. Deputado Pedro Uczai, é fundamental a contribuição não só dos profissionais da Educação Especial mas a contribuição a partir dessas concepções que se tem de pensar educação especial no outro âmbito do que tradicionalmente foi visto. Vereador Márcio de Souza, o artigo 47, ele tem a iniciativa de atender a peculiaridade relativa a população específica no caso da população rural, pesqueira, carcerária e indígena adequando junto a estas populações uma metodologia. Professora Ana Aquini, Presidente do Sinte, mexer com processo educacional é uma grande responsabilidade para todos nós, que estamos envolvidos na educação, sejam os órgãos que administramos, sejam as pessoas, os sindicatos, as instituições que estão envolvidos. Neste sentido, o sistema para nós é um projeto que nós abraçamos com muita firmeza e com muita dedicação. Professora Claudete, no momento conjuntural em que nós estamos, quando nós sentamos para discutir educação é uma coisa extremamente importante. Eu não quero me ater a outras questões, eu vou me ater a questão que eu trabalho que é a área da educação infantil e a área de 1ª a 4ª série que também foi aonde a gente colaborou mais, na construção deste projeto de Lei de Sistema. Deputada Ideli Salvatti, quero esclarecer que nesta questão do número máximo de alunos em sala de aulas, nós incluímos no Projeto de Lei um decreto do limite do número de aluno em sala de aula, já foi fruto daquele trabalho realizado, o famoso livrinho verde do Plano Estadual de Educação, o último Plano Estadual de Educação, que nós tivemos em Santa Catarina, que acabou sendo transformado em decreto, que ao longo do tempo, foi se perdendo e não foi se cumprindo, e que agora nós resolvemos incluir no texto da lei para que fique consolidado, como conquista ganha no processo de democratização. André - representante do Diretório Acadêmico da FAED, quando se fala em gestão democrática, a gente prevê uma gestão envolvendo pessoas também dos órgãos da empresa privada. Também sou membro da Escola Técnica, esquema de Fundações. Quando se fala em Fundações isto é terrível, a gente já tem o plano anual UDESC. Quanto as Fundações que caminha para a privatização quer queira quer não hoje nós temos dentro da UDESC cobrança de taxas, que eu concordo plenamente, isso para mim é um escândalo. No art. 83 do Ensino Superior, eu achei muito interessante e a realidade hoje nossa é contra a FAED, nós temos um prédio que é antigo caindo aos pedaços. Dizem que vai virar museu, é uma realidade triste. Um País se faz a partir da educação. Elaine, do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade, nós estamos recebendo o projeto hoje, a gente está podendo colocar com questões mais específicas, mais de uma olhada rápida e no que se refere a educação superior a FASUBRA que é nossa entidade nacional tem um projeto chamado entidade cidadã e tem uma série de conceito, de suposto e pressuposto e inclusive filosófico, que poderão com certeza integrar a esse projeto, e a gente tem certeza que pode inclusive ajudar na melhoria disso, pois a gente entende que a educação superior, e todo mundo está sabendo que a situação que se está passando hoje, nós inclusive da Universidade Federal em greve, técnicos, administrativos e também professores, juntamente na discussão desse projeto de desmonte, de destruição da Universidade Pública neste País. A gente entende que nenhuma educação básica especial fundamental, ela pode ser discutida, se a gente não pensar juntos a questão do ensino superior. E é ali nas Universidades que se formam esses professores, que depois vão dar consequência aos trabalhos de educação básica e

fundamental. Sobre o projeto que aqui estamos discutindo, é bom que tem respeito por discussões, que tem respeito pela cidadania, eu espero que este projeto possa ser incrementado e melhorado; Professor Marino Sefide - Associações dos Profissionais de Educação Física, quanto a educação especial, os excepcionais ou pessoas portadoras de algumas deficiências, eles tem muitas dificuldades, tanto na escola pública quanto na escola privada, pois as pessoas não estão preparadas. Com relação a LDB, infelizmente ela veio na minha opinião, para prejudicar, criando mais dificuldades para o nosso ensino, uma vez que ela deu abertura e as pessoas não estão preparadas para estas aberturas. Deputada Ideli Salvatti - quero registrar que no artigo 46 uma das preocupações foi contemplar o projeto. O artigo 46 diz as unidades escolares utilizando-se do seu quadro de pessoal qualificado e dos equipamentos disponíveis mediante da aprovação do seu órgão colegiado e sem prejuízo do ensino regular deverão oferecer curso de extensão gratuito aberto a comunidade local, visando oportunizar ampliação e a renovação dos conhecimentos e sua integração com a comunidade extra-escolar. Parágrafo único, no período noturno, nos finais de semana ou feriados em que as dependências da unidade escolar não tiver sendo utilizada no ensino regular estas serão colocadas à disposição de entidades, grupos ou movimentos da comunidade local, quando assim solicitado e definido seu objetivo de uso. O bom aproveitamento da unidade escolar como espaço recreativo, cultural e esportivo da comunidade não apenas meramente como espaço de ensino regular. Ana Aquini, Presidente do Sinte, nós vamos distribuir o jornal do Sinte que saiu esta semana, e tem um encarte especial justamente sobre o sistema estadual de ensino e a gestão democrática. Professor Paulo da Escola Técnica, a gente tem uma dificuldade profunda de fazer uma avaliação desse projeto, no entanto nos chamou a atenção até porque faz parte de nossa área, da nossa luta, a questão do ensino profissionalizante eu gostaria de colocar que as Escolas Técnicas Federais do País estão com uma bomba na cabeça, que é o decreto 2208 aliás, principalmente quero parabenizar essa iniciativa da Assembleia Legislativa, desse foro democrático que esse projeto realmente com essa discussões seja aprovado, e não aconteça o que aconteceu a nível federal aonde havia um projeto bastante defeituoso, mais havia o projeto 1603/300, que diz respeito a nossa área e que estava sendo discutido na Câmara dos Deputados e que sofreu 300 emendas e que por uma forma estratégica foi mandado para a Comissão do Trabalho e sofreu emendas adicionais. Aí veio a aprovação da LDB ou o ensino técnico tradicional do nosso País, foi decretado pelo decreto 2208, tornando uma coisa perigosa e até um assassinato do ensino técnico desse País. Eu acho que temos que ter alguns cuidados, por exemplo no artigo 68 da educação profissional amarrar alguma coisa de financiamento. Professora Vera, Associação dos Professores da Universidade Federal, quero cumprimentar os Senhores Deputados pela iniciativa e esperando enquanto uma Associação de Professores da Universidade de Santa Catarina que todas as contribuições deste debate bastante rico sejam efetivamente incorporado no projeto em discussão. Deputado Gilson dos Santos, nós estamos aqui preliminarmente discutindo esses dois Projetos complexos é importante e fundamentais para a educação de Santa Catarina. Não pretendo fazer aqui nenhum agrado a ninguém, como a questão é uma questão de complexidade, não houve na bancada nenhum tipo de discussão, apenas algumas manifestações isoladas, mais eu tenho claro, inclusive me valendo das colocações aqui feitas, de que é um ano eleitoral, esta atribuição deveria ter sido dada, aliás era dada ao Governo atual para encaminhar a essa Casa Projetos dessa natureza. Com referência a direção da escola eu tenho absoluta convicção de que o assunto será levado baseado inclusive em leis que foram propugnada pelo nosso Governo, e nosso atual candidato a Governador eu tenho esta consciência, quero aqui deixar patenteado de que nós só vamos poder deliberar sobre esses dois Projetos, no instante que tivermos uma discussão ampla com nosso candidato a Governador e a posição da nossa bancada será baseada naquilo que ele pretende, de emplementar em termos de educação em Santa Catarina, eu não posso aqui dizer se a bancada vai ser. Houve aí várias assinaturas, nos projetos, muitos assinaram, até para que tenha número suficiente para a entrada do projeto. Mais não quer dizer que assinatura no projeto seja o voto do Deputado. Deputado Ivan Ranzolin, visando a melhor qualidade no ensino, eu gostaria de dar a minha contribuição, dizendo que a Assembleia Legislativa sempre agiu democraticamente nos debates dos projetos que aqui chegam e que tramitam nesta Casa, este Plenário tem sido palco de debates dos mais variados, isso é injustiça que todas as Comissões desta Casa, antes de deliberar tem ouvido todos os interessados, porque nós temos um entendimento, que é da manifesta vontade popular que nasce a lei, a lei não pode nascer para ser jogada contra o povo para ser cumprida. Quero dizer a professora Joaninha que a questão democrática nós temos respeitado muito, e os grandes passos da democratização de ensino foram dadas no Governo de Amim. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião do que para constar, eu Orion Luiz Ramos, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelo Presidente e demais membros.

Plenário da Casa, em 23 de abril de 1998.

Deputada Ideli Salvatti - Vice-Presidente

Deputado Júlio Teixeira - Membro

Deputado Udo Wagner - Membro

Deputado Lício Mauro da Silveira - Membro

*** X X X ***

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E EFICÁCIA LEGISLATIVA, REFERENTE À 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

Assunto: Segurança Bancária

Às oito horas e trinta minutos do dia quatorze de abril de um mil novecentos e noventa e oito, compareceram no Plenário desta Casa Senhores Deputados Norberto Stroisch Filho - Presidente, Carlito Merss - Vice-Presidente, Júlio Teixeira, Reno Caramori, Lício Mauro da Silveira, Luiz Herbst e Miguel Ximenes, contando ainda, com a presença dos demais Deputados da Casa e convidados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Stroisch) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente audiência pública.

Bom dia a todos. Quero desde já agradecer pela presença das ilustres autoridades nesta manhã de terça-feira.

Gostaria de convidar, inicialmente, o eminente Deputado Neodi Saretta, Presidente da Assembleia Legislativa, para compor a mesa dos trabalhos.

Convidamos também o excelentíssimo Deputado Federal Vânio dos Santos para compor a mesa.

Convidamos o Coronel Valmir Lemos, Comandante da Polícia Militar de Santa Catarina, da mesma forma, para compor a mesa dos trabalhos.

Convidamos também o Dr. Aldo Prates D'Ávila, representando neste ato a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina.

Convidamos também o Dr. Ildor Remir Gramer, Delegado da Polícia Federal, representando neste ato o Superintendente da Polícia Federal em Santa Catarina.

Quero fazer o registro da presença dos eminentes Deputados Júlio Teixeira, Luiz Herbst, da Deputada Ideli Salvatti, que neste ato e nesta audiência pública representa o Deputado Carlito Merss, Membro da Comissão de Fiscalização e Controle e Eficácia Legislativa da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Da mesma forma, registro que o senhor Deputado Udo Wagner está aqui presente.

Eu quero nominar algumas autoridades presentes a esta audiência pública:

Coronel Enéas Canela Tramontin, Comandante do Comando de Policiamento da Capital;

Waldir Baldessari, Tenente Coronel Comandante do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar de Santa Catarina;

Doutor Roberto Schaitzer, Delegado da Polícia Federal;

Otávio Lebarbenchon, representando o Superintendente da Caixa Econômica Federal em Santa Catarina;

Célio João Pires, Coordenador de Segurança Bancária do Banco do Brasil em Santa Catarina;

Doutor Dilmo Wanderley Berger, Presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada em Santa Catarina;

Telmo Vieira Saticq, Presidente do Sindicato dos Vigilantes de Joaçaba;

Rosiani Bento da Silva Debern, Presidente do Sindicato dos Bancários de Criciúma;

Senhora Beatriz Silveira, Supervisora de Segurança da Caixa Econômica Federal de Santa Catarina;

Norberto Teixeira da Rosa, Presidente do Sindicato dos Vigilantes de Chapecó e Região;

Adão Alves da Conceição, Presidente do Sindicato dos Vigilantes de Blumenau;

Jurandir Zonta, representante do Sindicato dos Bancários da Região de Rio do Sul;

Senhor Mário Sérgio Visentainer, representando a Federação dos Bancários;

Jorge Pedro Rabelo, Presidente do Sindicato dos Vigilantes de Criciúma;

Alceu Rogério Rosa, Presidente do Sindicato dos Vigilantes de Lages;

Maria Inês Koch Silva, Presidente do Sindicato dos Vigilantes de Florianópolis;

Osvaldo Pereira dos Santos, Presidente da Federação dos Vigilantes em Santa Catarina.

Essas são algumas das autoridades que já estão presentes a esta audiência pública, e ao longo deste encontro anunciaremos a presença de outras autoridades que porventura, durante a reunião, cheguem até o recinto e se façam presentes.

Esta audiência pública, senhor Presidente e demais autoridades aqui presentes, é fruto de um requerimento deliberado e aprovado por unanimidade pelo Plenário da Assembleia Legislativa, que entendeu da realização de uma audiência pública visando estabelecer um diálogo, um debate, para buscarmos uma solução, se não uma solução que elimine os números que eu tenho em mãos e que iremos apresentar, mas uma solução que pelo menos reduza de uma forma sensível o grande número de assaltos que vêm ocorrendo em nosso Estado.

Eu quero, apenas para dar conhecimento (e são dados obtidos da própria Secretaria de Segurança), trazer a V.Exas. um levantamento pormenorizado com data, agência bancária, cidade, valor levantado no assalto e o número de pessoas envolvidas nesse delito.

No ano de 97 foram 129 agências assaltadas em Santa Catarina (são dados da Secretaria de Segurança), totalizando um valor de R\$4.391.622,75, valores esses levantados pela própria Secretaria.

No ano de 98 nós podemos afirmar que nos três primeiros meses foram 25 assaltos a agências, em três meses. E o levantamento até o dia 04 de março: 28 agências assaltadas.

Então, sem dúvida, alguma coisa tem que ser feita. Temos que buscar uma solução, acima de tudo em termos do cumprimento de uma legislação discutida amplamente nesta Casa Legislativa ao longo de 97, votada e aprovada por esta Casa, que busca a aplicação de normas de segurança para o funcionamento de estabelecimentos financeiros em nosso Estado.

Através da Lei nº 10.501, de setembro de 97, Santa Catarina passou a ter uma legislação específica com vistas ao estabelecimento de normas, à instalação de equipamentos, enfim, para a busca da diminuição desse tipo de delito que vem acontecendo nos últimos anos em nosso Estado, para indignação nossa, com muita frequência.

Gostaria de registrar também a presença do Deputado Reno Caramori, membro efetivo da Comissão de Fiscalização e Controle.

Eu quero fazer alguns registros de comunicações que recebemos em função dos convites expedidos a várias autoridades convidadas para este encontro.

O primeiro expediente está assinado pelo Deputado Federal Milton Mendes: "Cumprimentando cordialmente, venho, pelo presente, registrar o recebimento do convite para participar de audiência pública que essa Comissão de Fiscalização, Controle e Eficácia Legislativa promoverá no próximo dia 14 de abril, com o objetivo de debater a Lei nº 10.501, que 'dispõe sobre normas de segurança para o funcionamento de estabelecimentos financeiros'.

Ao agradecer o honroso convite, gostaria de lamentar minha impossibilidade de participar, uma vez que estarei em Brasília nas atividades da Câmara dos Deputados."

Recebemos também um telegrama do Senador Esperidião Amin: "Impossibilitado de comparecer à audiência pública no dia 14 do corrente mês, agradeço pela gentileza do convite. E designei para representar-me o senhor Marcelo Spinello".

Da mesma forma temos o fac-símile remetido pela Superintendência da Polícia Federal em Santa Catarina, assinado pelo seu titular, senhor Aroldo Boschetti Soster, informando da impossibilidade de estar presente e indicando o Delegado de Polícia Federal Roberto Pinto Schweitzer para representar a Polícia Federal nesse expressivo evento.

A Febraban, com sede em São Paulo, também nos encaminha um fac-símile com o seguinte teor: "Agradeço o convite formulado em seu Ofício Circular nº 002/98, de 2 de abril do corrente, para participar de audiência pública dessa Comissão, que terá como objetivo debater a Lei nº 10.501, que 'dispõe sobre normas de segurança para o funcionamento de estabelecimentos financeiros e dá outras providências'.

Impossibilitado de comparecer, informo que esta Federação estará representada na audiência por seu Consultor Jurídico, Dr. Geraldo Facó Vidigal.

(a) Roberto Egydio Setúbal, Presidente da Febraban."

Recebi ainda no dia de ontem um telefonema do senhor Geraldo, que representará a federação dos bancos, informando-nos que está em deslocamento para Santa Catarina e deverá participar deste encontro a partir das 10h30min de hoje.

Quero fazer o registro, também, da presença do senhor Tarcísio Vanzin, Chefe do Departamento de Instalações do Banco do Estado de Santa Catarina;

Do Doutor Rodrigo Medeiros, gerente de logística da Caixa Econômica Federal;

Do Doutor Aldemar Pereira, representante do Sindicato dos Bancários de Balneário Camboriú;

Do senhor Aldemar Antônio da Silva, Presidente do Sindicato dos Bancários de Chapecó.

Certamente, o nosso debate, a abertura de espaço a todos os segmentos envolvidos na questão bancária de Santa Catarina e no aspecto da sua segurança, está principalmente em cima de uma legislação que hoje está em vigor e por alguns segmentos já questionada.

A presente legislação, através da Lei nº 10.501, de setembro de 97, estabeleceu no seu art. 12 o prazo de 180 dias para que as instituições financeiras se adaptassem aos procedimentos de segurança determinados pela presente lei. Somos sabedores de que apenas uma pequena parcela dos estabelecimentos bancários, hoje, está adaptada dentro desses critérios estabelecidos com a instalação, principalmente, de equipamentos eletrônicos que dificultam o acesso a delinqüentes na busca de assalto.

Uma grande parcela ou o maior percentual de estabelecimentos ainda não foi adaptado a essa legislação que está em vigor.

Eu gostaria de abrir um espaço para a manifestação de todos os segmentos envolvidos e representados aqui pelas autoridades na

área de segurança, na área bancária, na área dos sindicatos dos empregados dos sistemas financeiros, tanto na esfera federal como na estadual.

Gostaríamos, a partir de agora, de abrir um espaço aos segmentos presentes, posteriormente aos nossos ilustres Deputados, para também se manifestarem.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Senhor Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Stroisch) - Com a palavra, pela ordem, a Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Eu só queria de início colocar que o requerimento tem duas questões centrais a serem esclarecidas. A primeira é que esta lei estabelecia um prazo para a sua regulamentação de 30 dias, que não foi cumprido pelo Governo do Estado. Além do descumprimento do prazo para a sua regulamentação, nós temos a outra questão que é a questão dos 180 dias para a instalação dos equipamentos.

Seria importante frisar, senhor Presidente, que esta lei tramitou, como V.Exa. mesmo disse, nesta Casa no ano de 97, foi aprovada por unanimidade, foi vetada pelo Governador e foi derrubado o veto também por unanimidade por esta Casa, portanto, uma lei que tem da parte de todos os seis Partidos que compõem o Legislativo catarinense a sua total e absoluta unanimidade.

Nós precisaríamos ter, da parte das autoridades que aqui se fazem presentes, a resposta para as duas indagações. Por que o Executivo se mantém à margem de um problema tão grave quanto esse e não regulamenta uma lei aprovada por unanimidade, não cumpre o prazo?

Em segundo lugar, por que não estamos conseguindo - quando eu digo nós, eu me refiro a todos os componentes sociais que estão aqui, presentes nesta audiência pública - fazer com que a lei entre em vigor de fato, sendo instalados todos os equipamentos de segurança necessários?

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Stroisch) - Agradecendo pela observação da eminente Deputada Ideli Salvatti, queremos lembrar às autoridades presentes que essa lei foi aprovada por unanimidade, foi vetada pelo eminente Governador do Estado, foi derrubado o veto nesta Casa, e foi promulgada a lei, na oportunidade, pelo Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Francisco Küster, em 9 de setembro de 1997. A partir daí abriu-se o prazo de 180 dias para que as instituições financeiras se adaptassem a essa nova legislação.

Eu gostaria, agora, de deixar os microfones à disposição dos representantes dos vários segmentos, aqui já identificados e nominados, ilustres autoridades que fazem parte e que acompanham essa audiência pública, a fim de que possam fazer suas manifestações.

Gostaria que cada autoridade se identificasse para que pudéssemos até registrar a manifestação.

O SR. ALDEMAR PEREIRA - Desejamos cumprimentar o Deputado Norberto Stroisch, o Deputado Vânio dos Santos, meu companheiro de Caixa Econômica Federal, e demais autoridades.

Sou Diretor do Sindicato dos Bancários de Balneário Camboriú e região. Estou aqui com o Auri, com o Luiz Fernando, e queremos pedir desculpas pelo atraso que foi causado pelo trânsito da BR-101.

Gostaria de usar da palavra para dizer que essa Lei de Segurança Bancária em Santa Catarina tem uma história, pois em Balneário Camboriú se discutiu nos anos de 1992 e 1993 a segurança pública, eis que havia muito assaltos e todos os segmentos da sociedade começaram se unir e pensar uma forma de conter a criminalidade.

Os senhores devem saber que de Barra Velha até Itapema é a região de Santa Catarina onde mais ocorriam assaltos a banco, principalmente em Barra Velha e em Itapema, inclusive Itapema faz parte da nossa base do Sindicato dos Bancários de Camboriú.

Por isso, fomos a São Paulo buscar essa lei e fizemos em novembro de 1993 a primeira Lei de Segurança Bancária do Estado de Santa Catarina, aprovada pela Câmara Municipal de Balneário Camboriú, através do Vereador Antônio Manoel Soares Santos, na época Presidente do Sindicato, e na sequência, no início de 1994, em Balneário Camboriú, pelo Vereador Francisco Duarte Filho, e no 1º semestre de 1994 pelo Vereador Beto Savoy.

Nós estamos lutando desde aquela época para que os bancos coloquem esses equipamentos de segurança, ou seja, circuito interno de TV, reciclagem dos vigilantes e porta giratória com trava eletrônica e à prova de bola.

Nós entendemos que deve ter essa segurança para o funcionário do banco e também para a comunidade. Na época foram derrubadas as três leis por uma liminar da Febraban. Até hoje faturam bilhões de reais, mas não querem gastar. O Besc, por pressão do sindicato, colocou a porta de segurança nos postos de serviço de Itapema e Balneário Camboriú.

A Febraban conseguiu essa liminar, mas o Bradesco, que tem agência em Itapema e Balneário Camboriú, não coloca, o Itaú e o Unibanco também não colocam, baseados nessa liminar.

Um assalto na Univali, na semana passada, segundo os jornais, deu um prejuízo de trinta e dois mil reais. Uma porta dessas, para maior segurança, custaria em torno de seis mil e oitocentos a nove mil reais. Então, é um custo baixo, devido ao faturamento dos bancos.

Era esse o registro que queria fazer, eu sei que todos têm a sua parcela.

Agradeço pelo espaço.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Stroisch) - Agradecemos ao senhor Valdemar, representante do Sindicato dos Bancários de Balneário Camboriú.

O SR. JOSÉ CARLOS - Senhor Presidente, representantes da Secretaria de Segurança Pública, Comandante da Polícia Militar, representante da Polícia Federal e demais presentes, gostaria de fazer uma pequena correção com relação à questão dos números.

Em função dos levantamentos das entidades sindicais com os órgãos de segurança, nós tivemos no ano de 1995 74 assaltos a bancos no Estado de Santa Catarina. No ano de 1996 tivemos 118 assaltos. No ano de 1997 tivemos 131 assaltos a bancos, com o detalhe de que, nesse ano, duas vidas foram ceifadas. No ano de 1998 já extrapolamos a marca de 30 assaltos a bancos, sem contar os furtos a caixas eletrônicos.

Quero relembrar aqui a campanha vitoriosa, das entidades sindicais juntamente com esta Casa, no ano de 1997, com o objetivo de buscar uma solução definitiva para o grande problema dos assaltos. Nós todos sabemos que os assaltos bancários não terminam após a saída do assaltante da agência bancária, ele geralmente extrapola e prejudica toda a população, como uma bola de neve.

A população, no ano de 1997, colaborou fundamentalmente com essa discussão. A preocupação do movimento sindical já ultrapassa dez anos, porque a Lei nº 7.102, de 1983, não atende mais as demandas com relação a esse grande problema social que convivemos hoje em todo o Brasil.

Devemos lembrar também que essa determinação, que foi aprovada por esta Casa (sobre a qual a Deputada Ideli Salvatti coloca com muita ênfase), de que o Executivo teria 30 dias, após a promulgação, para regulamentar, não o fez.

Portanto, 180 dias, era o prazo estabelecido para que os estabelecimentos financeiros instalassem esses equipamentos, mas não o fizeram. E aí o Departamento Estadual dos Bancários de Santa Catarina, com a dificuldade de algumas regiões do Estado em fazer os levantamentos com relação a esses equipamentos, realizou uma pesquisa, que é de responsabilidade do nosso departamento, no período de 3 a 8 de abril de 1998, basicamente em cima da Lei nº 10.501. E essa pesquisa, ou levantamento, teve como consequência uma verificação praticamente em 50% dos estabelecimentos.

Quero lembrar também que a lei traz algumas novidades com relação à lei federal, que é exatamente a questão dos caixas eletrônicos, onde a lei federal era inócua com relação a isso.

Nesse volume de 131 assaltos no ano de 1997 não estão computados os furtos aos caixas eletrônicos, que é o grande problema hoje dos grandes centros e que foi discutido na lei.

O resultado da pesquisa pega basicamente oito regiões, pois não deu para estender a todo o Estado, porque o departamento estadual está aglutinado em regiões, e algumas a representação é da Federação dos Bancários de Santa Catarina, e não temos como fazer este levantamento.

Foram pesquisadas oito regiões: a Grande Florianópolis, Araranguá, Criciúma, São Bento do Sul, Joaçaba, Chapecó, Blumenau e São Miguel d'Oeste - um total de cento e vinte dois Municípios pesquisados.

Foram coletados dados de setecentos e trinta e três estabelecimentos bancários, quatrocentos e sessenta e duas agências bancárias, cento e setenta e oito postos de atendimentos bancários, noventa e três caixas eletrônicos, num total de setecentos e trinta e três, repetindo.

Quero alertar que no Estado de Santa Catarina, hoje, temos em torno de mil e quatrocentos pontos de atendimento bancário, distribuídos entre oitocentas agências e mais ou menos seiscentos Pabs, que são os postos de atendimento bancário. Isso dá um universo de mil e quatrocentos, e a pesquisa pega exatamente 50%.

Essa pesquisa foi extraída da Lei nº 10.501, efetivamente no campo, porque essa pesquisa não pode ser feita por amostragem, porque não reflete a realidade. Mas para que se determine o restante, basicamente a amostragem é eficiente.

Com relação às portas eletrônicas, 47,5 das agências possuem portas eletrônicas. 89% dos Pabs não possuem portas eletrônicas - um total de quatrocentos e vinte e oito estabelecimentos irregulares.

Eu só queria fazer uma observação a partir dos próximos dados, que é a seguinte: a Lei nº 7.102, que é a lei federal, e o Deputado Vânio com certeza fará uma citação posteriormente, obriga os estabelecimentos financeiros a instalar dois equipamentos de segurança obrigatórios, que é o vigilante e o alarme à central de polícia.

O terceiro equipamento é opcional. E aí as instituições bancárias, para reduzir custos, instalam o que é mais barato, e o mais barato, detectamos que é o timer, o temporizador de abertura de cofre ou retardador de abertura de cofres. E informam eles que cumprem a lei.

Como a lei estadual estabelece a instalação dos equipamentos concomitantemente, ou seja, se não existir um equipamento dos cinco elencados na lei estadual, obviamente a lei não está sendo cumprida, e lei não se contesta, cumpre-se.

Com relação ainda à questão da pesquisa, 97% dos locais pesquisados não possuem sistema de filmagem, monitoramento. O serviço de vigilância é inadequado, principalmente no que se refere aos Pabs instalados em repartições públicas.

No que tange ainda à questão dos postos de atendimento bancário, esse é o nosso grande problema hoje, porque eles estão muito diversificados dentro de empresas, em comunidades distantes, porque são desvinculados das agências bancárias 92%.

Nesse universo, 85 estabelecimentos não possuem vigilância, 659 não possuem filmadoras ou sistema de monitoramento, 428 estabelecimentos não possuem portas giratórias, 683 não possuem cabines blindadas. E 2 postos - depois eu gostaria de fazer uma rápida observação -, que também foram elencados na pesquisa, trazem também uma novidade que é a questão do seguro para a vítima de assaltos.

A Lei nº 10.501 estabelece que para as pessoas vitimadas em assaltos os bancos terão que manter uma apólice de 100 mil Ufirs, que envolve os clientes, os bancários, os vigilantes e daí por diante.

Um outro ponto revelado pela pesquisa também na lei estadual é sobre a questão do tratamento médico-hospitalar e psicológico para as pessoas que estão nos locais onde ocorrem esse fato. Praticamente todas as instituições omitiram-se nessa resposta, e para que tenhamos a mensuração, porque todo o objetivo da campanha que o departamento desenvolveu no ano de 1997 foi sobre a questão da preservação da vida...

Quando se observa que um banqueiro instala um timer, porque é mais barato, é porque ele quer preservar, resguardar o dinheiro, mas a nossa preocupação foi exatamente com a questão da preservação da vida, e a discussão principal que passa, em relação ao grande volume de assaltos - que não é característica somente do nosso Estado, pois isso acontece nacionalmente -, é a questão social que vive o nosso País hoje, os excluídos da sociedade, que obviamente buscam alternativas, porque viam um emprego normal que não existe, não têm como tirar o seu sustento.

Mais um detalhe: com relação à questão da segurança bancária, a lei traz efetivamente a questão do tratamento, principalmente, psicológico, porque a legislação estabelece que os bancos, a partir do assalto, terão que emitir uma comunicação de acidente de trabalho, porque bancários, clientes, usuários e vigilantes terão um trauma emocional muito forte.

Segundo pesquisa internacional realizada, dentre as pessoas que presenciaram um assalto - entre tantos traumas adquiridos e seqüelas -, 6% desenvolvem traumas incalculáveis que são equiparados às neuroses de guerras, segundo pesquisa realizada na França, recentemente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Stroisch) - Gostaríamos de agradecer pela sua participação e registramos a presença do Deputado Lício Silveira, Membro efetivo da Comissão de Fiscalização, Controle e Eficácia Legislativa desta Casa.

Passamos a palavra ao senhor Osvaldo, Presidente da Federação dos Vigilantes de Santa Catarina.

O SR. OSVALDO PEREIRA DOS SANTOS - Gostaria de cumprir a mesa dos trabalhos, as autoridades policial, civil, militar e federal, os Deputados desta Casa, as demais entidades sindicais e os representantes da segurança.

Gostaria de dizer que os vigilantes, através das nossas entidades, têm feito um esforço muito grande para que os bancos instalem o sistema de segurança, já aprovado pela legislação. Nós temos um trabalho muito antigo, justamente por sermos de uma entidade que representa diretamente esses trabalhadores.

Temos observado que realmente as agências bancárias, os banqueiros, não estão nem um pouco preocupados com a segurança da população e dos nossos trabalhadores, os bancários e vigilantes. Eles não têm instalado esse sistema e assim não cumprem a legislação, que já passou do prazo.

Assim, gostaríamos que a partir desta audiência de hoje fosse cobrado das autoridades competentes, ou seja, das agências bancárias e dos banqueiros, o cumprimento dessa legislação. No ano passado fizemos uma campanha, em conjunto com as entidades bancárias e vigilantes, para que realmente fosse criada uma legislação no Estado.

Nós temos a Lei Federal nº 7.102, que também está sendo alterada na Câmara Federal - inclusive o Deputado Federal catarinense, Vânio dos Santos, está acompanhando esse trabalho -, e o que lamentamos é que no ano passado o Banco do Estado foi um dos campeões no descumprimento da lei.

No ano passado, durante a comemoração de 30 ou 31 anos de existência do Banco do Estado, na cidade de Blumenau, um trabalhador, um companheiro vigilante, perdeu a vida num assalto a banco, porque a agência não possuía o sistema de segurança. Eles só foram instalar a porta giratória depois da morte do companheiro. Agora, na semana passada, houve um assalto em Joinville, onde um companheiro vigilante também levou um tiro e está em recuperação.

Então, estamos vendo que realmente os banqueiros não estão preocupados. Então, precisamos, nós, as entidades representativas, os trabalhadores, cobrar realmente o cumprimento da legislação, através das autoridades, da Polícia Federal, que tem feito um bom trabalho em cima da segurança. Que a Secretaria da Segurança Pública também faça esse trabalho, que realmente penalize essas agências bancárias até com o fechamento, se for possível, se não cumprirem as normas de segurança, porque eles não estão preocupados com a população.

Era isso que eu gostaria de dizer aqui a todas as pessoas presentes sobre a nossa preocupação e que o sindicato dos vigilantes e a federação vão continuar cobrando isso e denunciando as agências bancárias que não possuem.

Nós temos o Banco Bradesco que também é campeão em não cumprir. Os companheiros já citaram aqui. Estive aqui, recentemente, em algumas praias da nossa Capital e vi agências do Banco do Brasil, Bradesco e Besc que não possuem o sistema de segurança. Também existem algumas agências bancárias que já têm a porta giratória, mas possuem apenas um vigilante. E quando esse vigilante precisa fazer a sua refeição, afastar-se, o controle dessa porta fica com pessoas, às vezes, não preparadas e muitas vezes fica livre, entra quem quiser.

Então, essa é a denúncia que eu gostaria de deixar aqui registrada, para que realmente fosse verificado isso.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Stroisch) - Agradecemos também pela participação. E continua o espaço aberto aos segmentos envolvidos na questão da segurança bancária para manifestação.

A SRA. MARIA INÊS KOCH SILVA (Presidente do Sindicato dos Vigilantes de Florianópolis) - Eu gostaria de dar sequência àquilo que o Osvaldo estava colocando quanto à preocupação que temos quando se fala em vigilância.

A sociedade, às vezes, quando assiste uma reportagem na televisão sobre um assalto, pergunta: mas o que fazia lá o vigilante, por que ele não reagiu, não fez nada? A nossa grande preocupação hoje é com a vida das pessoas, tanto a preocupação dos bancários quanto dos vigilantes é com a vida das pessoas, com a vida desses trabalhadores e também dos clientes que frequentam as agências.

Nós temos percebido que é passado para o vigilante um peso muito grande, é dito que ele está lá para dar segurança. Só que ele não está seguro, ele não tem segurança para exercer a sua função. O Osvaldo colocou de forma muito própria a questão de que existe um vigilante, às vezes, numa agência onde ele não tem a mínima condição de observar nem 30% da agência ou da movimentação que existe.

Então, hoje, preocupados com a questão da segurança, nós viemos buscando, através dos órgãos competentes e também da Polícia Federal, que também está fiscalizando, o cumprimento da legislação, que não é nova. Desde 83 existe a Lei nº 7.102, então, não é novidade para ninguém a existência de uma lei. Ela é falha em alguma coisa, vem sendo modificada, trabalhada, mas, infelizmente, parece-me que o dinheiro sempre fala mais alto e vale sempre muito mais.

No ano passado fizemos uma campanha em conjunto com os bancários do Estado, onde dizíamos que para os banqueiros sua vida não vale nada. A vida de cada pessoa que está dentro da agência representa muito mais do que alguns milhões. Quem entra numa agência para roubar não vai apenas em busca de dinheiro, ele vai defender a sua vida também, pois vai armado, não entra lá com as mãos abanando ou oferecendo um cartão de visita.

Então, nós temos que nos preocupar com a vida das pessoas de forma fundamental, porque a vida é irrecuperável, não há seguro que a pague, e o dinheiro pode ser coberto. E não é isso que queremos,

nós nos preocupamos, sim, com o numerário que está ali depositado, guardado na agência bancária, essa é a sua responsabilidade, de guardar o dinheiro, de fazer com que ele seja movimentado, mas a nossa maior preocupação, com certeza, não pode ser essa, ela tem que ser com a vida.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Stroisch) - Quero fazer o registro da presença do eminente Deputado Jorginho Mello, que também está participando desta audiência pública.

Antes de dar prosseguimento às manifestações, quero fazer a leitura da Lei Federal nº 7.102, de junho de 1983.

(Passa a ler)

“ Art. 2º - O sistema de segurança referido no artigo anterior inclui pessoas adequadamente preparadas, assim chamadas vigilantes; alarme capaz de permitir, com segurança, comunicação entre o estabelecimento financeiro e outro da mesma instituição, empresa de vigilância ou órgão policial mais próximo; e, pelo menos, mais um dos seguintes dispositivos:

I - equipamentos elétricos, eletrônicos e de filmagens que possibilitem a identificação dos assaltantes;

II - artefatos que retardem a ação dos criminosos, permitindo sua perseguição, identificação ou captura;

III - cabina blindada com permanência ininterrupta de vigilante durante o expediente para o público e enquanto houver movimentação de numerário no interior do estabelecimento.”

Essa legislação é de 1983, portanto, já há quinze anos em vigência, mas mesmo sendo considerada arcaica para o momento de hoje, identificamos um sem número de agências que ainda não se adaptaram a ela.

No nosso dia-a-dia observamos que nem essa legislação teve o seu cumprimento na plenitude.

Gostaria de continuar dando a oportunidade para as autoridades que desejam se manifestar.

O SR. RODRIGO MEDEIROS (Gerente de Logística da Caixa Econômica Federal) - Senhor Presidente e demais autoridades presentes, em nome do nosso Superintendente da Caixa Econômica Federal, Aliator Silveira, gostaria de registrar que a questão de segurança é tratada de forma prioritária na Caixa Econômica Federal.

No ano passado investimos em nível nacional R\$12.000.000,00 em equipamentos e treinamento, relativamente a questões de segurança. Em Santa Catarina temos instaladas portas de segurança em todas as agências, temos instalado um alarme com sistema de monitoramento de última geração em todas as agências, o circuito interno de TV já está instalado na grande maioria das agências, e dentro de poucos meses, até o término de um processo licitatório, também estaremos integralmente possuindo equipamentos de circuito interno de TV e vídeo.

É importante ressaltar também que a Caixa Econômica Federal, desde o início desse projeto, desde um esboço de projeto que surgiu na Câmara de Vereadores, prestou apoio integral, assim como é importante salientar que nós ratificamos integralmente o projeto do Deputado Vânio dos Santos, que tramita na Câmara Federal.

O resultado disso tudo, desse investimento e desse tratamento prioritário estratégico, é que no ano passado tivemos apenas doze assaltos em unidades da Caixa Econômica Federal dos cento e trinta e sete aqui citados. E no ano de 1998, até o momento, tenho o orgulho de dizer que não tivemos nenhum assalto em agências da Caixa Econômica Federal em Santa Catarina.

Fica o nosso agradecimento à parceria que nós temos obtido sempre da Polícia Militar e da Polícia Federal, e ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Com relação à questão dos equipamentos, como eu falei, estamos bastante adiantados nessa questão. Mas por entender que o objetivo da lei é a preservação da vida, é a preservação da segurança dos clientes e dos empregados, nós não utilizamos o timer, ou seja, a fechadura de retardo, por entender que ela fragiliza a figura e a segurança do gerente geral da agência, principalmente.

Então, neste sentido, nós nos permitimos descumprir a lei, buscando a segurança dos nossos empregados e dos nossos clientes, no que tange a fechadura de retardo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Stroisch) - Agradecemos também pelas importantes informações do representante da Caixa Econômica Federal em nosso Estado.

Continua livre a palavra às autoridades que queiram se manifestar.

O SR. REPRESENTANTE DO BANCO DO BRASIL - Bom dia, senhor Presidente; bom dia, demais autoridades.

Em nome do Superintendente Estadual do Banco do Brasil, também nos fazemos presentes nesta Assembleia, para apresentarmos os nossos dados, os nossos números, no que diz respeito à segurança bancária.

O Banco do Brasil tem priorizado, antes mesmo da existência da lei estadual, a segurança dos seus funcionários, a segurança dos seus clientes, começando com projetos de segurança que atendam a legislação federal e, além dela, que procurem adaptar-se às novas realidades necessárias ao meio em que trabalhamos.

Em Santa Catarina, o Banco do Brasil iniciou, já em abril do ano passado, a instalação de portas giratórias em nossas agências.

O projeto está praticamente concluído. Das 159 agências funcionando no Estado, nós temos 153 agências com portas giratórias.

Quanto às demais seis agências, ou estão mudando de endereço, mudando do local em que estão, para poderem ter mais espaço físico não só para a instalação das portas giratórias mas, também, pelo nosso projeto de padronização visual, que pressupõe um espaço mais amplo, com um atendimento mais confortável aos nossos clientes, ou, então, têm que ser reformadas, em função das suas estruturas físicas, para poderem comportar portas giratórias. São apenas seis aqui no Estado.

Nós adotamos os demais dispositivos de segurança: a guarda armada em todas as agências, os alarmes com comunicação às autoridades locais, à polícia local. Temos também circuito de TV em dez agências nossas, que atualmente são as supridoras, onde todo o sistema financeiro faz seus depósitos, guarda as suas reservas no Banco do Brasil, que supre o sistema financeiro estadual.

Então, o nosso sistema de segurança deve prever, também, esse contingente maior de recursos que estão em nossas agências.

O nosso projeto, até o final do ano, deverá ser reformar toda a rede de dependências aqui, no Estado, como também deverá ser reformada toda a rede de dependências do País. E se prevê, junto com essa reforma, a instalação de circuito fechado de TV em todas as agências e postos, de forma que você possa identificar todas as pessoas que adentram ao recinto do banco, permitindo às autoridades, na ocorrência de um assalto de maior gravidade, identificar todos os envolvidos.

No início do ano, também, com a preocupação do nosso Superintendente em mobilizar as comunidades locais, solicitamos aos nossos administradores que, em conjunto com a Prefeitura, Câmara de Vereadores, Sindicatos locais, CDL, enfim, demais instituições financeiras, promovessem reuniões de segurança, procurando levantar questões que pudessem, preventivamente, auxiliar não só o sistema financeiro local a se proteger melhor, mas, principalmente, que pudessem proteger a população que dela faz parte.

Nós estamos à disposição para eventuais consultas a respeito, os nossos trabalhos continuam, independente da legislação federal, para que tenhamos, todos, a melhor segurança possível aos nossos clientes e aos nossos funcionários.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Stroisch) - Agradecemos, também, pela manifestação do representante do Banco do Brasil em nosso Estado.

Continua livre a palavra.

(Pausa)

A Deputada Ideli Salvatti deseja mais uma vez se manifestar?

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Eu só gostaria de fazer um pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Stroisch) - Com a palavra, pela ordem, a senhora Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Senhor Presidente, estamos nessa audiência pública, extremamente clara dos seus objetivos, porque o governo não regulamentou a lei, conforme estabelece o artigo que diz que tem de ser em 30 dias após a sua promulgação. Por que não estão sendo tomadas as providências, já que as agências não instalaram o equipamento após os cento e oitenta dias?

Nós tivemos aqui o pronunciamento do Sindicato dos Bancários, inclusive, com a apresentação de uma pesquisa elogiável, porque não é competência e nem obrigação do Sindicato dos Bancários fazer isso, seria das autoridades constituídas do nosso Estado. Tivemos também o Sindicato dos Vigilantes, o representante da Caixa Econômica e do Banco Brasil, prestando contas das providências tomadas nas suas agências.

Agora, esta audiência precisa ouvir os representantes, principalmente, da Secretaria de Segurança do nosso Estado, até porque a legislação estabelece, no art. 9º, que compete à Secretaria de Estado de Segurança Pública fiscalizar os estabelecimentos financeiros no cumprimento dos dispositivos dessa lei. Essa lei não diz só o que tem que ser feito, como diz quem deve fazer, quem deve fiscalizar e o que acontece para quem não cumpre a legislação.

Então, eu tenho o entendimento de que deveremos ouvir, o Deputado Vânio já tinha se inscrito, principalmente a Secretaria de Segurança, que deveria estar aqui nos municiando de quais foram as providências tomadas para que a legislação entre em vigor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Stroisch) - Sem dúvida, Deputada Ideli Salvatti, o nosso objetivo, o objetivo da Comissão e de todos aqui é no sentido de buscarmos um encaminhamento de forma definitiva, envolvendo todos os organismos que, de uma forma ou de outra, tenha responsabilidade na proteção e na questão da segurança das nossas instituições financeiras. Certamente, até o final desta audiência, vamos procurar buscar um encaminhamento definitivo com relação a essa questão.

Quero também registrar a presença do Deputado Gilson dos Santos. Quanto à presença do Deputado Carlito Merss, já tínhamos registrado anteriormente.

Continua livre a palavra às autoridades que desejarem se manifestar.

(Pausa)

Com a palavra o senhor Deputado Vânio dos Santos.

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Bom dia a todos!

Eu gostaria de cumprimentar o Deputado Norberto Stroisch, Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, e os demais membros da mesa, que representam o Governo do Estado, a Secretaria de Estado da Segurança Pública, a Polícia Militar e Federal.

Também quero cumprimentar os senhores Deputados, a senhora Deputada Ideli Salvatti, os representantes de Sindicatos de Bancários e Federação de Bancários, os Sindicatos e Federação dos Vigilantes, a representação das instituições financeiras e todas as pessoas aqui presentes.

Obviamente que o objetivo desta audiência é tirarmos daqui, senhor Presidente, senhores Deputados e demais convidados, um encaminhamento prático. E a Deputada Ideli Salvatti está insistindo com relação ao cumprimento da legislação estadual.

Eu acho que o fato de discutirmos e aprofundarmos esse assunto não vai nos dispersar o suficiente para que ao final não executemos tal desafio.

Eu queria só contribuir com esse debate, porque eu tenho uma certa experiência nesse tema. Eu sou bancário desde 1979, na época do Banco Sulbrasileiro, e desde 1981 na Caixa Econômica Federal. E por três gestões fui dirigente do Sindicato dos Bancários de Florianópolis, sendo o seu Presidente do período de 90 até 93.

Representei os bancários de Santa Catarina e do Brasil junto à Fenaban, Federação Nacional dos Bancos, por três anos e também por três anos - 87, 88 e 89 - estive na executiva de negociação dos empregados da Caixa Econômica Federal, por um ano na mesa de negociação do Besc e também junto à direção do Banco do Brasil. Portanto, essa é a nossa experiência como dirigente sindical.

Nós temos várias publicações específicas sobre segurança bancária - que datam de 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97 e 98 -, sobre entidades representativas dos trabalhadores bancários e também representativas dos vigilantes, em nível nacional e em nível local.

Portanto, esse não é um tema novo, e estou fazendo questão de enfatizar isso, porque mais tarde vamos entender que o argumento dos bancos de que não estão tendo tempo de fazer as licitações é um tipo de argumento que fica feio.

Quero dizer também que tive a oportunidade de assumir como Deputado Federal no início do ano passado, mais propriamente no dia 6 de janeiro, senhor Presidente. E tive o interesse, diante da grande onda de assaltos em Santa Catarina e o crescimento dos assaltos em nível nacional, de verificar quais os projetos sobre segurança bancária que existem na Câmara dos Deputados.

Encontrei diversos projetos, e com a contribuição do Presidente da Câmara e do Presidente da Comissão de Finanças e Tributação conseguimos reunir todos esses projetos. Fui, então, designado Relator dessa matéria.

Senhores, tenho discutido essa matéria desde o mês de março do ano passado até agora. Portanto, considero que esse debate está amadurecido, porque tomamos como primeira iniciativa, senhor Presidente, senhores Deputados e demais participantes desta audiência, realizar uma audiência pública em Brasília, chamando o Ministério da Justiça, a Polícia Federal, as direções dos bancos, a Fenaban, a Confederação Nacional dos Vigilantes, através do senhor Boaventura, que é seu Presidente, a Confederação Nacional dos Bancários, as empresas de transporte de valores e as empresas de segurança, dentre outras instituições.

Então, realizamos essa audiência pública, senhor Presidente, e deparamo-nos com o problema da falta de segurança nos bancos e dos crescentes números de assaltos.

Em primeiro lugar, senhor Presidente, não podemos esquecer da questão social, pois ela tem uma relação direta com a questão da criminalidade. A falta de distribuição de renda, o aumento do desemprego, são temas que não estão sendo tocados aqui, mas têm uma relação direta, e quem trabalha com segurança pública sabe disso.

Quanto maior as diferenças sociais, quanto maior o desemprego, quanto maior o inchaço das cidades, o êxodo rural, maior é a incidência do aumento da violência e da criminalidade.

Em segundo lugar, a falta de treinamento dos bancários para lidar com a questão do assalto.

Em terceiro lugar, o desvio da função do vigilante, que deveria fazer segurança, mas que muitas vezes é orientado para entregar extrato, atender telefone, atender o cliente no balcão e, outrora - inclusive, na época em que eu trabalhei -, datilografar, ajudar na contabilidade, e em muitos lugares do interior até gerenciava postos de serviço na ausência do gerente.

Em quarto lugar, o descumprimento da lei por parte dos banqueiros. Não é argumento que a Lei nº 7.102 de 1983 é frouxa ou coisa que o valha, por quê? Porque a lei não faz o fato social, mas o fato social faz a lei.

Em quinto lugar, o problema da contenção de gastos. Quero apresentar aqui números para vocês. Em 1996 os bancos gastaram 4,3 bilhões de dólares com informatização. Um processo que tem eliminado postos de trabalho, que tem demitido trabalhadores a rodo e que, claro, facilita o lucro de forma mais rápida, porque como os bancos trabalham com a mercadoria que é o dinheiro, quanto mais fácil e mais rápido ela transitar nas suas operações, maior é a lucratividade dos estabelecimentos financeiros.

Num mesmo período os bancos gastaram a nível nacional R\$44.000.000,00 em segurança. Isso para cobrir um total de trinta e um mil e trezentas agências, postos e caixas avançados no ano de 1996. Isso dá uma média de gasto por local de trabalho de R\$118,00, menos de um salário mínimo.

Senhor Presidente, V.Exa. sabe que o lucro do Bradesco em 1997 foi de mais de R\$800.000.000,00. Foi o maior lucro de qualquer empresa do Brasil.

Enquanto isso, no mesmo ano, foram roubados 54,4 milhões de dólares. Mas do que o gasto com segurança e duas mil duzentas e dezenove armas.

Os assaltos vieram se multiplicando e acho que temos de reconhecer, em primeiro lugar, quais são as outras causas da falta de segurança. A negligência do Banco Central, porque pela Lei nº 7.102 era o Banco Central o responsável pela aprovação dos planos de segurança e só poderia autorizar a chamada carta patente depois disso resolvido. E na verdade autorizou-se uma proliferação de agências bancárias por este País afora, muitas vezes sem a mínima condição de instalação.

Um outro aspecto da causa da falta de segurança é o transporte de valores, feito por empregados das instituições financeiras muitas vezes numa sacola, numa caixeta, num envelope, numa mochila. Isso estou falando ao longo do tempo. Muita coisa melhorou de lá para cá e temos que reconhecer. Por quê? Porque criou-se um escândalo em termos de assaltos.

No Estado de São Paulo, por exemplo, em 1994 foram 470 assaltos. Pulou para 1.004 em 1995 e para 1679 no ano de 1996. Um crescimento nesses dois anos da ordem de 255% e aqui em Santa Catarina não foi diferente. Os dados já foram apresentados. Foram 74 assaltos em 1995, pulou para 118 em 1996 e 131 em 1997.

Mas vejam que a eficácia desse debate já está posta, porque nós tivemos uma redução significativa do número de assaltos.

Não concordo com o dado de que o número de assalto tem aumentado ano a ano. De 1995 para 1996 o aumento em Santa Catarina foi da ordem de 60%, mas já de 1996 para 1997 o aumento foi da ordem de 11% em função dessas iniciativas, como a iniciativa da Assembleia Legislativa em fazer esse debate com a sociedade e aprovar uma lei estadual; em função da iniciativa dos sindicatos dos bancários de lançar essa campanha dos sindicatos de vigilantes das federações; em função da iniciativa da Polícia Federal, que nós temos que reconhecer que a criação das delegacias especializadas em relação a isso tem, sim, sido elemento de suporte importante e com mais rigor na aprovação dos planos de segurança, coisa que o Banco Central não tinha condição de fazer.

E os banqueiros põem a culpa inclusive na própria Polícia Militar quando se discute com eles. Eu não sei se o representante da Fenaban já chegou, mas eles atribuem à falta de cumprimento da lei e à política de contenção de gastos à segurança pública, porque, segundo eles, a Polícia Militar devia deixar na frente de cada agência uma viatura paga, com salários pagos pelos contribuintes para fazer a defesa privada das instituições financeiras e do dinheiro que está lá.

Esta é a visão da contribuição dos banqueiros, especialmente os privados, com relação à questão da segurança, ou seja, uma total omissão. E aí, senhor Presidente, nós tivemos dificuldade de elaborar uma lei por que, diante de tantos projetos que tinham lá, como elaborar uma lei em que fechássemos as portas para os banqueiros do ponto de vista deles não burlarem a legislação e adotarem algo que fosse lá para um posto de serviço, para uma agência grande? Como elaborar uma lei sobre uma matéria tão complexa, envolvendo tantos interesses como estes, pois são vários os interesses envolvidos aqui?

Os bancários e os vigilantes querem segurança, bem como a população. A Polícia Federal aprova os planos de segurança e quer

continuar com esta prerrogativa. A Polícia Militar alega que na hora do assalto é ela quem corre atrás e vai prender o assaltante.

As empresas de segurança querem acabar com o monitoramento feito pela área pública porque é mais um serviço que poderão prestar, inclusive do ponto de vista dos materiais, dos lobbies, porque um quer vender máquina fotográfica, outro circuito interno de TV, outro porta de segurança. E nós pensamos numa lei, assim como a Assembleia Legislativa pensou, do ponto de vista do interesse público, porque este é o nosso compromisso. E aí quais as inovações que apresentamos?

A nossa lei, basicamente, é a lei apresentada e aprovada pelos Deputados Estaduais aqui na Assembleia Legislativa, onde apresentamos cinco requisitos, aliás, valorizamos o espaço das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, porque aí vem o argumento dos banqueiros: "Olha, nós estamos querendo cumprir a lei, mas vocês nos pegaram de supetão, porque temos que realizar licitações no caso dos bancos públicos, e isto é um processo demorado."

Mas, companheiros, isto não começou hoje, nós já negociávamos isto em 92, 93, 94 e colocávamos que íamos perder vidas por causa desta irresponsabilidade do não cumprimento da legislação. Então, este não é um argumento.

A segunda questão é que a União é quem tem a prerrogativa de legislar sobre segurança porque isto está na Constituição. Aí, o que a Fenaban faz? Ao invés de cumprir a lei municipal e a lei estadual, ela trata de contratar bons advogados para poder alegar a questão da inconstitucionalidade destas leis. Mas será que o problema é porque eles são tão cumpridores da lei assim? É por que eles lutam tanto para não ter a regulamentação da taxa de juros de 12% ao ano que está escrita na Constituição? É por que fazem lobby para impedir a regulamentação do art. 192 e operam por fora toda uma reestruturação do sistema financeiro, acabando com os bancos estaduais, com o Banco do Brasil, com a Caixa Econômica, alargando o espaço dos bancos privados?

Então, o problema não é porque está ou não na Constituição. É porque banqueiro não tem responsabilidade social. A única responsabilidade que ele tem é com o aumento do lucro dele e está se lixando para a condição de trabalho do vigilante e dos bancários e as condições de segurança da população.

E aí nós apresentamos para concluir: em primeiro lugar, para valorizarmos isto estamos fazendo uma lei, apresentamos um substitutivo da lei federal, deixando uma espécie de janela, ou seja, que as Assembleia Legislativas e as Câmaras Municipais pudessem legislar de forma subsidiária a lei federal, valorizando inclusive a iniciativa que esta Casa tomou. Esta é uma inovação na lei federal.

Em segundo lugar, a questão do seguro, que nós também contemplamos na lei federal.

Em terceiro lugar, a criação da Carteira Nacional do Vigilante, que é uma reivindicação dos trabalhadores vigilantes, porque as empresas de vigilância muitas vezes treinam mal os trabalhadores vigilantes, porque elas têm uma política de rotatividade muito grande da mão-de-obra e treinar vigilante pode sair um investimento muito caro. E como tem esta política, é melhor gastar pouco, colocar uma arma na cintura do sujeito, muitas vezes não investir no treinamento, naquilo que é necessário fazer.

Em quarto lugar - e também consideramos isto importante -, nós aprovamos um kit básico que é praticamente o retrato do que está colocado na lei estadual, apenas com uma diferença: nós colocamos a questão das portas giratórias com trava automática como um elemento, os vigilantes treinados como item obrigatório, o alarme, o circuito interno de TV, que a nosso ver deve ser monitorado de fora e nós estamos substituindo a cabine blindada do vigilante por um escudo de proteção. Esta é uma diferença da lei estadual, ela é insalubre e ela tem servido muito mais para render o vigilante ali dentro, que fica preso, do que propriamente para lhe dar mobilidade.

Então, com relação à questão da cabine - eu chamo a atenção sobre isso -, não vejo como um problema, porque isto estando colocado na lei federal, os bancos podem fazer sua opção, aliás, já estão fazendo porque os próprios bancos, eu conversava com o Rodrigo, reconhecem que a cabine é mais barata, mas é insalubre. E nós temos aqui vários representantes de entidades dos vigilantes que concordam com isso, aliás, foi uma reivindicação deles essa questão.

Dentro do outro aspecto, nós não estamos determinando esse kit para todos os estabelecimentos bancários e para todos os lugares do Brasil. Porque entendemos que, por exemplo, se determinarmos todo esse kit para um banco 24 horas, isto vai inviabilizar o serviço e a população não deve ficar sem esse serviço. Então, nesses casos, para postos avançados e para bancos 24 horas, nós apenas orientamos a questão do circuito interno de TV, sem o vigilante, neste caso, sem porta giratória e sem outros equipamentos. São duas diferenças que têm com a questão da legislação estadual.

Eu quero encerrar e dizer a vocês que, feito este trabalho que

nós apresentamos lá, com várias modificações - e entreguei ao Presidente Norberto Stroisch uma cópia desse relatório e também às instituições financeiras, à Polícia Federal, vou entregar também à Polícia Militar e ao representante do Governo do Estado -, está valendo a pena essa briga.

É isto que eu queria que nós reconhecêssemos. Nós temos que reconhecer que a Caixa Econômica está fazendo um esforço para aplicar a legislação, e o Banco do Brasil, pelo relato que foi dado aqui. Agora, o Besc está nos devendo! Porque o Besc tem agência ou posto de serviço nos 293 Municípios de Santa Catarina. Talvez por isso talvez seja o banco mais assaltado, porque tem o maior número de agência, nós reconhecemos isso.

Mas o Besc, se não me falha a memória, apenas em 102 agências que ele tem porta de segurança, está devendo os outros equipamentos! E com relação aos bancos privados, também foi citado aqui pelo Osvaldo o caso do Bradesco, que é um banco desleixado, é um daqueles que visa o lucro e não tem nenhuma preocupação com a questão da vida das pessoas.

Nós temos que elogiar o trabalho que a Polícia Federal está fazendo. Eu tive oportunidade de visitar a Polícia Federal, neste debate, e de ver lá como estão organizando a questão da delegacia especializada, registrar, enfim, todos os envolvidos nesta matéria.

Eu quero parabenizar a Assembléia legislativa por ter aprovado isso, por estar insistindo nesta matéria, e quero dizer que os números já sinalizam para uma nova realidade, porque mesmo falar em vinte e cinco assaltos neste ano, se computarmos que se passaram três meses para esse número de vinte e cinco, nós teremos a primeira queda, pela média no ano de 98, mesmo sem a instalação de todos os equipamentos de segurança.

Portanto, quero dizer a vocês que a sociedade catarinense deve agradecer a Assembléia Legislativa por essa iniciativa, aos sindicatos e bancários.

Lá em Brasília o nosso dever também está sendo cumprido no sentido de não concordar que apenas uma lei federal possa legislar sobre essa questão, mas respeitando o que a Assembléia decidiu, fortalecendo isso, porque os Deputados Estaduais, os Vereadores estão próximos da população, do seu dia-a-dia, talvez até mais próximos do que os Deputados Federais e os Senadores que ficam lá em Brasília durante toda a semana e, portanto, conhecem essa realidade.

Nós não estamos preocupados aqui com o dinheiro que vai ser roubado dos bancos. Eu acho que nós temos que nos preocupar com ele, porque ele serve (uma outra consequência do assalto) para municiar as quadrilhas para que elas possam inclusive se armar muitas vezes bem mais equipadas que a nossa polícia militar, através do contrabando de armas pesadas que acabam se descobrindo nos próprios assaltos.

Mas eu acho que essa realidade está mudando. Agora nós temos que sair dessa audiência aqui efetivamente cobrando do Governo do Estado a regulamentação dessa lei e a aplicação de multas, especialmente aquelas instituições que não estão fazendo nada para cumpri-la.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Stroisch) - Agradecemos ao eminente Deputado Vânio dos Santos pelo seu pronunciamento.

Eu quero registrar também a presença do eminente Deputado Gervásio Maciel neste encontro.

Quero fazer algumas observações, Deputada Ideli Salvatti, a respeito, principalmente, de uma questão que nós estamos enfocando aqui, eu acho que é importante, que é o veto do Governo do Estado à lei aprovada por esta Casa de forma unânime.

Eu fiz a anotação de algumas observações e quero fazer a leitura delas às eminentes autoridades aqui presentes.

(Passa a ler)

"A Constituição Federal em seu art. 192, inciso IV, estabelece a competência da União para legislar sobre instituições financeiras, pelas quais deve-se compreender 'as pessoas jurídicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros e a custódia de valores de propriedade de terceiros', nos exatos termos do art. 17 da Lei nº 4.595/64.

Isto implica em reconhecer que a Constituição Federal se refere ao sistema financeiro, conseqüentemente às instituições financeiras, como ente imaterial ao qual compete a aplicação da política financeira cambial, de segurança financeira do usuário dos serviços bancários, etc.

Este ente imaterial - instituição financeira - é absolutamente distinto da instalação física, onde é alojada uma agência bancária.

Com a edição da Lei nº 10.501/97, a lei estadual aprovada por esta Casa no ano de 97, "o Estado não está legislando sobre

normas atinentes ao sistema financeiro (ex: ref. prazos de compensação, o formato dos papéis de crédito,...).

Inexiste qualquer vedação legal expressa, impedindo o Estado de estabelecer normas de segurança pública em benefício da população a serem executadas pelos estabelecimentos bancários - ente físico, corporificado.

Frise-se que a segurança é um direito e uma garantia fundamental de todo cidadão, explicitado no art. 5º da Constituição Federal.

A Lei Federal nº 7.102/93 estabelece os requisitos mínimos de segurança para o funcionamento de qualquer estabelecimento financeiro. Portanto, a matéria está regulada pela lei federal, em observância aos preceitos constitucionais.

Em contrapartida, a lei estadual somente vem a somar no momento em que acrescenta dispositivos de segurança a serem adotados pelos estabelecimentos bancários, primando pela segurança da população. Vem ao encontro, e não de encontro, à lei federal. Não contraria, tão-somente complementa.

Inclusive observou o Legislador estadual o disposto na Lei nº 7.102/93, alterada pela Lei nº 9.017/95, condicionando a abertura do estabelecimento à apresentação do certificado de segurança emitido pelo Departamento de Polícia Federal.

Vale observar que a lei estadual no seu § 4º do art. 5º faz referência às pessoas portadoras de deficiência física, cuidando da assistência pública a essas pessoas, cumprindo preceito insculpido no art.9º, inciso II e art. 10, inciso XIV da Constituição Estadual, matéria não regulada pela lei federal."

Então, essas foram algumas informações que eu gostaria de fazer às eminentes autoridades aqui presentes nesta audiência pública.

Dando continuidade, gostaria de poder ouvir outros segmentos ainda, aqui representados, autoridades que não fizeram uso da palavra até o presente momento.

O SR. TARCÍSIO VANZIN (Chefe do Departamento de Instalações do Besc) - Bom dia, senhor Presidente, Deputados e autoridades aqui presentes. Sou representante do Banco do Estado de Santa Catarina, que foi citado aqui como o banco que está devendo à sociedade.

Algumas considerações devem ser feitas e muito importantes com relação a isso. A lei estadual foi promulgada em setembro do ano passado e deu um prazo de seis meses para a sua implantação.

A característica do Banco do Estado de Santa Catarina em relação aos demais bancos deve ser o foco da questão. O Banco do Estado está presente nos pequenos Municípios do Estado, Municípios que sequer às vezes têm uma edificação capaz de comportar uma agência bancária.

A característica da agência bancária Besc é uma característica de trabalho diferente de um banco privado. É banco de varejo, de grande movimentação de pessoas, de arrecadação. É um banco que presta, fundamentalmente, serviços.

Bem, a lei está aí, é um ganho e isso nós reconhecemos porque nós também somos bancários. O Banco do Estado de Santa Catarina está sendo dirigido por bancários e não por banqueiros. A direção é composta por funcionários, que têm uma visão clara do perigo, da necessidade de se implantar todo o sistema de segurança. Não fosse essa visão, não teria disponibilizado recursos na ordem de R\$3.000.000,00, neste ano, para dotar os seus pontos de atendimento dos dispositivos de segurança.

Discordo do senhor Deputado Vânio dos Santos, que diz que nós teríamos condições de aplicar todos os recursos por uma razão simples e que já citei.

Tomando, por exemplo, um Município pequeno, Vargem Bonita ou São Cristóvão do Sul, quando citei uma edificação que sequer cabe uma porta de segurança, porque está especificado na lei que a porta é giratória, quando existem 3, 4 ou 5 outras alternativas de porta menores e também eficazes e que não podem ser utilizadas, mas, independentemente disso, a porta de segurança deve ser adquirida dentro de um processo licitatório, e para isso existe a Lei nº 8.666, que é uma lei que deixa muito claro o procedimento.

O procedimento deve ser a especificação clara do objeto. A especificação clara do objeto pressupõe a visita ao estabelecimento, a descrição perfeita de todos os itens que compõem a adaptação do equipamento ao local.

O que é essa adaptação? Nós temos que criar um circuito próprio, com disjuntor próprio, com aterramento. Temos que fazer modificações da esquadria de fachada para poder encaixar o vestíbulo e temos que fazer uma movimentação de "layout", porque normalmente essas pequenas agências e postos de serviços têm um espaço reduzido.

É possível fazer? É claro que é possível! Em seis meses? Impossível! Mas foi possível, no ano passado, instalarmos 108 portas em 102 agências e está sendo possível fazermos uma licitação agora de mais 150 portas para cobrir todo o Estado de Santa Catarina do equipamento porta de segurança.

Todos os nossos endereços dispõem do timer e nós estamos com uma outra frente citada aqui, uma outra frente importantíssima, que tem a visão sob o aspecto da assistência. Todos os assaltos que aconteceram no Besc foram assistidos por psicólogos e por médicos. Então, a iniciativa de dar assistência a quem presencia, ao que sofre o assalto, está sendo tomada pelo banco.

Posso acrescentar aqui que a atual diretoria do banco não tem só esta frente de cobrança, porque nós somos cobrados também pela diretoria. Tem um interesse muito claro e nítido no sentido de instruir, de dar um ciclo de palestras para que o funcionário do banco seja um agente pró-ativo da segurança. Porque ele como agente pró-ativo pode adotar medidas em conjunto com a vigilância, em conjunto com a Polícia Militar, que tem tido com o Banco do Estado de Santa Catarina um comportamento exemplar, uma parceria elogiável.

Como resultado dessas medidas e dessas palestras que estão sendo feitas nós estamos já no primeiro trimestre deste ano identificando uma redução de um terço das ocorrências em relação ao ano passado. Deve-se não somente à Polícia Militar, não somente à iniciativa do banco, mas ao comportamento conjunto e à interação de todos esses fatores.

Gostaria de estar dizendo que nós zeramos os assaltos. Infelizmente, isto não é possível porque nós tivemos recentemente, em São Paulo, onde nós temos todos os dispositivos de segurança, a nossa agência assaltada. E vale aqui dizer um assalto frustrado pela ação elogiável dos vigilantes que renderam os assaltantes. É de se registrar a participação muito importante dos vigilantes que são pagos para contribuir com a segurança e, neste caso, em São Paulo, a fizeram.

Muito interessante a participação da Polícia Militar em diversas ações que inibiram ações delituosas. Muito importante a ação dos Deputados na aprovação da lei, pois ela favorece a nós, bancários. Infelizmente, não podemos ter a velocidade requerida, mas seguramente com a alteração desta lei federal e com os recursos alocados pela diretoria do Banco do Estado de Santa Catarina, nós teremos pelo menos nos bancos públicos (estão aqui presentes os três bancos públicos) a certeza de que haverá uma nova realidade daqui para frente.

São elogiáveis estas medidas e nós, como bancários e como responsáveis pelas instalações dos equipamentos de segurança, nos solidarizamos com o Besc por essas medidas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Stroisch) - Agradeço a manifestação do Banco do Estado de Santa Catarina.

Consulto as eminentes autoridades se desejam se manifestar.

Com satisfação vamos ouvir o pronunciamento do Coronel Valmir Lemos, Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

O SR. VALMIR LEMOS (Comandante Geral da Polícia Militar de Santa Catarina) - Senhor Deputado Norberto Stroisch, Presidente desta sessão; excelentíssimos Deputados Carlito Merss, Reno Caramori, Jorginho Mello e Deputada Ideli Salvatti; excelentíssimo senhor Presidente desta Casa, Deputado Neodi Saretta; Membros da Mesa, Dr. Idor Reni Graebner, da Polícia Federal; Dr. Aldo Prats D'Ávila, da Polícia Civil de Santa Catarina; Dr. Roberto Schaitzer, da Polícia Federal; Coronel Enéas Canela Tramontini, Comandante de Policiamento da Capital; Coronel Valdir Baldessari, Comandante do Batalhão de Operações Especiais; demais oficiais da Polícia Militar e senhores representantes dos estabelecimentos bancários, dos estabelecimentos de vigilância e dos sindicatos de vigilância.

Eu gostaria de dizer, senhores Deputados, que depois de amanhã completará 7 meses de uma sessão que foi realizada aqui na Assembléia Legislativa que tratou também a respeito da segurança bancária. Ela foi realizada no dia 16/09/97. Inclusive, tenho aqui a ata da 5ª sessão especial.

Gostaria de parabenizar a Assembléia Legislativa por esta nova sessão para tratar desse tema tão importante e elogiar também a Assembléia por estar se envolvendo com essa questão da segurança bancária no Estado de Santa Catarina.

Temos que, antes de termos o foco mais centrado nesse problema, ter uma visão geral da segurança bancária e da questão da segurança no próprio País.

Nós sabemos perfeitamente, especialmente nós, que diuturnamente lidamos com a segurança pública, que não há na nossa cultura uma mentalidade preventiva, especialmente na área da segurança.

Normalmente nós atuamos por estímulos. Nós atuamos após os fatos ocorrerem. E hoje, aqui, em Santa Catarina, eu tenho a honra de participar de mais um encontro desse quilate, com este objetivo.

Eu vejo isso com muita satisfação, porque acredito que estamos agindo preventivamente, apesar de que, de uma certa forma, continuamos dentro da nossa cultura.

De uma certa forma, nós ainda estamos um pouco lentos em algumas decisões que nós precisamos tomar com relação a essa questão da segurança bancária.

Na última reunião eu anotei alguns itens que nós registramos naquela reunião, e a própria ata da reunião também registra que colocamos, à época, os quartéis da Polícia Militar à disposição dos estabelecimentos bancários, dos sindicatos dos bancários, dos sindicatos de vigilantes.

Nós nos colocamos à disposição para treinamentos, para reuniões e a Polícia Militar tem cartilhas específicas sobre assaltos a banco. E para as reuniões também convocamos gerentes de bancos e sindicatos, de uma forma geral, para que houvesse uma integração maior entre nós.

Hoje, dentro do Codesul, do Conselho de Segurança do Sul, o qual eu tenho a honra de presidir - o Estado de Santa Catarina preside -, somos parceiros da Polícia Civil, da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal.

Então, dentro do Codesul temos operações centopéias específicas para o combate aos assaltos a bancos. Essas reuniões do Codesul nós fizemos trimestralmente, e as operações nós fizemos mensalmente; praticamente todos os meses nestes Estados tem operações específicas para o combate ao assalto a banco.

Nós temos em Santa Catarina ronda bancária feita especificamente aqui, em Florianópolis, e só para citar um exemplo, tem duas viaturas dedicadas a essa questão de ronda bancária e tem o nosso batalhão de operações especiais. E tivemos até o presente um total de oito assaltos na Grande Florianópolis, sendo que sete foram realizados em postos bancários.

Na realidade, o nosso trabalho e o nosso esforço estão sendo concentrados no combate ao assalto, mas nós sabemos que essa questão é muito mais ampla. Nós temos que ver a própria questão dos caminhos da persecução penal. Por que há o assalto a banco?

Uma das questões que foi levantada aqui pelo Deputado Vânio dos Santos se refere à questão natural e social. Nós temos uma questão que eu acredito tão séria quanto esta, que é a questão da punibilidade desses assaltantes e aí não envolve só nós que estamos aqui reunidos, porque num primeiro momento esta questão envolve a prevenção, envolve a questão do equipamento dos estabelecimentos bancários.

Estas leis que estão sendo feitas a nível federal e estadual são leis que na realidade têm produzidos os seus efeitos. E nós temos um contato com a Polícia Federal bastante estreito e ela tem atuado, como tem a Polícia Civil, a Polícia Militar e a Polícia Rodoviária Federal, nos apoios à perseguição de assaltantes.

Mas o fundamental é a defesa do patrimônio que os bancos possuem. Este é o fundamental, senhores, porque normalmente quando ocorre um assalto (e nós temos as estatísticas, conforme a Deputada Ideli Salvatti registrou aqui) e nós somos chamados, isso só ocorre cinco minutos após, ficando difícil para nós colhermos resultados mais positivos nas nossas ações.

Mesmo assim este ano foram presos oito assaltantes, inclusive um foi morto em confronto com a polícia em Corupá. Só que a nossa situação neste momento, após o fato consumado, é uma atuação muito complicada, porque o assalto não coloca só em risco de vida o bancário, o cliente do banco e o vigilante, ele coloca o policial de qualquer organização.

Este homem vai chegar e não sabe que situação existe, quem se encontra no assalto, quem faz parte, quantos homens fazem parte, que tipo de armamento, se é homem ou mulher, se eles estão fora ou dentro do banco, se eles estão dispostos a reagir ou não, mas normalmente eles estão sempre dispostos a reagir, porque ninguém vai fazer um assalto a banco sem ir preparado com armamento para tal e sem um planejamento prévio.

Se eu tenho um patrimônio sob a minha responsabilidade - lido literalmente, é o que nós temos tido - é como oferecer mel próximo ao formigueiro. Se não der as condições para segurança desse mel nós vamos ficar sem ele muito rápido. É preciso oferecer as condições!

Eu digo aos senhores que Santa Catarina está progredindo (inclusive nesta segunda reunião já se percebe um evidente progresso), mas precisamos caminhar muito mais, precisamos caminhar com mais rapidez, porque ainda continuamos a ter um número muito elevado de assaltos a banco no Estado.

Então, o equipamento de proteção, como portas, circuito fechado de televisão, treinamento e proteção do vigilante - o emprego dele exclusivamente na função - é fundamental porque algumas organizações questionam que a Polícia Militar deveria fazer a segurança bancária, mas é praticamente impossível. O que fazemos são as rondas, inclusive nos períodos mais agudos, como foi no último verão, quando Santa Catarina passou uma crise violenta com relação a assaltos a bancos, onde foram presos em torno de 116 marginais, ou seja, fazemos praticamente uma guarda bancária.

Para os senhores terem uma noção, nós temos em torno de 1.182 agências ou postos bancários no Estado. Se tivéssemos que empregar o nosso efetivo para fazer a guarda, além de não ser a nossa função, porque a nossa função é de segurança da coletividade, nós teríamos que fazer a guarda de lojas, de casas de câmbio, enfim, de qualquer estabelecimento comercial que tivesse numerário. Se fosse só para os bancos teríamos que aplicar em torno de 30% do nosso efetivo.

Nós sabemos que isso é inviável, pois o Estado não poderia deixar em aberto a segurança do cidadão para se concentrar, especificamente, mas mesmo assim temos nos preocupado e nos dedicado muito a essa questão. Por isso que existem as nossas rondas bancárias, e por isso que o número de assaltos reduziu bastante aqui na Capital do nosso Estado, onde tem a maior concentração urbana do Estado.

Vejam que tivemos até o dia 7 de abril um total de oito assaltos. Tivemos no Estado, no mesmo período de 8 de janeiro a 7 de abril de 97, um total de 43 assaltos. No mesmo período nós tivemos este ano 36. Houve uma redução, mas ela precisa ser muito maior, porque temos condição de fazer com que esta redução seja maior. Essa é uma questão, a questão da defesa do patrimônio que se guarda. O marginal tem que saber que não pode.

Nós, às vezes, de uma forma até figurativa, jocosa, brincamos, Deputado (nós até gostaríamos de parabenizá-lo pelo seu trabalho a nível federal com relação a essa questão, que reputamos de uma gravidade séria, de uma importância muito grande, já que no início do meu pronunciamento V.Exa. não se encontrava no recinto), dizendo que existem situações engraçadas. Se num dia de chuva chegarmos a um dos postos de concentração financeira e batermos com o pé muito fortemente num capacho, para limpar a areia da chuva, acaba-se recebendo dinheiro no colo, porque pensam que é um assalto e rapidamente dão o dinheiro na mão do marginal. Por quê? Porque normalmente não estamos preparados para essa situação, e não temos a defesa.

Portanto, quando se tem a defesa material, ou seja, quando se tem uma porta, um vigilante treinado e protegido, quando se tem um circuito interno de televisão, quando os próprios bancários estão também treinados para esta situação, é diferente. Não pensem que o policial é treinado, ele é um ser humano como qualquer um. As reações que um policial tem, mesmo o seu treinamento sendo maior, são violentas, em trocar tiros, em ser atingido, pois ele tem família.

Então, essa questão atinge a todos, mas a questão da defesa do patrimônio é fundamental para que essas pessoas que estão dentro do banco e aquelas que vão atuar saibam que há um sistema preventivo para funcionar e que há um treinamento. E que o próprio bancário não fique tão desesperado ao ponto de não ter condição nem de saber o mínimo de característica de quem entrou naquela banco, pelo sistema nervoso que trai a todos nós no momento de perigo. Há necessidade, então, dessa preparação, deste treinamento, porque há uma guarda de um patrimônio líquido.

E o marginal hoje prefere assaltar um banco do que um outro estabelecimento, porque ali ele já sai com o dinheiro pronto na mão.

Então, nós temos que ter esta consciência, o bancário também tem que ter esta consciência de que ele faz parte de um sistema que envolve valores elevados e, naturalmente, atraentes para quem está à margem da lei. Assim, ele tem que estar preparado para identificar, para ver quem entrou, quantos entraram, quais as características, o modus operandis.

Qual o procedimento normal? É entrar dois ou três homens no banco e ficar um fora. Qual o tempo? Em torno de cinco minutos. Número de carros usados? O primeiro carro em média é abandonado a cinco quilômetros, próximo ao banco, às vezes até saem a pé. Nos grandes centros, após o assalto, eles saem a pé, porque confunde mais, é mais difícil de fazer a identificação do que com o veículo.

Então, quanto mais esse sistema de defesa estiver funcionando melhores serão as nossas chances de sucesso para atuar nessa situação.

E quando eu falei aqui a respeito de persecução penal, não é só a polícia, porque o marginal também além de ter esses "atrativos", ele também sabe que terá uma atuação de prisão dele a posteriori, que é a questão da Justiça. Então, na primeira fase, nesse processo, entra a polícia. Numa segunda fase entra o Ministério Público, a Justiça e o sistema penitenciário.

E hoje nós também sabemos que a nossa legislação é muito branda para estas situações de assaltos a banco. Nós sabemos também que o marginal assalta e acaba conduzindo ainda as suas ações dentro da própria prisão.

Hoje, felizmente, os senhores são testemunhas, em Santa Catarina foram desbaratadas diversas quadrilhas de marginais, e continuam a ser desbaratadas. Então, a polícia no nosso Estado ainda continua a fazer um excelente trabalho na prevenção deste tipo de ocorrência.

Temos hoje o famoso Papagaio, preso no Rio Grande do Sul, que foi transportado para lá porque tem diversos inquéritos para

responder lá também e está em prisão especial, em prisão de segurança máxima, como outros marginais que eram da quadrilha dele. Uns estão aqui e outros lá.

Mas o fundamental, senhores, sem querer me alongar mais, é que haja realmente parceria, integração e que todos os envolvidos com a situação realmente se comuniquem, reunam-se, troquem informações.

A questão da instalação do estabelecimento bancário tem que ser prevista, tem que ser antecedida de medidas de segurança, de medidas que garantam esse estabelecimento bancário numa área que ele possa se socorrer no caso de uma necessidade de assalto ou algo semelhante.

Então, eu repito o que já falei numa outra sessão: nós continuamos no Estado de Santa Catarina com as instalações da Polícia Militar à disposição para que os gerentes de bancos, os representantes de sindicatos bancários, de empresas de vigilância, de sindicatos de vigilância façam contato com a Polícia Militar, escutem estas questões a nível local e regional e acessem às informações. E nós gostaríamos também de acessar às que os senhores têm. Nós temos também uma cartilha que trata desta questão, nós podemos dar instruções a respeito, podemos ver formas de agilizar este caminho entre nós e as organizações de segurança.

Esperamos que os banqueiros, os responsáveis pelos bancos, caminhem mais rápido; e, aí, acredito que somente através da lei haja uma caminhada mais rápida, no sentido de que esses instrumentos de defesa sejam instalados dentro dos estabelecimentos o mais breve possível, para que o marginal saiba que ao chegar nesse banco ele não vai simplesmente dar um grito dizendo que é um assalto e depois de dois ou três minutos estará saindo com milhares de reais nas mãos. Ele vai ter que saber que ali não vai ser fácil, que terá que atuar com muito planejamento e com muita eficiência, e mesmo assim as possibilidades têm que ser reduzidas abaixo de 50%. E não como hoje, pois sabemos que as possibilidades de êxito são muito elevadas exatamente pela falta de todo esse sistema.

A Polícia Militar, então, reafirma essa disposição de estar aberta, estar pronta para colaborar, participar, em nível de Estado, de qualquer evento, para que possamos realmente atacar mais fortemente essa questão. E gostaríamos que a recíproca também fosse verdadeira, para que não esperássemos, como até agora, sete meses para fazer uma nova sessão.

Agora, o que nós propomos naquela época não tivemos resultado, salvo algumas honrosas exceções. Mas, não houve uma mobilização, como esperávamos na época. Quem sabe agora consigamos uma mobilização maior, pois todos nós precisamos disso aí para colhermos frutos dessas intenções que ora nos movem.

Vamos intensificar mais as rondas bancárias. Precisamos que os gerentes e os sindicatos de todos os organismos se organizem, se envolvam mais conosco, conversando com o policial militar para achar uma forma de intensificar mais essa relação.

Para encerrar, eu tenho aqui dados do Estado de Santa Catarina, coletados pelas Polícias Civil e Militar. Temos, através do Conselho de Segurança do Codesul, dados da região Sul, que estão à disposição dos senhores, assim como nós também estamos à disposição para qualquer questionamento.

Então, em nome da Polícia Militar gostaria de dizer que é um honra estar aqui, de elogiar novamente esta Casa por esta iniciativa e de renovar a nossa disposição de colaborar para que esse problema seja resolvido da melhor forma possível no nosso Estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Stroisch) - Gostaria de agradecer mais uma vez a presença do Comandante Geral da Polícia Militar, Coronel Valmir Lemos, juntamente com seu Comando Maior, que sempre está presente nos importantes eventos realizados por esta Casa Legislativa, com vistas à proteção maior da sociedade catarinense.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Senhor Presidente, às 11h teremos uma reunião da CPI da Educação, da qual eu sou Relatora, e, portanto, não posso estar ausente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Stroisch) - Pois não!

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Como não poderei ouvir as palavras que serão proferidas pelo responsável pela segurança pública, no sentido de esclarecer as questões suscitadas, gostaria de apenas deixar aqui um encaminhamento. O sindicato dos bancários realizou uma pesquisa em aproximadamente metade dos locais de atendimento bancário do nosso Estado, e dessa pesquisa eles têm o levantamento minucioso do que está sendo ou não cumprido da Legislação nº 10.501.

Então, eu queria deixar como encaminhamento que a Comissão solicitasse oficialmente ao sindicato a remessa da relação, especificando nome, localidade das agências e a situação - conforme a sua pesquisa -, e que nós, oficialmente, encaminhássemos isso à

Secretaria da Segurança - tendo em vista que ela é a responsável pela fiscalização -, exigindo que a Assembléia seja informada sistematicamente das providências tomadas, ou seja, as advertências, as multas, o fechamento dos postos que não cumprem a lei, inclusive resguardando à Assembléia a prerrogativa de poder encaminhar processos pelo descumprimento da lei, no que compete à fiscalização pela Secretaria da Segurança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Stroisch) - Agradeço mais uma vez a manifestação da eminente Deputada Ideli Salvatti.

Eu quero fazer o registro da presença do Dr. Geraldo Vidigal, que representa neste momento a Federação Brasileira dos Bancos. Ainda no dia de ontem o Dr. Geraldo se comunicou informando da sua presença e que chegaria naturalmente ao longo da reunião, haja vista o deslocamento de São Paulo até a Capital dos catarinenses.

Quero agradecer a sua manifestação e também já lhe informar que desde às 9h a Assembléia Legislativa vem realizando esta audiência pública, através da Comissão de Fiscalização e Controle, e que nós já tivemos a oportunidade de ouvir representantes dos mais diversos segmentos, tanto dos bancos oficiais, Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco do Estado de Santa Catarina, como também do sindicato representando os funcionários dos bancos, do sindicato representando o serviço de vigilância dos nossos bancos em Santa Catarina.

Acabamos de ouvir a manifestação e o pronunciamento do Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, Coronel Valmir Lemos, e contamos com a presença também do Dr. Aldo Prats D'Ávila, Delegado de Polícia Civil, que representa neste ato a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina; do Dr. Ildor Remi Graebner, Delegado da Polícia Federal, que neste ato representa o Superintendente da Polícia Federal em Santa Catarina.

Dr. Geraldo, da mesma maneira aguardamos a sua manifestação, o seu pronunciamento, haja vista que representantes de bancos oficiais já o fizeram, tanto do Banco do Brasil, do Besc, como da Caixa Econômica Federal e de demais instituições. Certamente seria importante a sua manifestação, como representante da Federação Brasileira dos Bancos, para complementarmos e acrescentarmos inclusive o debate que está sendo realizado nesta manhã.

Se o senhor desejar a partir de agora fazer uso da palavra, ela está à disposição. Poderá inclusive usar da tribuna.

O DR. GERALDO VIDIGAL - Senhor Presidente, Deputado Norberto Stroisch, senhores Deputados aqui presentes, senhores representantes de sindicatos, entidades bancárias, senhores Delegados da Polícia Federal, Coronel da Polícia Militar, é um prazer enorme estar aqui no Estado de Santa Catarina, com quem guardo relações muito íntimas e pessoais de parentesco e de amizade.

Gostaria de fazer algumas observações em função, Deputado, permita-me, do final das informações trazidas aqui pelo Comandante da Polícia Militar Valmir Lemos.

Em primeiro lugar, quero dizer que a atuação tanto da Polícia Militar como da Polícia Federal na área de segurança bancária tem sido sempre primorosa e de enorme coragem. A relação é realmente desproporcional. Nós estamos tratando no Brasil de crime organizado, não só contra o sistema bancário como contra diversas entidades.

Se formos ver, qualquer lugar que trabalhe com dinheiro vivo, como shoppings centers, lojas, sofre dos mesmos males, das mesmas mazelas, dos mesmos problemas. Temos pessoal organizado, treinado, capaz, nesse crime organizado. São organizações claras, com cunho empresarial, onde temos alguém que controla um cem número de pessoas, verdadeiros soldados arregimentados, preparados, com material de primeiro mundo, pessoal com metralhadoras, Fuzis AR15, contra revólver calibre 38.

Não há Polícia Militar ou Polícia Federal capaz de, com este armamento que existe hoje, superar e suplantar esse tipo de bandido. Uma porta blindada, mas com o resto todo aberto, não adianta absolutamente nada. Isto é consequência de uma estrutura muito profunda e muito complexa. Na hora em que a imprensa se dirige a um determinado setor que está sendo ameaçado existe uma redução da criminalidade nesse lado, mas esse senhor que controlará ou que controlaria essas estruturas criminais desvia os seus soldados para outros setores, e naquele momento diminui o assalto a banco e aumenta o número de seqüestro, diminui seqüestro e aumenta assaltos em residências. Esta é uma indústria do crime que precisa ser combatida.

Então, esta foi uma observação preliminar com os meus aplausos pessoais, pois conheço o trabalho da Polícia Militar, conheço o trabalho da Polícia Federal, conheço a coragem com que enfrentam esta situação desigual, onde o armamento que lhes é dado não é compatível com a guerra que é travada.

Na outra posição, é preciso observar o seguinte: que se tem com facilidade as informações dos bancos pelo simples fato de que perto de trinta anos os próprios bancos buscaram fazer as suas estatísticas, mas não há estatísticas de assaltos a lojas e a shoppings centers da mesma forma que a bancos, simplesmente porque os

bancos têm interesse, sempre tiveram, em ter a melhor segurança possível.

Hoje, estamos caminhando cada vez mais para a moeda plástica, estamos caminhando cada vez mais para retirar os clientes das agências bancárias.

Quero observar aqui, Deputado Norberto Stroisch, que o Banco do Brasil faz parte da diretoria da Febraban, que a Caixa Econômica Federal faz parte do Conselho da Febraban, e que eu não sou banqueiro, sou advogado, sou um consultor jurídico, mas a minha vivência na área bancária é muito antiga.

Quero dizer que existe uma legislação federal específica, que trata exatamente disso, aliás, até com as mesmas palavras, onde a lei catarinense diz: "Fica no âmbito do Estado de Santa Catarina vedado o funcionamento de estabelecimentos financeiros..." A lei federal é rigorosamente idêntica e trata da mesma matéria. O Decreto nº 89.056, que regulamenta a Lei nº 7.102, que trata de segurança bancária, diz o seguinte: "É vedado o funcionamento de qualquer estabelecimento bancário..." A frase é a mesma. Na verdade, existe um corpo federal de leis que determina qual a estrutura da segurança bancária e como ela dar-se-á.

Existem mandados de segurança impetrados pela Febraban contra centenas de Municípios no País com leis idênticas a esta, fundados nos mesmos fatos. Uma lei de segurança bancária há de ser uma lei nacional, não pode ser uma lei estadual ou uma lei municipal, porque os bancos não têm a possibilidade de se organizar.

Hoje em dia, na verdade, essas leis tendem a ser mundiais. Todas as leis bancárias no mundo inteiro estão começando a passar por tratados internacionais, por regulamentação internacional e a estrutura deve e não pode deixar de ser global, tão global quanto possível.

No caso do Brasil, nós temos leis federais, e eu, quando recebi a lei, que eu não tinha tido oportunidade de verificar, pude ver que ela, na verdade, repisa, fundamentalmente, o que existe na legislação federal, e vai além da legislação federal em uma série de questões. Ora, a lei federal traça parâmetros e limites e a lei estadual pode regulamentar dentro desses parâmetros e limites, mas não pode ultrapassar das obrigações contidas na legislação federal. E, infelizmente, isso ocorreu neste caso. Se a lei tivesse detalhado dentro das questões gerais regulamentadas ou determinadas pela legislação federal e sua regulamentação, esta possibilidade, existiria.

Essas leis municipais todas já são objeto de mandado de segurança, com decisão final dos Tribunais de Justiça nos casos dos Municípios. Em verdade, é absolutamente idêntica a situação que existe hoje na lei estadual.

Então, é com pesar, Deputado, que eu tenho de dizer que a posição da Federação é no sentido de que a lei federal prevalece naquela parte especial, dentro dos limites estabelecidos por ela, em relação às leis estaduais.

Eu, mesmo que tenha feito todas as observações, não posso deixar de registrar as condições desiguais das polícias no trato com essa criminalidade organizada e não posso deixar de registrar também que a lei federal tem de prevalecer porque esse é o mandamento constitucional.

Muito obrigado, Deputado, se houver qualquer pergunta ou qualquer pedido de informação, eu estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Stroisch) - Dr. Geraldo Vidigal, nós vamos abrir a oportunidade ao Deputado Vânio dos Santos, que deseja fazer uma indagação a V.Exa. aproveitando a sua permanência ainda na tribuna.

Posteriormente, vamos buscar ouvir representantes da Secretaria da Segurança, da mesma forma o Dr. Ildor Remi, representando a Superintendência da Polícia Federal, para suas manifestações.

No momento vamos abrir a oportunidade ao Deputado Vânio dos Santos, que deseja fazer uma indagação a V.Sª.

O SR. DEPUTADO FEDERAL VÂNIO DOS SANTOS - Dr. Geraldo Vidigal, eu me referi à representação dos banqueiros na minha fala.

Eu sou Deputado Federal por Santa Catarina e sou Relator dos projetos sobre segurança bancária na Câmara dos Deputados.

Eu citei alguns dados aqui sobre esta questão da segurança, sobre o número de assaltos crescentes, e também que em 1996 os bancos (São dados obtidos junto à Fenaban) investiram 4,3 bilhões de dólares em informatização. Quarenta e quatro milhões com equipamentos de segurança, apenas, e foram roubados...

O DR. GERALDO VIDIGAL - Deputado, perdoe-me, mas os dados que eu tenho não são oficiais. Eu tenho a informação de que perto de um bilhão teria sido investido em segurança, no sistema financeiro inteiro, no ano de 1997.

Essa informação não é oficial, eu peço para depois poder confirmar, mas eu, conversando com um colega da área operacional da Federação, tive uma informação verbal que entendi como sendo perto de um bilhão.

O SR. DEPUTADO FEDERAL VÂNIO DOS SANTOS - Eu vou esclarecer V.Exa. Os meus dados estão corretos, eu falo em equipa-

mento de segurança e não em pagamento de vigilância.

Então, foi de 4,3 bilhões o investimento em informática, em tecnologia, e quarenta e quatro milhões em equipamentos de segurança. Aqui não está incluído o pagamento do serviço de vigilância e transporte de valores, que aí pode até chegar neste número, mas isso aqui é simplesmente com equipamentos.

Foram roubados 54,4 milhões, portanto, mais do que foi gasto. Isso significa um gasto médio de cento e dezoito reais por agência, considerando-se que em 96 nós tínhamos trinta e um mil e trezentos estabelecimentos bancários no País.

Eu apenas quero perguntar a V.Exa. o seguinte: por que a Fenaban ou a Febraban insistem em discutir a questão da constitucionalidade ou não se existe um fato social muito sério, que é a questão do aumento do número de assaltos de forma significativa? V.Exa. mesmo colocava esta questão. E já que ela está sendo legalista, por que mesmo onde ela perdeu as ações que impetrou com relação às leis municipais ou leis estaduais não teve o cuidado, então, de cumprir? Porque ela não ganhou todas, ela entrou e perdeu.

E mesmo assim ela não cumpriu quando foi determinado que prevalecia a legislação municipal e estadual, e nós temos vários casos para citar com relação a isso.

O SR. GERALDO VIDIGAL - Nobre Deputado Federal, agradecendo as observações, quero dizer que evidentemente V.Exa. melhor do que eu conhece o processo legislativo federal e conhece a estrutura de funcionamento constitucional das leis no Brasil. E certamente também compreende que todas as ações só são consideradas perdidas quando transitadas em julgado por decisão definitiva em último grau. E essa decisão, evidentemente, irá competir como uma matéria constitucional; está envolvida ao Supremo Tribunal Federal e não à decisão do Juiz em primeiro grau.

O Juiz monocrático em primeiro grau toma uma decisão, pode ou não ser referendada pelo Tribunal de Justiça do Estado, ou eventualmente em alguns casos, não é o caso de Santa Catarina, pelos Tribunais de Alçada, como é o caso do Rio Grande do Sul, do Paraná, de São Paulo e de Minas Gerais. Mas iremos, portanto, com a decisão do Tribunal de Alçada ou do Tribunal de Justiça, necessariamente ao Superior Tribunal de Justiça e ao Superior Tribunal Federal. Não teria sentido eu perder uma ação num grau e desistir neste caso e prosseguir em todos os outros.

Eu estou afirmando que a legislação federal é essencial, necessária e conveniente à boa organização do sistema financeiro nacional, mas não só ao sistema financeiro nacional, como também ao sistema financeiro em nível mundial, Deputado. E estou afirmando também que a solução não está em portas giratórias e nem em portas de segurança, a solução está...

Na verdade, Deputado, esta é uma informação que eu lhe dou: os bancos têm na sua microestrutura - mesmo que seja um banco do tamanho do Banco do Brasil, que é uma potência, do ponto de vista individual ele é uma microestrutura dentro de uma estrutura macro - agências com maior risco e agências com menor risco.

Com relação à estrutura administrativa desse banco, a Lei nº 7.102 dá a competência e a possibilidade de avaliar qual é o grau de periculosidade dessa ou daquela agência bancária ou posto de serviço. E nem poderia ser diferente, porque se eu for obrigado a colocar em caixa-pregos um sistema de segurança apto à capital de São Paulo, no seu mais rico centro financeiro, no lugar de maior movimentação de dinheiro, evidentemente as coisas não guardarão proporcionalidade porque ninguém vai montar um assalto com a mesma violência que se faz nas agências de grande movimentação numa pequena agência do interior de uma cidade de menor relevância. Por quê? Porque simplesmente lá não há dinheiro suficiente.

Nobre Deputado, toda ação gera uma reação igual e contrária. Toda vez que aumenta o nível de segurança, aumenta o nível de armamento. No instante em que eu colocar vidros capazes de suportar 45 milímetros, eu tenho bazucas. Isto é inevitável! Você tem que combater o crime pelas bases da sua organização. Aí, sim, somos favoráveis com o Febraban à quebra do sigilo bancário em casos de crimes hediondos, em casos de tráficos de drogas e em casos de crime organizado.

Nesses três casos, Deputado, a Federação é favorável, sempre foi, à quebra do sigilo bancário. Mas não apenas para instrumentalizar a ação do Estado contra quem quer que seja, somente pelo bel interesse de uma determinada pessoa física ou jurídica por mais graduada que seja, ou mesmo um órgão, exceto do Poder Judiciário.

Portanto, Deputado, as observações que eu tenho a fazer são em nível constitucional, em nível legal, e eu não tenho respostas a dar em nível operacional ou em nível estatístico. A única resposta que eu possa dar a V.Exa. em nível estatístico é a da tese.

O sistema financeiro deve ser, e há de ser, regulado por uma lei federal, porque se esta lei não for nacional a desorganização campeará pelo Brasil e você terá uma estrutura em que os Estados que se protegerem mais terão uma criminalidade muito mais agressiva e muito mais violenta.

Um Coronel da Polícia Militar em São Paulo, numa audiência com o Ministério Público com relação a colocar vigilantes ao lado de caixas bancários, declarou para o Ministério Público que simplesmente esse vigilante, que não tinha o treinamento necessário nem o equipamento suficiente, tornaria mais perigoso os saques nos caixas bancários, porque a criminalidade passaria a agir com equipamentos pesados nos caixas eletrônicos.

Em segundo lugar, seriam meros fornecedores de armas para a criminalidade, porque eles não teriam capacidade para enfrentar soldados preparados para a guerra de vida ou morte. São essas as informações, Deputado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Stroisch) - Nós agradecemos, Dr. Geraldo.

Vamos ainda buscar ouvir duas outras autoridades que estão aqui nesta audiência pública. Posteriormente, nós vamos dar a oportunidade a todos os segmentos, sindicatos, enfim, a todos os representantes que queiram se manifestar, o contraditório inclusive.

Se o Dr. Ildor, representante da Superintendência da Polícia Federal, desejar se manifestar com alguma consideração, coloco a palavra à sua disposição.

O SR. ILTOR RENI GRAEBMER - Senhor Presidente, demais componentes desta mesa, ilustres autoridades, demais participantes desta audiência, cabe esclarecer aqui que a Polícia Federal age com certas limitações com relação à segurança bancária.

Ela é o executor da lei federal sobre este assunto e encontra limitações na própria lei, porque a própria lei é facultativa, não obriga aos bancos estabelecerem todos os dispositivos de segurança. Portanto, cabe à própria instituição bancária escolher os seus dispositivos de segurança que mais lhe convier, e nós somos obrigados a aceitá-los.

Mas, por outro lado, é elogiável a atuação do ilustre Deputado Vânio, que está trazendo a solução para a Polícia Federal, quem sabe, para todo esse sistema de segurança. Onde no projeto prevê a obrigatoriedade de mais de um dispositivo, ou três, quatro, cinco, na verdade são cinco cumulativos. Fora disso, com relação à legislação estadual, nós estamos impedidos também de agir, porque a própria legislação assim o prevê, e em razão do próprio limite constitucional.

A Polícia Federal recebeu essa atribuição, e como o próprio Deputado já se manifestou anteriormente, marca um período bem recente. Aqui em Santa Catarina nós estamos atuando há praticamente um ano, mas já conseguimos que 95% dos bancos apresentassem seus planos de segurança, sendo que nós vistoriamos 90% deles, estando pendente apenas 5%, entretanto aprovamos apenas 70%. Isso quer dizer que 30% dos planos apresentados não estavam adequados à legislação federal, e receberam um prazo final para que se adequassem, para uma nova vistoria.

Portanto, durante um ano de trabalho da Polícia Federal, que não mediu esforços nesse trabalho de fiscalização, éramos em três elementos. A administração da Polícia Federal entendeu que era de máxima importância esse assunto e criou uma própria delegacia especializada para fiscalizar, controlar e vistoriar todo esse setor bancário, e hoje nós contamos com dezesseis policiais, inclusive um delegado e um escrivão, para desenvolver todos os trabalhos na Capital e em todo o interior do Estado.

Como o próprio Deputado já se manifestou, nós sentimos vários progressos, um deles a mudança da mentalidade em relação à segurança com as nossas vistorias, com as nossas visitas, com o trabalho das Polícias Militar e Civil. Isso colabora muito com a nossa ação, com o nosso êxito; os gerentes, os próprios funcionários estão mais conscientes da segurança em si.

Chegávamos a fazer vistoria onde nem o gerente imaginava, pois ele não sabia quais os alarmes e onde estavam situados. Achávamos isso um total despreparo, uma total negligência por parte da instituição bancária.

Com relação à utilização também dos vigilantes, desviando-os das suas funções, em todos os momentos que fizemos a vistoria das visitas, procuramos fazer um trabalho de conscientização, e essa mudança de comportamento já está se sentindo. É claro que não se conseguiu tudo ainda, mas o progresso, como V.Exa. já manifestou, está sendo sentido, e a mudança, o sentimento da cultura, da segurança em si também estão melhorando.

É lógico que falta fazer muito para que as próprias instituições bancárias se sintam mais responsáveis e apliquem mais ainda na segurança, mas, como nos manifestamos aqui, acho que o nosso trabalho durante um ano foi bastante proveitoso. Não podemos fazer mais pelas nossas próprias limitações, mas durante dez anos o Banco Central nada fez e nós fizemos este trabalho durante um ano.

Dentre dois ou três meses, nós certamente vamos concluir em 100% o nosso trabalho de vistoria e de aprovação de bancos. Dos

bancos que não se enquadraram, já autuamos 16 instituições com a sugestão da multa de cinco mil Ufrs pela não- aprovação dos planos, conforme prevê a lei.

De resto, a Polícia Federal também se sente honrada de ter sido convidada aqui. Está sempre disposta a colaborar no que for possível, dentro das suas limitações constitucionais, nessa troca de idéias, na participação, na colaboração com as PMs, no sentido de melhorar cada vez mais o sistema de segurança bancária neste Estado.

Era o que tínhamos a falar e estamos dispostos a responder a qualquer pergunta.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Stroisch) - Queremos agradecer desde já a participação e a manifestação do Dr. Ildor Reni Graebner, Delegado da Polícia Federal, que neste ato representa o Dr. Haroldo, Superintendente da Polícia Federal em Santa Catarina.

Convido o Comandante do Comando de Policiamento da Capital, Coronel Enéas Canela Tramontin, para que faça parte da mesa, representando a Polícia Militar de Santa Catarina.

(Pausa)

Com a palavra o Dr. Aldo Prates D'Ávila, Delegado da Polícia Civil, representando a Secretaria da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina.

O DR. ALDO PRATES D'ÁVILA - Senhor Presidente, desejo saudá-lo e aos demais Parlamentares Federais e Estaduais. Quero saudar também, na pessoa da Presidente do Sindicato dos Vigilantes, todos os companheiros, que fazem um trabalho difícil. É muito bom saber que temos uma mulher comandando um sindicato, e também temos orgulho de ter uma mulher como titular da Secretaria da Segurança Pública de Santa Catarina.

Foi-me delegada a missão de representar a Secretaria por eu viver dia-a-dia os problemas relacionados com o crime organizado.

Nós trabalhamos mais a área de inteligência, o serviço de combate direto se serve dos dados que vamos buscar num trabalho muito afinado com a Polícia Militar e com a Polícia Federal.

Inicialmente, eu gostaria, rendendo as minhas homenagens a esta lutadora que é a Deputada Ideli Salvatti, de dizer que nós também estamos trabalhando num levantamento sobre as agências.

Pelos dados válidos até o dia de hoje, que foram computados durante esta noite, nós temos um total de 750 agências, postos ou caixas eletrônicos. Realmente notamos que os percentuais de cumprimento são pequenos. Também encontramos um total de 156 estabelecimentos sem vigilantes. Então, só temos vigilantes em 79%, só temos sistemas de alarme em 81% dos estabelecimentos, o que é obrigatório.

Com relação à parte de filmagem (e parece-me que isso a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil estão levando muito a sério), nós temos 6% de equipamentos de VHS, de super VHS ou de filmagem propriamente dita. Quanto às portas, somente 34% dos estabelecimentos possuem, e quanto às cabines, somente 9%.

Queríamos dizer também aos companheiros que muita gente sequer sabe da existência do papel da Polícia Civil. A Polícia Civil tem a sua existência calcada nos dispositivos das Cartas Magnas Federal e Estadual, e cabe à Polícia Civil desempenhar a função de persecutora nos casos de crime, ir buscar os autores e apontá-los à Justiça.

Cabe-nos, portanto, o trabalho de fazer a Polícia Judiciária, e esta, assim como o Judiciário, trabalha em cima de fatos concretos, mas nada nos impede de começar esse trabalho antes, e ele é feito na coleta de dados, é feito na interpretação destes dados, é feito através da união que temos hoje da Polícia Federal, Rodoviária Federal, Polícia Militar e Polícia Civil, sendo que temos a honra de, trabalhando graciosamente, desempenhar o papel de coordenador executivo dessas quatro instituições.

Então, a troca de informações entre nós é total, e a troca de informações com o Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul também. Temos acesso ao banco de informações deles e eles ao nosso. Inclusive, nós difundimos para a Caixa Econômica Federal assalto por assalto, nós difundimos para o Banco do Brasil, na sede central em Brasília, tudo o que ocorre em termos de roubo a banco.

Se os senhores olharem os mapas que nós temos, irão ver que no ano passado tivemos 127 pessoas capturadas e que continuam presas como autoras de roubo a bancos, e mais seis que morreram em combate. Lamentamos muito a morte de um vigilante, lamentamos muito a morte de outra pessoa, como lamentamos bastante aqueles dois casos que ocorreram em Canasvieiras, quando, numa reação natural, dois policiais conseguiram neutralizar um assalto, mas infelizmente duas pessoas que não tinham nada com isso, que eram usuários, foram atingidas.

É muito difícil para o policial ver alguém ser assaltado, ver alguém ou alguma instituição ser assaltada, ser roubada e ficar quieto. Eu às vezes me estranho e fico pensando: como não bate o coração de um vigilante quando ele é obrigado a ser humilhado e entregar a sua arma para o assaltante! E nós temos cinquenta armas que foram

roubadas de assaltantes no ano passado, este ano já vai para uma dezena. Quer dizer, estamos com 60 revólveres 38 na mão de bandidos!

Esses vigilantes não têm condições realmente de resistir, mas está na hora da classe dirigente, dos donos dos bancos pensarem como ajudar. Está na hora daqueles donos de empresas, que recebem quase mil reais por um vigilante que trabalha seis horas por dia (e eles estão aqui e sabem quanto toca para eles) dar um treinamento melhor, está na hora de conscientizá-los, está na hora deles criarem amor e orgulho pelo que fazem.

Acho que o funcionário também tem que ter orgulho pelo que faz e olhar o banco como se fosse a sua casa, mas só se faz isso quando o patrão nos dá a sensação de nós estarmos em casa.

Dentro da Polícia Civil, nós estamos na nossa casa, e temos feito esse tipo de trabalho. Temos nome por nome de cada preso, temos nome de todos os mortos, e este ano nós estamos atualizados dia-a-dia com o que está ocorrendo nos bancos.

Eu gostaria de dizer, não à Deputada Ideli Salvatti, a quem eu rendo as minhas homenagens, mas a todos os senhores, que a Polícia Civil, no momento em que estiver regulamentado o decreto estadual, vai fazer a sua parte. Não se enganam aqueles que pensam que não haverá reação da parte patronal, porque é sustentável a posição deles: legisla sobre bancos, é legislação válida, é federal.

Felizmente nós temos relatando o projeto da Deputada Camata, do Espírito Santo, o Deputado Vânio, cujo texto desse projeto de lei vai sanar os problemas. Nós acreditamos que, pelo processo natural das coisas, em 60 dias nós teremos essa lei aprovada, e vai resolver o problema.

O que nós não podemos fazer é como o art. 8º e o art. 9º da lei que trabalha, a lei estadual promulgada por esta nobre Assembléia, que diz que a fiscalização deverá ser da Secretaria da Segurança Pública através do seu apoio policial, que é a Polícia Civil, mas diz que quem vai dar as condições de segurança depois de feito o plano de segurança, que quem vai dar o OK é a Polícia Federal. Nada contra isso, mas ela também deveria fiscalizar! Nós ficamos chocados, porque ela vai dizer que está OK e nós vamos dizer que não está; vamos ter uma luta que não é do nosso interesse nem do interesse de ninguém.

Mas nós temos levantamentos; foram 740 agências levantadas durante esta semana e todos os atos necessários para nós sabermos realmente uma posição. Isso equivale a 63% do total de estabelecimentos bancários.

A Secretaria da Segurança Pública tem o papel de coletar informações e difundi-las para todos os meios que estão envolvidos, tem a obrigação de efetuar, realizar os inquéritos policiais, de apontar os envolvidos para a Justiça e executar a prisão desse pessoal, tem a obrigação, sim, de reagir na mesma medida que os bandidos estão utilizando.

Eu sinto que os vigilantes não têm condições de reagir na mesma posição. Eles estão no meio do público. Agora, vamos trabalhar com uma coisa: hoje as Polícias Civil, Militar e Federal possuem em seus quadros especialistas em gerenciamento de crise de alto risco.

Nós não perdemos ninguém, nem dos nossos quadros, nem de reféns envolvidos, nem de outras pessoas em todos os gerenciamentos de alto risco que estivemos empenhados. Então, não é por ser surpreendido dentro de um banco...

Eu tenho absoluta certeza de que na negociação com o criminoso, salvo se ele for um suicida, salvo se ele for um paranóico completo em termos da própria vida, nós temos argumentos, técnicas e homens capazes de negociar com ele uma rendição, porque o importante para o bandido é ele estar vivo. Vivo, ele pode fugir novamente; agora, morto não interessa, e ninguém quer morrer. E o bandido é muito frio, muito calculista, mas os nossos negociadores também são frios, também são treinados. E não são poucos, os senhores não se enganem. A Polícia Civil, a Polícia Militar e a Polícia Federal têm negociadores.

Então, nós chegamos só dez minutos depois que ocorre o assalto nos deixa com um monte de técnicos olhando e dizendo: "O que eu estou fazendo? Para que eu treinei três meses num curso intensivo? Para que eu visitei vários países, notadamente a Itália, notadamente a Espanha, a Inglaterra e os Estados Unidos?" Esses homens têm ido lá treinar, eles precisam ser usados.

Por que não os senhores que dirigem a classe de vigilantes... e nós sabemos quanto trabalho eles passam, a maioria das vezes transformados em "office-boys", ou então com ordem expressa de não reagir, ou então o temporizador que nunca é ligado...

E fica aqui registrado que a maioria dos temporizadores não são ligados porque o gerente tem medo de ligar o temporizador e a sua vida estar em risco. Melhor seria que nós pegássemos o dinheiro, botássemos em cima do balcão e disséssemos: "esse é para o ladrão". O dinheiro era deixado ali e dez minutos depois a polícia saía correndo atrás, não dava problema para ninguém.

Nós, policiais, temos trabalhado muito. E eu pergunto: se nós

estamos dedicando um bom espaço do nosso trabalho, que tal também nós recebermos algum incentivo, não financeiro para cada um de nós, mas que se gaste um pouquinho com equipamentos, para que as polícias também trabalhem com equipamentos voltados para a segurança bancária.

Então, eu quero dizer para vocês que a Polícia Civil, que é o braço armado da Secretaria da Segurança Pública, a qual tem como instituição a capacidade e o direito de ditar a política de segurança pública no Estado, em consonância e união com a Polícia Militar (e eu não posso falar por ela, mas eu a conheço muito bem), está aberta para todos e vai cumprir as suas missões.

Por essa lei estadual, que breve estará incorporada dentro do projeto da Deputada Camata, através da Relatoria do Deputado Vânio, cessam os problemas. Se antes desses 60 dias estiver regulamentada a forma com que vamos agir, será um prazer para nós agirmos, principalmente para que possamos ajudar a dar segurança aos funcionários, ao público, somando o nosso trabalho com o dos vigilantes.

Essa foi a nossa mensagem muito sincera, do coração. Se a Secretária me escolheu, é porque ela sabe que eu comungo com suas idéias.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Stroisch) - Quero agradecer pelo pronunciamento do Dr. Aldo, Delegado da Polícia Civil, representando a Secretaria da Segurança neste momento.

Vamos abrir, a partir de agora, a oportunidade às autoridades aqui presentes para que façam as indagações que entenderem importantes.

Com a palavra o Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Bom dia a todos. Senhor Presidente da nossa Comissão, representantes da Polícia Federal, da Polícia Militar, da Febraban, companheiros vigilantes e bancários, não me sinto muito bem nesta discussão, porque eu aprendi há muito tempo que lei tem que ser cumprida. Mas chegou o dia 09 de março, perfazendo 180 dias da promulgação dessa lei, e verificamos que pelo menos metade dos bancos e agências não haviam nem iniciado o processo de adaptação à nova lei. Eu, como cidadão, antes de Deputado, senti-me muito mal, porque estamos aprendendo aqui que só vamos ter estado de direito, ou um país, quando as leis forem cumpridas.

Até não ia falar, mas quando o representante da Fenaban (e ele mesmo disse que era advogado e estava aqui representando os bancos) colocou que os bancos iriam recorrer sempre porque entendem que lei municipal e estadual não podem legislar numa questão dessa...

Eu me inscrevi mais para fazer a seguinte reflexão: eu queria saber se a vida de um segurança, de um cliente ou de um funcionário de banco é municipal, estadual ou federal, porque é muito bom, é muito bonito, como cidadão, ver, por exemplo, a postura da Caixa Econômica Federal.

No meu entendimento, não precisaria haver leis estaduais, e nem se está discutindo uma lei federal, porque ao se cumprir basicamente o que o Banco Central exige, já teríamos resolvido muito mais coisas. Havendo vontade administrativa e política dos bancos, resolveria isso, porque não é nada agradável para um dono de banco ver sua agência ser assaltada, não é nada agradável verificar clientes, funcionários com problemas psicológicos por terem tido a experiência (alguns já duas ou três vezes) de um assalto a banco.

Então, sabíamos, quando iniciamos essa discussão, quando o projeto entrou aqui no dia 14 de fevereiro de 1997, que essa lei não resolveria, mas está provado, pelos números, que com todos os problemas, com todas as dificuldades que tivemos, como o veto do Governador, a não-vontade política do Governador, essa é a verdade, mesmo assim muitos donos de bancos, mais sensíveis, iniciaram um processo de adaptação.

Se a imprensa não está mentindo, nos 31 assaltos (e parece-me que houve mais um assalto ontem) nenhuma das agências tinha porta giratória, que é o mínimo dos mínimos que a lei exige. Pelo menos aquela porta, com detector de metal, já dificulta, inibe muito a ação dos assaltantes.

O Dr. Aldo, que está representando a Secretaria, disse que enquanto não houver o decreto de regulamentação, a própria Secretaria tem um pouco de dificuldade de atuar.

Veja bem, os arts. 8º e 9º da nossa lei na verdade não são contraditórios. Porque o art. 8º diz o seguinte: "A abertura de estabelecimento financeiro e a renovação de funcionamento de agência, subagência e postos somente será concedida com o certificado de segurança emitido pelo Departamento da Polícia Federal."

Entendemos que a lei federal é que caracteriza e que determina se efetivamente aquela agência, subagência ou posto pode funcionar. Ai, sim, compete à Secretaria de Estado da Segurança Pública fiscalizar os estabelecimentos financeiros no cumprimento da

lei. E daí fala desde advertência até a possibilidade de fechar a agência, inclusive com a cassação da licença.

Eu não vejo contradição nisso, até porque, no meu entendimento, essas entidades todas têm que atuar conjuntamente. A Polícia Militar, de uma certa forma, tem a sua função. Claro que gostaríamos muito que houvesse possibilidade de não se chegar cinco ou dez minutos depois, como foi dito pelo Comandante aqui, pois acaba dificultando a ação da Polícia Militar, que é a da repressão, da prisão dos ladrões.

Então, não vejo este problema. A sensação que me passa é que há uma vontade político-administrativa da Secretária de que enquanto não regulamentar, não tirar um decreto, nós não vamos cumprir a lei.

Porque seria o seguinte: no dia 09 de março acabou o prazo dos bancos se adaptarem; a partir do dia 09 de março, as agências, os bancos que não cumprirem a lei têm que ser penalizados.

Portanto, eu queria só fazer uma pergunta: se há uma vontade, uma determinação administrativa da Secretaria da Segurança no sentido de que enquanto não regulamentar ou não ampliar isto, isso aqui para a Secretaria não vale, a promulgação desta Casa não tem valor. É isso que eu entendi ou não?

Basicamente é esta a pergunta que faço.

O SR. ALDO PRATS D'ÁVILA - Absolutamente! Como a Polícia Federal vai dar num dia o OK, pode funcionar, e ela vai lá e fiscaliza aquilo que está previsto na lei federal.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - E dá o certificado.

O SR. ALDO PRATS D'ÁVILA - E no outro dia eu chego lá e fecho as portas da agência, porque ela não cumpre a lei estadual. Nós vamos ter realmente um problema de choque de competência. Isto aí vai gerar uma série de problemas, pois eles abrem num dia e nós fechamos no dia seguinte.

Através da lei que está sendo relatada pelo Deputado Vânio, podemos liquidar este assunto de forma legal. Nós queremos trabalhar, o senhor pode ter certeza! Para nós, quanto mais rápido e com mais segurança, menos possibilidades de policiais mortos, de vigilantes mortos, de funcionários mortos, enfim de público morto ou atingido. Quem já foi assaltado sabe o problema psicológico que é para cada um.

Nós gostaríamos imensamente de que este esforço que o senhor está fazendo e que todos estão fazendo fosse jogado no Governo Central e que o Poder Legislativo apossasse esse benefício, que nós queremos não só para Santa Catarina, mas que se estenda do Chui ao Oiapoque. Não nos prendemos a um pedacinho do território, mas ao Brasil inteiro.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Deixe-me entender: no entendimento da Secretaria da Segurança Pública, a legislação é muito mais ampla, e como a Polícia Federal acaba dando certificados e a lei é mais amena, não exige tantos equipamentos, por isso a polícia e a Secretaria da Segurança não estão tomando atitude nenhuma em relação ao cumprimento da lei estadual, entendendo que há esta contradição. É isso?

O SR. ALDO PRATS D'ÁVILA - Nós esperamos, em face disso, que haja uma regulamentação de como vai funcionar isto, porque como está é um pé de briga, é fazer um choque que não existe entre as duas polícias, é jogar uma polícia contra a outra. E nós não queremos isso, nós queremos trabalhar ombro a ombro e não peito a peito. Peito a peito vai ser com os bandidos, mas ombro a ombro é com os senhores, é com o povo.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Esta é então uma posição administrativa da Secretaria. Na prática é isso. Na prática, entende que a lei estadual é muito ampla, e como a Polícia Federal dá os certificados, a Secretaria da Segurança não vai tomar nenhuma atitude em relação ao art. 9º.

O SR. ALDO PRATS D'ÁVILA - Vai tomar, na medida em que saia uma regulamentação.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Então, somente após a regulamentação.

O SR. ALDO PRATS D'ÁVILA - Como está, nós consideramos confuso, embora cada artigo isolado é simples, é legível e é compreensível perfeitamente. Mas no confronto de um com o outro, nós temos conflito de competência, conflito de trabalho.

E não seremos nós que vamos fechar a agência que ontem foi aberta pela Polícia Federal, porque eu sei também que no dia seguinte vão reabri-la no poder de Polícia Administrativa. Porque se nós fôssemos a lei maior e mandássemos fechar e eles mandassem abrir, nós iríamos dizer que não, que ela ia permanecer fechada. Mas nós não vamos ter esse poder.

Mas por que brigar com companheiros que lutam o tempo todo lado a lado? Vamos investir no Deputado Vânio dos Santos. Eu sou o primeiro a estar com ele cerrando fileiras, e tenho certeza que a Secretaria vai cerrar fileiras também.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Estou satisfeito. Talvez se o Deputado Vânio dos Santos pudesse concluir... Porque em nível da

Comissão, nós teríamos alguns encaminhamentos: a regulamentação urgente e também verificar o prazo que seria possível do substitutivo ser votado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Stroisch) - Com a palavra, então, o senhor Deputado Vânio dos Santos.

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Eu acho que é muito importante a observação do Deputado Carlito Merss e também a do representante da Secretaria. Nós estamos não diante de um impasse, mas diante de uma situação, Deputado Carlito Merss, que eu alertava no meu pronunciamento: que a lei estadual, embora signifique um avanço de uma lei federal, tem alguns problemas que nós teríamos que buscar equacionar.

Considerando todo esse debate, todo esse esforço, no meu entendimento a Assembléia não marcou um ponto, mas dez ao fazer esta lei, porque na prática ela pode não estar sendo cumprida integralmente, mas criou um fato político que despertou consciência, tanto da população quanto dos bancários, dos vigilantes, dos donos de bancos. Tanto é que vocês viram aqui bancos prestando contas desse trabalho, agilizou-se esse processo todo.

Inclusive, eu elogiei o Banco do Brasil, a Caixa Econômica já pelas iniciativas que estão tomando. O problema é que daí nós compreendemos que a lei federal no relatório, no substitutivo em que eu apresento uma nova lei... Porque ela está toda em pedaços nos seis projetos que eu estou relatando lá, e uma das inovações é exatamente que nós vamos ter uma nova lei federal mais rígida, mais atualizada (porque ela é de 83, e todo o sistema financeiro se alterou), inclusive permitindo que de forma subsidiária...

Portanto, eu estou, inclusive na lei federal, revalidando a lei aprovada aqui, e aí ela vai poder ser regulamentada. Tem razão o representante da Secretaria, porque a nossa idéia é exatamente essa.

E eu quero propor a esse fórum o seguinte, e talvez a própria Comissão pudesse encaminhar isso através do seu Presidente ou de todos os seus Membros: já que esta lei tem a aprovação de todos os quarenta Deputados, de todos os Partidos, por que não aprovamos uma moção do Plenário da Assembléia Legislativa no sentido de votar na quarta-feira, Deputado Carlito Merss, essa lei na Comissão de Finanças e Tributação, que tem a competência de analisar o mérito da lei? Posteriormente, ela iria para a Comissão de Constituição e Justiça, apenas para questão de redação, de constitucionalidade.

Por que não pedirmos a urgência urgentíssima dessa lei, subscrevendo a Assembléia Legislativa um documento e encaminhando aos Líderes de todos os Partidos e ao Presidente Michel Temer? Porque até chegar lá, nós aprovamos na Comissão na semana que vem, e o ambiente é favorável, diga-se de passagem, porque nós fizemos uma audiência pública, os Deputados já se manifestaram.

Então, mandaríamos este texto para os Membros da Comissão de Finanças, para os Líderes e para o Presidente Michel Temer, porque nós teríamos condições de ter o parecer de um Relator pela Comissão de Constituição e Justiça no próprio Plenário, já que são matérias que estão tramitando.

Eu não gosto de urgência, os Deputados não gostam disso, porque nós queremos ter oportunidade de discutir e debater na Comissão. Mas dada essa situação e em se tratando de projetos de 1992, 1990, 1989, enfim, de vários anos, eu acho que nós teríamos essa condição política de pedir esse encaminhamento ou pelo menos a urgência na tramitação dessa matéria.

Seria uma maneira de nós respaldarmos a própria lei estadual, caso os nobres Deputados Estaduais entendessem que essa fosse uma medida que pudesse auxiliar. Então eu deixo isso apenas a título de sugestão.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Corroboro com essa sugestão, e pelo que percebi do representante da Secretaria, não haveria vontade do Executivo Estadual de regulamentar essa lei estadual, de regulamentar, no entendimento deles, essa contradição.

Acho que essa seria uma boa saída, e encaminharíamos hoje, para apressar. V.Exa. disse que amanhã, na Comissão de Finanças da Câmara, vai ser votado o substitutivo. Está na pauta?

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Na quarta-feira da semana seguinte. O que nós queremos discordar e deixar claro, Deputado Carlito Merss, é que a legalização da questão da lei federal, da constitucionalidade, não parece pertinente, porque o que nós estamos verificando aqui é um descumprimento da própria Lei Federal nº 7.102, quando o representante da Secretaria do Estado diz que nem o vigilante, nem o alarme, nem aquilo que é básico, que é obrigatório (há dois itens obrigatórios mais o terceiro, que é optativo) os bancos estão cumprindo hoje.

Portanto, não cabe aqui a alegação da questão da Constituição, do que ela determina e que se cumpra a lei federal, porque não se cumpre. Essa é a realidade!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Stroisch) - Com a

palavra o senhor Deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Eu queria chegar onde o Deputado chegou, estava até ansioso para usar o microfone, porque tudo o que foi feito aqui serviu para clarear o relato do nosso Relator na Câmara Federal.

Não existe outra maneira se não fizermos isso. Existe esse conflito desses dois artigos da nossa lei, houve o veto do Governo, houve a derrubada de veto. Portanto, existe um conflito entre Polícia Federal e Polícia Civil, e vai existir durante muito tempo se nós não fizermos este encaminhamento.

Acho que a única solução que nós temos, Deputado Vânio dos Santos, é fazer com que tudo que foi discutido aqui seja juntado com a matéria que V.Exa. tem em mãos e levado à Comissão de Finanças, que é uma Comissão de Mérito, levado à Comissão de Justiça, que é pela constitucionalidade, e depois levado a Plenário, para que de uma vez por todas tenhamos alguma coisa de concreta nas mãos e que não conflite com nada.

Portanto, era onde eu queria chegar realmente, e acho que a solução é essa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Stroisch) - Com a palavra o senhor José Carlos.

O SR. JOSÉ CARLOS - Eu queria, rapidamente, fazer uma observação, dizendo que infelizmente não tivemos a presença e o depoimento de nenhuma empresa de vigilância, porque todos nós conhecemos a importância do vigilante treinado concomitantemente com esses equipamentos.

Isso é uma unanimidade! Algumas agências nos solicitaram alguma interferência, e não é da nossa parte fazer isso. Não estou fazendo uma denúncia, estou fazendo uma constatação de que policiais, tanto federais como estaduais, tentam penetrar nas agências bancárias armados, até pela função que exercem. Inclusive, no Rio de Janeiro a Secretaria da Segurança Pública emitiu uma circular proibindo.

Mas eu gostaria de fazer uma observação com relação ao posicionamento do representante da Federação Brasileira de Bancos, que propõe uma guerra declarada.

Infelizmente, um companheiro estava ausente na hora em função de voo, chegou tarde, mas a discussão que norteou...

O SR. GERALDO VIDIGAL - Senhor Presidente, eu não propus isso!

O SR. JOSÉ CARLOS - ... o nosso debate foi a questão da preservação da vida. Se você se armar, você vai ter uma reação idêntica, e não é isso que se está discutindo aqui. Na questão da divergência que existe entre lei estadual e lei federal, isso praticamente já foi dirimido.

Eu só gostaria de propor ao representante da Fenaban o seguinte: não era mais convincente e mais prudente que a Febraban fosse para o STF discutir a regulamentação do juro em 12% para beneficiar essa sociedade que hoje sofre? Porque os excluídos estão buscando valores dentro das agências bancárias e em outros locais.

E mais ainda: eu alertei, na semana passada, à Secretária da Segurança Pública para o fato de que as lotéricas e as agências de correio estão se transformando em agências bancárias. Isso não nos cabe discutir, mas este vai ser um fato que vamos ter que discutir futuramente, pois isso é importante e fundamental para a sociedade. Para nós é importante discutir isso.

Por último, quero dizer que se não se chegar ao desejado sobre a questão jurídica, ainda assim esta Casa foi muito nobre aprovando aquela lei, juntamente com os sindicatos dos vigilantes e dos bancários.

Portanto, gostaria de deixar uma reflexão, principalmente para os banqueiros, sobre o que um dia, com certeza, vamos ter que colocar em prática.

(Passa a ler)

"Direito à segurança, escolha à cidadania

Os clientes ainda não se deram conta da mesma responsabilidade dos bancos sobre os assaltos, sobre a segurança não só do seu dinheiro, mas sobretudo das suas vidas.

A exigência da garantia de vida constitui um ato de cidadania mais segura numa gama tão vasta de instituições financeiras concorrentes entre si.

Um cidadão ao trocar de banco por falta de segurança, resultaria num poderoso instrumento de pressão sobre os banqueiros. Faria-os perceber a importância da vida, mesmo que seja apenas para ganhar mais dinheiro."

Muito obrigado, senhor Presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Stroisch) - Agradeço a manifestação do senhor José Carlos. E fica registrada também a observação do senhor Geraldo.

Eu tinha registrado, ainda no começo deste encontro, a presença do senhor Dilmo Wanderley Berger, Presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de Santa Catarina, a quem concedo a palavra.

O SR. DILMO WANDERLEI BERGER - Não nos manifestamos anteriormente porque parece que a discussão a que se propôs a Comissão era em torno da execução e da regulamentação da lei que foi já abordada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Stroisch) - Do cumprimento de uma legislação que está em vigor, mas certamente as empresas de segurança privada estão envolvidas também em todo esse processo.

O SR. DILMO WANDERLEI BERGER - Perfeito! O que nós temos à colocar nessa audiência é que as empresas de segurança vêm investindo maciçamente em treinamento. Não existe hoje nenhuma possibilidade de uma empresa regular, legalmente autorizada a funcionar pela Polícia Federal, que é o órgão competente, atuar com vigilantes que não têm um mínimo de preparo.

Existem empresas, existem treinamentos, existem empresas de treinamento, existem contratantes e existe qualidade de serviços. Vejam os senhores que hoje em nosso Estado existem algumas das melhores empresas de treinamento do País. São cinco escolas que fazem esses treinamentos, e todas as empresas utilizam-se dessas escolas para executar o treinamento.

O que acontece, então? Não adianta ter um profissional treinado e qualificado quando não existem outras condições de segurança que dêem condição desse profissional exercer a sua função. Agora, a parte que compete à empresa, que é o treinamento, que é a orientação psicológica, inclusive ao vigilante, é feita.

Deputado Vânio dos Santos, nós estivemos também naquela audiência pública em Brasília. E uma das reivindicações das empresas de segurança é, inclusive, que na parte legal aumentasse a quantidade das horas de treinamento, prevista na Lei nº 7.102. Essa foi uma das nossas reivindicações, porque assim como existem as empresas que estão interessadas numa boa qualidade de serviço, existem as empresas interessadas apenas em cumprir a lei. Então, por isso a nossa colocação na época. A parte de treinamento tem que ser seguida de uma série de outras argumentações, que já foram colocadas aqui por todos os setores.

Eu queria também fazer uma colocação sobre as empresas privadas estarem atuando no sistema de alarme, no sistema eletrônico e até de monitoramento. Isso é uma consequência da função que exerce hoje a empresa que faz a segurança.

Um dos grandes problemas que as empresas de segurança vêm na instalação do seu serviço é que muitas vezes elas são contratadas não para fazer a segurança, pois contratam um vigilante para ficar na agência.

Se vocês perceberem os processos licitatórios onde cabe a Lei nº 8.666, todos já prevêem exatamente a quantidade de vigilantes para cada agência. Não cabe à empresa, não nos deixam esta prerrogativa: a da empresa fazer realmente o plano de segurança ideal para cada agência bancária.

No mais, em questão de treinamento, volto a frisar que todas as empresas fazem o treinamento, algumas mais preocupadas, outras menos. Ocorre também uma grande falha na contratação, e quanto a isso eu até nem faço menção ao Poder Público, pois acho que hoje o poder privado, principalmente na área bancária, está pior na contratação do que o Poder Público, porque ele está vendo unicamente preço, quando no setor público ainda existem algumas exigências, algumas capacidades necessárias à contratação das empresas. A área privada hoje não está dando muita atenção a outros critérios que não seja o preço.

No mais, nós somos hoje em Santa Catarina - já que é o assunto específico aqui - em torno de quarenta e quatro empresas autorizadas, algumas mais especializadas na área de banco. E realmente, creio eu, estamos atuando, da maneira que nos deixam atuar, a contento, tentando atender tanto aos anseios da Assembléia quanto da população.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Stroisch) - Agradeço a participação do senhor Dilmo, que representa o Sindicato das Empresas de Segurança Privada de Santa Catarina.

Quero dar a oportunidade ao Dr. Geraldo Vidigal para tecer algumas considerações.

O SR. GERALDO VIDIGAL - Eu apenas quero esclarecer, pois talvez não tenha sido claro quanto ao que falei anteriormente. O que declarei não foi uma proposta de que se faça uma verdadeira guerra, mas que existe uma estrutura de crime organizado e que esta estrutura está preparada para agir como soldados em guerra. É diferente!

O que eu disse também é que acho que as Polícias Civil, Federal, Militar, todas elas, devem trabalhar irmanadamente na

consecução das suas funções constitucionais, que é o combate à criminalidade. A função de combater o crime organizado é essencial neste momento que vivemos, e elas têm que estar preparadas e melhor equipadas, porque treinamento existe e é árduo, mas é efetivo.

Infelizmente, a polícia não tem condições de saber antes do assalto, até porque os assaltos não aconteceriam. Mas como disse o representante da Secretaria da Segurança Pública, da Polícia Civil, em dez minutos com muita frequência e até em menos tempo a polícia é capaz de chegar ao local do assalto se competentemente avisada por quem for responsável pela segurança da área interna do banco.

Por outro lado, quero observar que a lei federal é, sim, para ser cumprida. Inclusive, quero lembrar que o representante da Polícia Federal já autuou diversos bancos neste espaço de um ano que vem trabalhando, em alguns casos com cinco mil Ufirs, quando encontrou irregularidades frente à lei federal.

E gostaria só de fazer uma observação. Eu não tenho números nem dados estatísticos comigo, mas fiquei perplexo com a informação de que teriam sido gastos 44 milhões em agências bancárias, com 184 reais, se não me engano, por agência, o que significa um número perto de trezentas mil agências bancárias. Se dividirmos 44 milhões por 184, fica um número de 293 mil agências bancárias.

Ora, como o Banco do Brasil e o Bradesco juntos somam pouco mais de cinco mil agências, eu estou achando espantoso o dado.

O SR. Deputado Federal Vânio dos Santos (Intervindo) - Se me permite, não são trezentas e poucas mil, são 31.300 agências no ano de 1996.

O SR. GERALDO VIDIGAL - 44 milhões divididos por 184 dá trezentos e tantos mil. Talvez o número seja 1.840, talvez tenha havido um erro, só calculei mentalmente. Eu lhe agradeço.

Então, estávamos falando em 1.840 por agência, se considerarmos as agências do interior do Amazonas, onde o risco está zero, até as dos principais shoppings centers de Santa Catarina, São Paulo ou Rio de Janeiro, onde a segurança é diferente.

Por isso mesmo a lei tem que ser flexível, porque a situação que estamos abrangendo é de um país continental. É evidente que a vida humana é fundamental, e os bancos estão dispostos, é claro, a investir na medida do possível.

Eu quero observar que gerir recursos escassos significa administrar. Tenho certeza que o Governador de Santa Catarina e até a Prefeita de Florianópolis gostariam de acabar o túnel que dá acesso ao aeroporto, que é uma obra essencial para o turismo, eis que trará vantagens econômicas para Santa Catarina, mas acabou a verba.

Se todas as 31 mil agências (se for esse o número) investirem 40 mil por porta giratória (não sei se é esse o preço), verificar-se-á que não há também recursos para se fazer isso em um ano, em uma lei.

Mas, desconsiderando-se os aspectos práticos, é preciso para a polícia dinheiro, é preciso desfavelizar, é preciso completar obras públicas, e para tudo isso é preciso dinheiro. Nada na vida se faz sem se administrar recursos, e esses recursos são escassos. Pode-se dizer que não com a cabeça, mas quando se vai pagar as contas no final do mês, chega-se à conclusão óbvia de que os recursos são escassos. E os recursos vão ser escassos só porque alguém tem um cofre-forte, que é o cofre do Tio Patinhas, que guarda o dinheiro de terceiros e não do banco. O capital do banco é reduzido em relação aos recursos que são de toda a coletividade, que meramente fluem pelo sistema financeiro, e hoje em dia fluem pela corrente etérea dos meios magnéticos e dos meios de comunicação.

Milhões de dólares circulam no mundo por segundo. No Brasil - e estamos falando de um País pobre, com 150 milhões de habitantes e com 8,5 milhões de quilômetros quadrados, com recursos muito escassos, com uma população não educada, com um Governo Federal com problemas gravíssimos de administração, assim como os Governos Estaduais e Municipais, eis que cinco mil Municípios têm problemas gravíssimos -, nós estamos sempre procurando onde está o dinheiro. O bandido faz a mesma coisa, ele olha para o cofre-forte e pensa: isso aqui pode me dar recursos. Já o Prefeito diz: bem, eu posso aumentar os produtores de serviços, posso aumentar o ISS. Mas tem elasticidade, porque todos queremos prestar serviços à comunidade, mas dentro das possibilidades.

Então, a realidade dos fatos nua e crua é que é preciso encontrar caminhos e soluções viáveis dentro das possibilidades. Não há dúvida de que a lei federal tem que privilegiar nacionalmente esses temas tão delicados, como o sistema financeiro. Os tratados internacionais estão caminhando também neste sentido, e também não há dúvida de que a nós todos, comunidade brasileira, interessa a melhor segurança não só nos bancos, mas também nas ruas, no trânsito, nas nossas casas, nas escolas. Porém, para tudo isso é preciso que haja uma organização racional, fundada na Constituição Federal, numa polícia armada (não apenas formada, mas também equipada), fundada na responsabilidade de todos, igualmente distribuída de acordo com suas possibilidades e competências.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Stroisch) - Com a palavra o Deputado Vânio dos Santos, que deseja ainda fazer uma observação.

O SR. DEPUTADO FEDERAL VÂNIO DOS SANTOS - Nós não vamos chegar aqui a um consenso; agora, é preciso que as posições fiquem claras. Eu acho que o papel do senhor Vidigal aqui é um papel relativamente difícil, porém, data vênua, eu quero discordar dessa posição pelo seguinte: a Fenaban esteve presente na Audiência Pública (eu tenho isso registrado nas notas taquigráficas da Câmara dos Deputados) e colocou a culpa na Polícia Militar pelos assaltos a banco.

O SR. GERALDO VIDIGAL - Eu não fiz isso, Deputado.

O SR. DEPUTADO FEDERAL VÂNIO DOS SANTOS - É difícil se discutir, porque V.S.^a veio participar de um debate sem saber o preço de uma porta giratória, que é 25% do que citou - e está aqui o representante do Banco do Brasil. V.S.^a não trouxe nenhum número aqui...

O SR. GERALDO VIDIGAL - Porque não foi pedido!

O SR. DEPUTADO FEDERAL VÂNIO DOS SANTOS - ...sobre gastos, para que pudéssemos, então, ter um quadro mais preciso. Mas acho que cada um aqui cumpre o seu papel.

Quero dizer que o que tentamos mostrar aqui é que os bancos alegam a inconstitucionalidade por causa da questão da lei federal, e vão até o fim realmente nas esferas de recurso, não porque tivessem isso resolvido; do ponto de vista da lei federal, eles cumpririam, nós acabamos de ouvir aqui: cumpre-se na medida do possível, instala-se na medida do possível. Mas tanto não se cumpre que temos aqui um relatório oficial da Secretaria da Segurança com dados estatísticos, apresentado pelo representante da Secretária, dando conta que até os alarmes, até o vigilante, aquilo que é item obrigatório da Lei nº 7.102, que já é uma lei obsoleta, não é cumprido. Está a Polícia Federal aqui colocando isso, a Polícia Militar, e por aí vai.

Então, eu quero deixar bem claro isso para dizer o seguinte: não se trata aqui de um setor de quitandas, de plantadores de alface, trata-se de um setor financeiro que nas últimas décadas é o que mais tem lucrado. Lucraram com a inflação e lucraram sem a inflação. Eu tenho um dado de 96 dizendo que o Bradesco lucrou mais de R\$800.000.000,00. Um banco só!

Então, não se trata aqui de coitados, de gente que está passando sacrifício, que tem pouco dinheiro para gastar. Não cabe aqui o exemplo da rodovia Via Expressa Sul, até porque o Fórum Parlamentar Catarinense aprovou R\$8.000.000,00 para concluir aquela obra, estamos tratando aqui exatamente que quando tem inflação, eles lucram; quando não tem, eles elevam as tarifas e esfolam a população e os clientes; e quando eles estão mal das pernas e pregam a questão da livre iniciativa, o Governo socorre com Proer de mais de 21 bilhões!

É desse setor que estamos falando. Não estamos falando aqui de coitados que não têm dinheiro para investir. Tem um ditado que diz assim: "Farinha pouca, meu pirão primeiro". É disso que estamos falando aqui, de um setor ganancioso, que visa o lucro e que não tem nenhuma responsabilidade social.

Agora, na contrapartida está a Assembléia Legislativa, a Polícia Militar, a Polícia Federal, a Secretaria, os Parlamentares, os vigilantes, os bancários, os representantes dos bancos, da Caixa Econômica, do Banco do Brasil, do Besc, enfim, todos buscando encontrar uma solução que inclusive extrapole já os limites da lei federal hoje.

Então, eu quero colocar que neste sentido vamos fazer esse projeto, e vai ser um projeto duro, vai buscar resolver esse problema.

Eu compreendo perfeitamente a presença aqui de alguém que é assessor na área jurídica. Agora, eu quero dizer que a própria Fenaban esteve na Audiência Pública (e eu não falei que foi V.S.^a que falou) e lá eles arrumaram outros culpados: o Governo, todo mundo. Apresentamos esses dados e eles não tiveram como questionar, porque são dados que estão publicados a partir dos balanços dos bancos, são dados oficiais, são dados que foram divulgados.

O SR. GERALDO VIDIGAL - Eu não coloquei culpa em ninguém!

O SR. DEPUTADO FEDERAL VÂNIO DOS SANTOS - Então, eu gostaria de deixar como sugestão aquela idéia, Deputado Norberto Stroisch, Presidente da Comissão, de...

Mais uma vez eu gostaria de agradecer o convite de ter vindo aqui. Estou indo hoje para Brasília, estou aqui autorizado pela Câmara dos Deputados, que me liberou para participar dessa audiência.

Quero agradecer pelas manifestações de apoio ao relatório que estamos fazendo. Nós procuramos ouvir os diversos setores, os representantes da Polícia Federal sabem disso; todos os setores da sociedade estão sendo ouvidos, aceitamos contribuições de todo mundo, agora, efetivamente não iremos aqui convencer os banqueiros da sua responsabilidade com a questão da segurança. Podemos tirar o cavalo da chuva. Eu tenho isso bem claro para mim, acho que eles estão cumprindo um papel, que é um papel que já conhecemos, e historicamente tem sido assim.

Eu fui negociador em mesa de banco. V.Exa. tem experiência de muito tempo, a minha é menor, é desde 1979 apenas. Fui Presidente do Sindicato dos Bancários em Florianópolis e região e conheço bem a Fenaban, a Febraban e os seus negociadores, sei que

eles estão sempre de bolso vazio para negociar com os trabalhadores, para investir em segurança, mas para fazer propaganda enganosa, de que a segurança ali é sem limite, eles têm dinheiro e tempo para fazer!

Então, deixo essa proposta para ser apreciada pela Presidência da Comissão. De repente, auxiliaria bastante uma moção da Assembléia Legislativa objetivando fazer apressar o trâmite dessa alteração na lei federal e que efetivamente venha resolver o interesse da comunidade, dos trabalhadores, dos clientes, que é o nosso objetivo final.

O SR. GERALDO VIDIGAL - Quero deixar registrado que não coloquei a culpa em ninguém. Não me foi pedido que trouxesse dados estatísticos, senão teria mandado algum colega especialista na área estatística, não teria vindo. O que vim tratar foi de uma lei específica.

A lei federal é para ser cumprida, e se houver dúvidas quanto à aplicabilidade ou não em determinado diploma legal, a instância competente para julgar isso será o Poder Judiciário.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Norberto Stroisch) - Vivemos numa democracia onde o contraditório faz parte. Sem dúvida, acho que este debate, se não atende ao nosso objetivo pleno, vem ao encontro de uma necessidade que temos em Santa Catarina, e certamente no País, de estabelecer uma legislação definitiva no sentido de que se diminua este alto índice de criminalidade no que se refere a assaltos, levando em risco a vida do ser humano, do cidadão catarinense, do funcionário, do vigilante, enfim, daqueles que buscam os seus direitos cumprindo as suas obrigações e que têm esse direito de cidadania no que se refere à segurança, no caso dos estabelecimentos bancários.

Infelizmente, no nosso País, temos que estabelecer regras muitas vezes rígidas para que se busque um direito sagrado, que seria a segurança do cidadão. Às vezes, não existe a iniciativa por parte daqueles segmentos no sentido de adotar procedimentos de forma espontânea mas, sim, imposta, para que se possa ver cumprir as condições mais seguras para o cidadão. E isso é no trânsito e em todos os locais públicos, principalmente onde o ser humano busca as suas necessidades.

De qualquer maneira, Deputado Vânio dos Santos - V.Exa. que, que com muita honra para nós, é Relator de um substitutivo global, proposto por V.Exa., buscando condensar inúmeros projetos que estão há anos nas gavetas e mesas do Congresso Nacional -, tenho certeza de que este evento realizado pela Assembléia Legislativa, através da Comissão de Fiscalização, irá trazer uma contribuição ao empenho que V.Exa. está fazendo no sentido da agilização do trâmite deste importante projeto, para regulamentar uma legislação em nível nacional definitiva, atualizada, que venha a diminuir de forma drástica esses números, que para Santa Catarina, nos últimos anos, no meu entendimento, significam uma vergonha.

Certamente a Comissão, através dos seus Membros, vai buscar uma moção a ser deliberada, com certeza, por unanimidade pelos Parlamentares com assento nesta Casa, a qual será remetida ao Presidente da Câmara Federal e aos Líderes de todos os Partidos representados naquela Casa no sentido de buscar urgência urgentíssima na tramitação daquela matéria, para que o mais rápido possível possa ser votada, tanto em nível de Câmara Federal como, posteriormente, em nível de Senado.

Então, acho que um dos pontos que nós tiramos desse encontro é no sentido de estabelecer uma legislação. Nós temos uma legislação estadual, ela está em vigor, e a Assembléia Legislativa vai buscar todos os mecanismos possíveis no sentido de fazer cumprir a legislação estadual referente à segurança nos estabelecimentos financeiros do nosso Estado.

Eu quero agradecer a presença de todas as autoridades representantes dos vários setores envolvidos nesta questão do sistema financeiro brasileiro e catarinense.

Agradeço, também, a presença dos nossos representantes das instituições financeiras estatais, como o Besc, o Banco do Brasil e Caixa Econômica.

Agradeço ao Dr. Geraldo Vidigal, que se deslocou de São Paulo para aqui estar representando a Febraban, defendendo uma posição daquela instituição, que tem que ser respeitada. Pode ser contraditória, mas tem que ser respeitada.

Da mesma maneira, agradeço a presença do Sindicato dos Bancários, da Federação dos Vigilantes, do representante das empresas de vigilância privada, do Comando Geral da Polícia Militar, da representação da Polícia Federal, da Secretaria da Segurança, através do Delegado da Polícia Civil, do Deputado Vânio dos Santos, que representa a Bancada Federal em Santa Catarina.

Neste momento, não havendo mais nenhuma observação a ser feita, quero declarar encerrada a presente reunião, agradecendo mais uma vez a presença de todos.

Está encerrada a reunião.

Palácio Barriga-Verde, em 14 de abril de 1998.

Deputado Norberto Stroisch Filho - Presidente

Deputado Carlito Merss - Vice-Presidente

Deputado Júlio Teixeira - Membro

Deputado Reno Caramori - Membro

Deputado Lício Mauro da Silveira - Membro

Deputado Luiz Herbst - Membro

Deputado Miguel Ximenes - Membro

*** X X X ***

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL E TURISMO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e oito, compareceram à Sala de Reuniões das Comissões para participar da 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Transportes, Desenvolvimento Urbano e Rural e Turismo, os seguintes senhores Deputados: Deputado Reno Caramori - Presidente, Deputado Leodegar Tiscoski - Vice-Presidente e os membros: Deputado Gelson Sorgato e Norberto Stroisch Filho. Havendo "quorum" regimental, o senhor Presidente deu início à reunião, procedendo a leitura da Ata da reunião anterior, sendo aprovada por unanimidade. Acusou o recebimento do ofício 20/98 da Liderança da Bancada do PMDB, através do qual indica o Deputado Gelson Sorgato para substituir o Deputado Paulo Roberto Vidal como membro desta Comissão. Passando a discussão e votação dos Projetos de Lei constantes da pauta, o senhor Presidente leu o seu o relatório do Projeto de Lei PD/0272.8/97, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. A seguir o senhor Presidente leu os relatórios dos Projetos de lei PD/0282.1/97 e PD/0280.6/97 relatados pelo senhor Deputado Manoel Mota, que colocados em discussão e votação foram aprovados por unanimidade. A seguir o senhor Deputado Norberto Stroisch Filho leu os relatórios dos Projetos de Lei PL/0398.0/97 e PD/0010.1/97 que colocados em discussão e votação, foi o primeiro aprovado por unanimidade e quanto ao segundo o senhor Presidente solicitou vistas ao processo. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião da qual, eu, Augusto Elling Parcias, Secretário "ad-hoc", lavrei a presente Ata que, depois de lida e achada em tudo conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros presentes.

Florianópolis, 28 de abril de 1998.

Deputado Reno Caramori - Presidente
Deputado Leodegar Tiscoski - Vice-Presidente
Deputado Gelson Sorgato - Membro
Deputado Norberto Stroisch Filho - Membro

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 025/98

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Gabinete do Presidente

OF.GAP-Nº 3051/98 Florianópolis, 23 de abril de 1998

Exmo. Sr.

Deputado NEODI SARETTA

DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

Nesta

Senhor Presidente,

Com meus respeitosos cumprimentos, venho à presença de Vossa Excelência e seus dignos pares para apresentar a essa Augusta Assembleia Legislativa, em conformidade com o disposto no artigo 59, § 4º da Constituição Estadual, artigo 88 da Lei Complementar nº 31, de 27/09/90 e artigo 26, inciso XXIII do Regimento Interno, o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Estado, relativo ao **primeiro trimestre de 1998**.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

Conselheiro Moacir Bertoli

Presidente do TCE/SC

Lido no Expediente

Sessão de 28/04/98

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 026/98

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO PRESIDENTE

Ofício nº 238/98-GP

Florianópolis, 23 de abril de 1998

Ao Exmo. Sr.

Deputado NEODI SARETTA

DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

NESTA

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, serve o presente para solicitar a essa augusta Assembleia Legislativa do Estado, na forma do disposto no art. 42, § 1º, da Constituição Estadual, licença para que

seja processado o Excelentíssimo Senhor Deputado **Vanderlei Olívio Rosso**, no feito que tramita neste egrégio Tribunal, sob o nº 98.003824-3, oriundo da comarca de Criciúma, tendo como relator o Excelentíssimo Senhor Desembargador Jorge Mussi.

Aproveito a oportunidade para reiterar-lhe meus protestos de estima e consideração.

Desembargador Wilson Guarany Vieira

PRESIDENTE e.e.

Lido no Expediente

Sessão de 28/04/98

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 027/98

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ofício/Gab/nº 026

Florianópolis, 22 de abril de 1998.

Ao Exmo. Sr.

Dep. NEODI SARETTA

DD. PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA

Nesta - SC

Senhor Presidente:

Tendo em vista cópia da decisão, em anexo, nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade 88.077667-1 desta Capital, em que é requerente o Conselho Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil e requerido o Município de Florianópolis, solicito a Vossa Excelência se digne de submeter a Augusta Assembleia Legislativa deliberação tornando sem efeito o Decreto Legislativo 18.062 de 18 de dezembro de 1997 que suspendeu a execução das Leis 3.709 e 3.711/92 do já referido município.

No ensejo, reitero a V.Exa. protestos de elevada estima e distinta consideração.

AMARAL E SILVA

Relator

Lido no Expediente

Sessão de 28/04/98

*** X X X ***

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Gabinete do Presidente

OFÍCIO Nº 3175/98

Florianópolis, 22 de abril de 1998.

Exmo. Sr.

NEODI SARETTA

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

NESTA

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, tenho a honra de comunicar a essa Augusta Assembleia Legislativa que, dentro do prazo estabelecido no art. 71, inc. IX da Constituição do Estado, foi recebida neste Tribunal no dia 14 do corrente mês a Prestação de Contas do Governo do Estado relativa ao exercício de 1997, encaminhada pelo ofício nº PRCC 2647/982, de 06.04.1998, firmado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Dr. Paulo Afonso Evangelista Vieira.

Informo-lhe que, em observância ao prescrito no Regimento Interno do Tribunal de Contas, a Prestação de Contas foi protocolada sob nº 009415, procedida sua autuação, passando a constituir o processo nº PCG-0100303/82, sendo que designei para ser seu Relator o Senhor Conselheiro Antero Nercolini.

Outrossim, o Egrégio Plenário deste Tribunal, no prazo estabelecido no art. 59, inc. I da Carta Magna do Estado, deve apreciar a Prestação de Contas e emitir o competente parecer prévio a ser apresentado a essa Excelsa Assembleia Legislativa.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência expressões de elevada consideração e apreço.

Atenciosamente,

Conselheiro Moacir Bertoli

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 28/04/98

*** X X X ***

GABINETE DO GOVERNADOR

OFÍCIO GG PRCC 3019/985

Florianópolis, 23 de abril de 1998

Excelentíssimo Senhor

Deputado NEODI SARETTA

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

NESTA

Senhor Presidente,

Nos termos do Decreto Legislativo nº 16.699, de 1996, prorrogado pelo Decreto Legislativo nº 18.078, comunico a essa Casa Legislativa o meu comparecimento e o do Vice Governador na Reunião Preparatória do VII Forum de Governadores do CODESUL/CRECENEA-Litoral, a qual,

apesar de ser realizada no município catarinense de Dionísio Cerqueira, contará extraordinariamente com eventos na cidade Argentina de Bernardo Irigoyen.

Para tanto, informo que o Vice Governador deverá empreender viagem hoje e eu seguirei somente amanhã, data de nosso retorno, provavelmente.

Atenciosamente,

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 28/04/98

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 065/98

Dispõe sobre a notificação compulsória de acidentes de trabalho com crianças e adolescentes

Art. 1º - Toda pessoa tem o dever de notificar às autoridades da área da saúde, do Ministério Público ou do Ministério do Trabalho no âmbito do território do Estado de Santa Catarina, qualquer caso de acidente de trabalho com criança ou adolescente de que tenha conhecimento.

Art. 2º - Recebida a notificação, a autoridade destinatária deverá investigar o caso e tomar as providências cabíveis.

Art. 3º - O Estado de Santa Catarina e os Municípios, em cooperação técnica e financeira, instituirão programas de prevenção e detecção de acidentes de trabalho com crianças ou adolescentes para o cumprimento do disposto nesta Lei.

Parágrafo Único - A liberação de recursos decorrentes de convênios, na área da saúde, da educação ou da assistência social, ficará condicionada à existência, no âmbito municipal, dos programas mencionados no "caput" deste artigo.

Art. 4º - A inobservância das obrigações estabelecidas na presente lei sujeitará o infrator à aplicação das penalidades previstas na legislação de regência.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis,

Deputado JOÃO HENRIQUE BLASI

Lido no Expediente

Sessão de 27/04/98

JUSTIFICATIVA

A propositura em análise versa sobre a notificação compulsória de acidentes de trabalho com crianças e adolescentes e, certamente, inscreve-se como um efetivo contributo no contexto do "Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil".

Traz como medida prática a inserção de regra cogente, determinando que a liberação de recursos, decorrentes da assinatura de convênios do Estado com Municípios, na área da saúde, da educação ou da assistência social fique condicionada à existência de programas locais destinados à prevenção de detecção de acidentes do trabalho com crianças e adolescentes.

A proposta tem fomento constitucional, à luz dos arts. 196 e 227 da Carta Magna da República, que consigam ser a saúde "direito de todos e dever do Estado" a ele incumbido estabelecer políticas sócio-econômicas destinadas a mitigar o risco de acidentes, doenças e outros agravos.

Certo do alcance social da propositura, confio sua tramitação e ulterior aprovação aos eminentes pares desta Casa.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 066/98

Declara de Utilidade Pública

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública a **ASSOCIAÇÃO DO MENOR**, com sede e foro na Comarca do município de JOINVILLE.

Art. 2º - À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1998.

DEPUTADO ADELOR VIEIRA

4º Secretário

Lido no Expediente

Sessão de 27/04/98

JUSTIFICATIVA

A Associação do menor fundada em 05/09/1994, é uma sociedade civil de caráter assistencial e sem fins lucrativos com sede e foro na cidade de Joinville, situado à Rua Xavantes nº 54 - 1º Andar.

A Associação do Menor tem como objetivo o amparo, a proteção, a promoção e educação de crianças e adolescentes abandonados ou carentes, proporcionando-lhes um lar substituto.

Promove o sustento de crianças e adolescentes agregados a Associação do menor.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 067/98

Declara de Utilidade Pública o "Centro de Recuperação Esperança e vida sete".

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o "**Centro de Recuperação Esperança e Vida Sete**", com sede e foro na cidade e Comarca de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 23 de abril de 1998.

DEPUTADO WILSON WAN-DALL

Líder da Bancada do PFL

Lido no Expediente

Sessão de 28/04/98

JUSTIFICATIVA

Na Forma prescrita pelo artigo 50 da Constituição do Estado, bem como, em conformidade com o disposto na Lei Estadual Nº 10.436, de 01 de julho de 1990 vimos submeter a apreciação de V.Exas., o Projeto de Lei que Declara de utilidade Pública o "**CENTRO DE RECUPERAÇÃO ESPERANÇA E VIDA SETE**", com sede e foro na cidade e Comarca de Florianópolis.

Instruímos o presente, com Relatório de Atividades desenvolvidas, Ata da Fundação e Instalação da entidade, bem como termo de posse da Diretoria, cópia dos Estatutos Sociais, cópia do CGC, Certidão do Cartório de Ofício do Registro Civil, Títulos e Documentos certificando que a entidade está regularmente registrada naquele Cartório, Lei Municipal nº 5074/97, de 23 de abril de 1997, e Certidão de pleno Funcionamento expedida pelo delegado de Polícia da 7ª Delegacia desta Capital.

A entidade fundada em 01 de janeiro de 1996, tem por finalidade primordial a recuperação dos Jovens e qualquer pessoa viciada em tóxico, psicotrópicos e demais problemas de ordem física, espiritual e moral.

Considerando o acima exposto, contamos com o acolhimento de V.Exas., para que a presente proposição, após a tramitação e aprovação nesta Casa Legislativa, seja então sancionada pelo Governador do Estado.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 004/98

Inclui o município de Novo Horizonte no Anexo Único da Lei Complementar nº 157/97.

Art. 1º Fica incluído no anexo único da Lei Complementar nº 157/97, que regulamenta os §§ 5º, 6º e 7º do artigo 120 da Constituição Estadual, e adota outras providências, na região Oeste o município de Novo Horizonte.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis,

DEPUTADO PEDRO UCZAI

Líder da Bancada do PT

Lido no Expediente

Sessão de 28/04/98

JUSTIFICATIVA

A proposição que ora apresentamos visa corrigir a omissão detectada na Lei Complementar nº 157/97, que não inclui no anexo único, na região Oeste o município de Novo Horizonte.

Assim sendo, para reparar a distorção da legislação, conclamamos os Senhores Deputados a aprovar o presente projeto.

*** X X X ***